

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Secretaria Nacional de Assistência Social  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

# CENSO SUAS 2009 CRAS

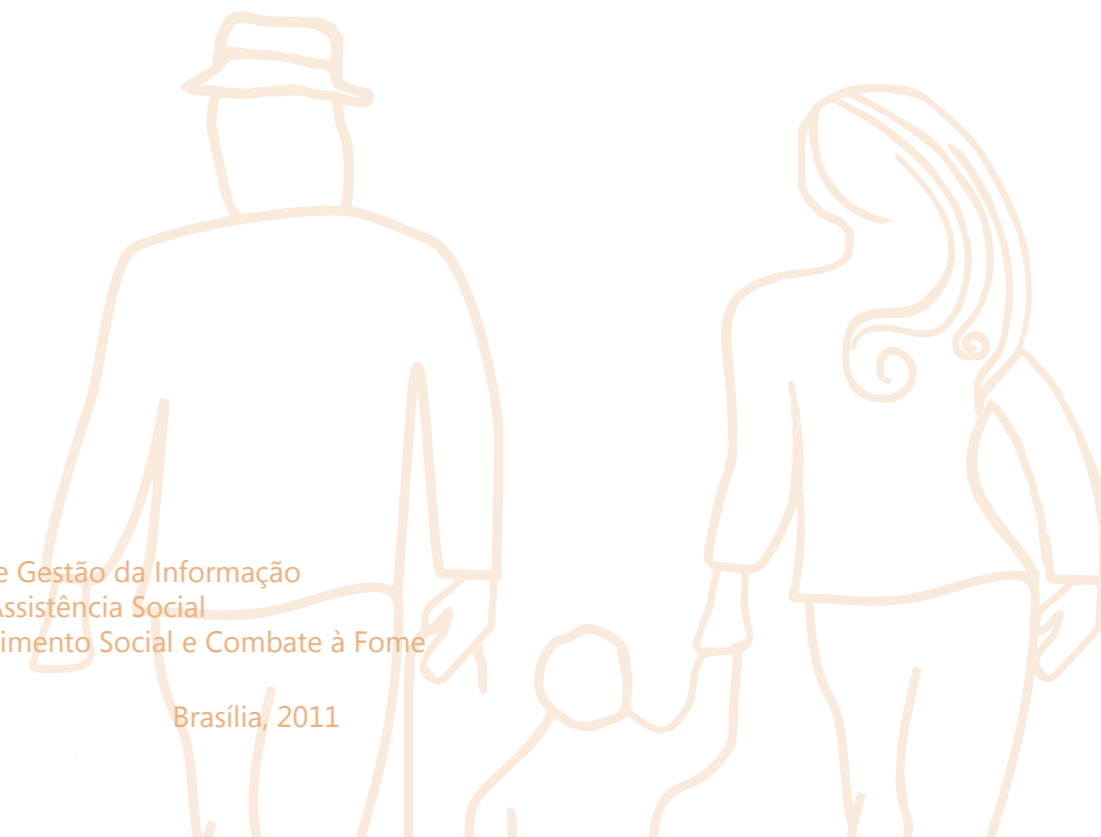


# CENSO SUAS 2009 **CRAS**

---

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Secretaria Nacional de Assistência Social  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, 2011



# Expediente

Presidenta da República Federativa do Brasil | **Dilma Rousseff**  
Vice-Presidente da República Federativa do Brasil | **Michel Temer**  
Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | **Tereza Campello**  
Secretário Executivo | **Rômulo Paes de Sousa**  
Secretário Executivo Adjunto | **Marcelo Cardona**  
Secretária Nacional de Assistência Social | **Denise Colin**  
Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional | **Maya Takagi**  
Secretário Nacional de Renda de Cidadania | **Tiago Falcão**  
Secretário de Avaliação e Gestão da Informação | **Paulo Jannuzzi**  
Secretária Extraordinária de Erradicação da Pobreza | **Ana Fonseca**

---

## **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Diretor de Monitoramento | **Gustavo Reis**  
Diretor de Gestão da Informação | **Caio Nakashima**  
Diretora de Formação e Disseminação | **Monica Rodrigues**  
Diretora de Avaliação | **Júnia Quiroga**

## **Coleta e tratamento de dados do CENSO SUAS 2009 - CRAS**

Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro, Daniel Klinger Vianna, Gláucia Alves Macedo, Marcelo Gomes Gadelha

## **Análise de dados**

Alessandro Oliveira da Conceição, Alexander Cambraia Nascimento Vaz, Dionara Borges Andreani Barbosa, Núbia Rocha Vieira, Rafael Siqueira Barreto

## **Elaboração dos textos**

Alexander Cambraia Nascimento Vaz, Dionara Borges Andreani Barbosa, Rafael Siqueira Barreto

## **Revisão dos textos**

Gustavo Reis, Karina Moura Oliveira Loureiro, Rafael Siqueira Barreto, Thaise dos Santos Leandro

## **Colaboração**

Aide Caçado Almeida, Fábio Moassab Bruni, Juliana Maria Fernandes Pereira, Kelvia de Assunção Ferreira Barros, Luanna Shirley de Jesus Sousa, Luis Otavio Pires Farias, Keli Rodrigues de Andrade, Margarete Cutrim Vieira, Maria de Jesus Bonfim de Carvalho, Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota, Simone Aparecida Albuquerque

Coordenação Editorial | **Marcelo Rocha**

Equipe | **Carolina Freire, Thaise dos Santos Leandro, Tatiane Dias, Tomás Nascimento**

Diagramação | **Via Comunicação Integrada Ltda.**

Impressão | **Gráfica Brasil**

Esta é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social.

A reprodução é autorizada desde que citada a fonte.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CENSO SUAS 2009 - CRAS.-- Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

191 p. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-60700-41-7

1. Assistência social, Brasil. 2. Política social, análise de dados, Brasil. I. Centro de Referência de Assistência Social.

CDU 364(81)

## **SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | MDS**

Esplanada dos Ministérios - Bloco A - Sala 307

CEP: 70054-906 | Brasília - DF

Fone: 61 3433 1501 | Fax: 61 3433 1598

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) | [sagi.dfd@mds.gov.br](mailto:sagi.dfd@mds.gov.br)

**Fome Zero - 0800 707 2003**

## **Censo SUAS: Monitorando para aprimorar as ações da Assistência Social no Brasil**

São expressivos os avanços no campo do desenvolvimento social no Brasil na última década. Neste período, destacam-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a implantação do Programa Bolsa Família e a estruturação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cuja efetivação representou uma nova etapa no amadurecimento e universalização do sistema brasileiro de proteção social.

Por meio da Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, e da Norma Operacional Básica do SUAS, de 2005, o SUAS consolidou-se, operando hoje como um sistema público descentralizado e participativo, assentado na gestão compartilhada da política, no cofinanciamento e na cooperação técnica entre as três esferas de governo, visando, em última instância, assegurar a Assistência Social como dever de Estado e direito do cidadão em todo o País.

No âmbito desse Sistema, a complexidade dos serviços prestados à população, o quantitativo de gestores e técnicos envolvidos nas atividades e os arranjos institucionais propostos para operação dos programas na área – em um contexto de rápida expansão da escala e do escopo das Políticas Sociais no país – têm requerido a coleta sistemática de dados e informações para monitorar diferentes aspectos da gestão. Visando enfrentar esta nova demanda, estruturou-se, a partir de 2007, uma série de levantamentos anuais junto aos municípios e estados, que hoje constituem o Censo SUAS, institucionalizado por meio do Decreto nº 7.334/2010.

Esta publicação, que o MDS tem o prazer de apresentar aos gestores, aos conselheiros, aos especialistas e ao público em geral, é relativa ao levantamento realizado em 2009 e

reúne informações essenciais para o aperfeiçoamento dos serviços voltados à Proteção Básica e Especial. São apresentados dados e análises sobre a estrutura física, os recursos humanos, o atendimento e os serviços prestados às famílias e indivíduos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Esperamos que a sistemática de monitoramento da gestão do SUAS e sua divulgação periódica contribua para aprimorar e qualificar a ação dos diversos agentes públicos na construção do Sistema de Proteção Social que a sociedade brasileira almeja.

**Tereza Campello**  
**Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

# Apresentação

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), realiza significativas ações no campo do monitoramento e da avaliação no que concerne às políticas sociais sob sua responsabilidade institucional. Essas iniciativas coadunam-se com a perspectiva de garantia de prospectos de eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública. Esta publicação específica refere-se à política de assistência social e o desenvolvimento efetivo da Política Nacional de Assistência Social.

Neste âmbito, e em conjunto com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a SAGI tem realizado o Censo SUAS, que consiste na coleta de informações sobre o funcionamento e o estado geral dos equipamentos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Conselhos e Órgãos Gestores de Assistência Social de todo o País. Em 2009, o Censo SUAS comportou dois volumes: um referente ao Módulo CRAS, realizado pela terceira vez, e o segundo concernente ao Módulo CREAS, elaborado pela primeira vez. Estes documentos consistem na análise e descrição dos dados coletados para o Censo SUAS neste período. Os resultados deste monitoramento têm contribuído para acertar o passo na consolidação das políticas de proteção social e de garantia de direitos.

Tendo em vista o contexto social e o cenário de ação – ao mesmo tempo complexo e multidimensional –, não são banais os desafios colocados ao gestor público e, por isso, são significativas as ações de estruturação da área no País, especialmente na perspectiva de garantias de direitos e busca de ações de justiça e de equalização social. Não é difícil, nessa linha, perceber a importância da existência e funcionamento de unidades de prestação de serviços e programas planejados e estruturados, como aqueles já em desenvolvimento pelos três entes da federação, valendo citar a criação e estruturação do

Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a presença de espaços públicos como os CRAS e CREAS nos municípios brasileiros.

Por fim, ao disponibilizarmos estes resultados, esperamos contribuir para o desenvolvimento e consolidação do SUAS e ao necessário monitoramento, bem como para a reflexão e apontamentos de caminhos que contribuam no fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social. Assim, estaremos colaborando na viabilização da garantia dos direitos socioassistenciais de nossa população.

**Denise Ratmann Arruda Colin**

Secretária Nacional de Assistência Social

**Paulo de Martino Jannuzzi**

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>2. O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>27</b>
<b>3. ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>29</b>
3.1 Metodologia .....	<b>30</b>
3.2 Identificação dos CRAS .....	<b>35</b>
3.3 Estrutura física dos CRAS .....	<b>47</b>
3.4 Horário de funcionamento, serviços e atendimento dos CRAS .....	<b>82</b>
3.5 Informação, registro e documentação .....	<b>107</b>
3.6 Articulação .....	<b>122</b>
3.7 Recursos humanos .....	<b>126</b>
<b>4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS.....</b>	<b>145</b>
4.1 Indicador da estrutura física dos CRAS .....	<b>148</b>
4.2 Indicador de atividades realizadas nos CRAS .....	<b>151</b>
4.3 Indicador de horário de funcionamento dos CRAS .....	<b>153</b>
4.4 Indicador de recursos humanos dos CRAS .....	<b>155</b>
4.5 Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - IDCRAS .....	<b>158</b>
<b>5. METAS DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS POR PERÍODO ANUAL .....</b>	<b>163</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>183</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Coeficientes alfa de Cronbach para o questionário Censo SUAS/CRAS 2009 por bloco de anotação .....	<b>33</b>
<b>Tabela 2:</b> Evolução relativa do quantitativo de CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>37</b>
<b>Tabela 3:</b> Percentual de municípios com CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>38</b>
<b>Tabela 4:</b> Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento para funcionamento dos CRAS, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>42</b>
<b>Tabela 5:</b> Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento para funcionamento dos CRAS, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>42</b>
<b>Tabela 6:</b> Evolução relativa do quantitativo de CRAS segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>43</b>
<b>Tabela 7:</b> Percentual de municípios com CRAS segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>44</b>
<b>Tabela 8:</b> Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>45</b>
<b>Tabela 9:</b> Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>46</b>
<b>Tabela 10:</b> Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - Brasil - 2009 .....	<b>49</b>
<b>Tabela 11:</b> Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso Básico Fixo) - Brasil - 2009 .....	<b>50</b>
<b>Tabela 12:</b> Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>51</b>
<b>Tabela 13:</b> Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>52</b>

<b>Tabela 14:</b> Número e percentual de CRAS, por total de salas de atendimento, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>56</b>
<b>Tabela 15:</b> Número e percentual de CRAS, por total de salas de atendimento, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>57</b>
<b>Tabela 16:</b> Número e percentual de CRAS, por total de salas de atendimento, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009 .....	<b>58</b>
<b>Tabela 17:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões- Brasil - 2009 .....	<b>59</b>
<b>Tabela 18:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>60</b>
<b>Tabela 19:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009 .....	<b>60</b>
<b>Tabela 20:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>61</b>
<b>Tabela 21:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>62</b>
<b>Tabela 22:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009 .....	<b>62</b>
<b>Tabela 23:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade superior a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>64</b>
<b>Tabela 24:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade superior a 30 pessoas, segundo porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>64</b>
<b>Tabela 25:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade superior a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009 .....	<b>65</b>

<b>Tabela 26:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>67</b>
<b>Tabela 27:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo porte populacional do município - 2009 .....	<b>67</b>
<b>Tabela 28:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo situação do imóvel - 2009 .....	<b>68</b>
<b>Tabela 29:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>69</b>
<b>Tabela 30:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo porte populacional do município - 2009 .....	<b>69</b>
<b>Tabela 31:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo situação do imóvel - 2009 .....	<b>70</b>
<b>Tabela 32:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo situação do imóvel - 2009 .....	<b>71</b>
<b>Tabela 33:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>71</b>
<b>Tabela 34:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo porte populacional do município - 2009 .....	<b>72</b>
<b>Tabela 35:</b> Indicador de equipamentos existentes nos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>75</b>
<b>Tabela 36:</b> Indicador de equipamentos existentes nos CRAS segundo porte populacional do município - 2009 .....	<b>76</b>
<b>Tabela 37:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidades de computadores existentes, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>77</b>
<b>Tabela 38:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidades de computadores existentes, segundo porte populacional do município - 2009 .....	<b>78</b>
<b>Tabela 39:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2009 .....	<b>79</b>

<b>Tabela 40:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso Básico Fixo) - 2009 .....	<b>80</b>
<b>Tabela 41:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo situação do imóvel - 2009 .....	<b>81</b>
<b>Tabela 42:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>81</b>
<b>Tabela 43:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>82</b>
<b>Tabela 44:</b> Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo porte populacional e localização - 2009 .....	<b>85</b>
<b>Tabela 45:</b> Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo Grandes Regiões e localização - 2009 .....	<b>86</b>
<b>Tabela 46:</b> Número e percentual de CRAS, segundo faixas de horas e quantidade de dias de funcionamento semanal - 2009 .....	<b>87</b>
<b>Tabela 47:</b> Número e percentual de CRAS, por serviços e ações desenvolvidas nos CRAS, segundo localização - 2009 .....	<b>89</b>
<b>Tabela 48:</b> Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2009 .....	<b>90</b>
<b>Tabela 49:</b> Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço e atividades desenvolvidos, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso Básico Fixo) - 2009 .....	<b>91</b>
<b>Tabela 50:</b> Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço e atividades desenvolvidas, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>92</b>
<b>Tabela 51:</b> Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>93</b>
<b>Tabela 52:</b> Variação do número de CRAS em metrópoles, por tipo de serviço desenvolvido, no período 2008/2009 .....	<b>94</b>
<b>Tabela 53:</b> Número e percentual de CRAS que realizam concessão de Benefícios Eventuais por Grandes Regiões - Brasil - 2009 .....	<b>97</b>
<b>Tabela 54:</b> Número e percentual de CRAS que realizam concessão de Benefícios Eventuais por porte populacional - Brasil - 2009 .....	<b>97</b>



<b>Tabela 55:</b> Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>100</b>
<b>Tabela 56:</b> Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>102</b>
<b>Tabela 57:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões e localização - 2009 .....	<b>104</b>
<b>Tabela 58:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional e localização - 2009 .....	<b>105</b>
<b>Tabela 59:</b> Número e percentual de CRAS que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>106</b>
<b>Tabela 60:</b> Número e percentual de CRAS que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades segundo porte populacional - 2009 .....	<b>106</b>
<b>Tabela 61:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2009 ..	<b>108</b>
<b>Tabela 62:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>109</b>
<b>Tabela 63:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>111</b>
<b>Tabela 64:</b> Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>111</b>
<b>Tabela 65:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimentos, segundo Grandes Regiões - 2009 ..	<b>113</b>

<b>Tabela 66:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimentos, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>113</b>
<b>Tabela 67:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>115</b>
<b>Tabela 68:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>116</b>
<b>Tabela 69:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>117</b>
<b>Tabela 70:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>118</b>
<b>Tabela 71:</b> Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo fontes de financiamento - 2009 .....	<b>118</b>
<b>Tabela 72:</b> Número e percentual de CRAS segundo tipos de articulação - 2009 .....	<b>125</b>
<b>Tabela 73:</b> Área de formação dos funcionários dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>129</b>
<b>Tabela 74:</b> Número de CRAS que atendem a quantidade mínima de técnicos: assistentes sociais, nível superior e nível médio, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>130</b>
<b>Tabela 75:</b> Área de formação dos funcionários dos CRAS segundo porte populacional - 2009 .....	<b>131</b>
<b>Tabela 76:</b> Número de municípios, CRAS e técnicos assistentes sociais e demais de nível superior segundo porte populacional - 2009 .....	<b>132</b>
<b>Tabela 77:</b> Tipo de vínculo dos funcionários dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>135</b>
<b>Tabela 78:</b> Tipo de vínculo dos funcionários dos CRAS segundo porte populacional - 2009 .....	<b>136</b>
<b>Tabela 79:</b> Função dos funcionários dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>137</b>

<b>Tabela 80:</b> Função dos funcionários dos CRAS segundo porte populacional - 2009 .....	<b>138</b>
<b>Tabela 81:</b> Funcionários dos CRAS segundo formação e função - 2009 .....	<b>140</b>
<b>Tabela 82:</b> Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>142</b>
<b>Tabela 83:</b> Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo porte populacional - 2009 .....	<b>142</b>
<b>Tabela 84:</b> Número e percentual de profissionais por carga horária - 2009 .....	<b>143</b>
<b>Tabela 85:</b> Número e percentual de profissionais por carga horária e função - 2009 .....	<b>144</b>
<b>Tabela 86:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em estrutura física 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>166</b>
<b>Tabela 87:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em estrutura física 2009/2010 segundo porte populacional - 2009 .....	<b>166</b>
<b>Tabela 88:</b> Quantitativo de CRAS por Estado que atendem ou não as metas de desenvolvimento em estrutura física, recursos humanos, horário de funcionamento e atividades realizadas no período 2009/2010 .....	<b>168</b>
<b>Tabela 89:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em horário de funcionamento 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>170</b>
<b>Tabela 90:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em horário de funcionamento 2009/2010 segundo porte populacional - 2009 .....	<b>170</b>
<b>Tabela 91:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em atividades realizadas 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>171</b>
<b>Tabela 92:</b> Número e percentual de CRAS, que atendem ou não a meta de desenvolvimento em atividades realizadas 2009/2010 segundo porte populacional - 2009 .....	<b>172</b>

<b>Tabela 93:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em recursos humanos 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009 .....	<b>173</b>
---	------------

<b>Tabela 94:</b> Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em recursos humanos 2009/2010 segundo porte populacional - 2009 .....	<b>174</b>
--	------------

#### **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Composição técnica do espaço físico - Brasil - 2009 .....	<b>48</b>
<b>Quadro 2:</b> Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão estrutura física .....	<b>149</b>
<b>Quadro 3:</b> Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão atividades realizadas .....	<b>151</b>
<b>Quadro 4:</b> Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão horário de funcionamento .....	<b>153</b>
<b>Quadro 5:</b> Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão recursos humanos .....	<b>156</b>
<b>Quadro 6:</b> Indicador de desenvolvimento dos CRAS .....	<b>158</b>
<b>Quadro 7:</b> Indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Brasil - 2007 a 2009 .....	<b>160</b>
<b>Quadro 8:</b> Metas de Desenvolvimento 2009/2010 .....	<b>165</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1:</b> Percentual de CRAS por localização - Brasil - 2009 .....	<b>35</b>
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição da população brasileira por Grandes Regiões .....	<b>36</b>
<b>Gráfico 3:</b> Percentual de CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009.....	<b>36</b>
<b>Gráfico 4:</b> Percentual de CRAS segundo fontes de financiamento (não mutuamente excludentes) para funcionamento dos CRAS - Brasil - 2009 .....	<b>40</b>
<b>Gráfico 5:</b> Percentual de CRAS segundo fontes de financiamento (mutuamente excludentes) para funcionamento dos CRAS - Brasil - 2009 .....	<b>41</b>
<b>Gráfico 6:</b> Percentual de CRAS segundo ano de implantação - Brasil - 2009 ....	<b>44</b>
<b>Gráfico 7:</b> Número de CRAS segundo compartilhamento ou não do imóvel - Brasil - 2009 .....	<b>53</b>
<b>Gráfico 8:</b> Percentual de CRAS segundo tipo de compartilhamento do imóvel - Brasil - 2009 .....	<b>54</b>
<b>Gráfico 9:</b> Percentual de CRAS segundo total de salas de atendimento - Brasil - 2009 .....	<b>55</b>
<b>Gráfico 10:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas - Brasil - 2009 .....	<b>59</b>
<b>Gráfico 11:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas - Brasil - 2009.....	<b>61</b>
<b>Gráfico 12:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade superior a 30 pessoas - Brasil - 2009 .....	<b>63</b>
<b>Gráfico 13:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração - Brasil - 2009 ....	<b>66</b>
<b>Gráfico 14:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de banheiros - Brasil - 2009.....	<b>68</b>
<b>Gráfico 15:</b> Percentual de CRAS segundo existência de ambientes - Brasil - 2009.....	<b>70</b>
<b>Gráfico 16:</b> Percentual de CRAS segundo existência de condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência - Brasil - 2009 .....	<b>73</b>
<b>Gráfico 17:</b> Percentual de CRAS segundo itens existentes - Brasil - 2009 .....	<b>74</b>
<b>Gráfico 18:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de computadores existentes - Brasil - 2009 .....	<b>76</b>
<b>Gráfico 19:</b> Percentual de CRAS segundo existência de placa de identificação - Brasil - 2009 .....	<b>78</b>
<b>Gráfico 20:</b> Distribuição de CRAS segundo quantidade de dias de funcionamento por semana - Brasil - 2009 .....	<b>83</b>
<b>Gráfico 21:</b> Distribuição de CRAS segundo faixas de horas de funcionamento diário - Brasil - 2009 .....	<b>84</b>
<b>Gráfico 22:</b> Distribuição de CRAS segundo faixas de horas de funcionamento semanal - Brasil - 2009 .....	<b>84</b>
<b>Gráfico 23:</b> Percentual de CRAS por tipo de serviço desenvolvido - Brasil - 2009.....	<b>88</b>
<b>Gráfico 24:</b> Percentual de CRAS por tipo de ações e atividades realizadas - Brasil - 2009 .....	<b>95</b>
<b>Gráfico 25:</b> Percentual de CRAS que realizam concessão de Benefícios Eventuais - Brasil - 2009 .....	<b>96</b>
<b>Gráfico 26:</b> Percentual de CRAS por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência - Brasil - 2009 .....	<b>99</b>
<b>Gráfico 27:</b> Percentual de CRAS segundo existência e atendimento a povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS - Brasil - 2009 .....	<b>103</b>
<b>Gráfico 28:</b> Percentual de CRAS com diagnóstico do seu território de abrangência - Brasil - 2009 .....	<b>108</b>
<b>Gráfico 29:</b> Percentual de CRAS segundo quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência - Brasil - 2009 .....	<b>110</b>
<b>Gráfico 30:</b> Percentual de CRAS com relatório mensal do quantitativo de atendimento - Brasil - 2009 .....	<b>112</b>
<b>Gráfico 31:</b> Percentual de CRAS segundo existência de arquivo de prontuário - Brasil - 2009.....	<b>114</b>

<b>Gráfico 32:</b> Percentual de CRAS que possui algum modelo padronizado de prontuário - Brasil - 2009 .....	<b>116</b>
<b>Gráfico 33:</b> Percentual de CRAS segundo existência de sistema informatizado para registro de informações - Brasil - 2009 .....	<b>117</b>
<b>Gráfico 34:</b> Percentual de CRAS segundo informações sistematizadas no prontuário do usuário - 2009 .....	<b>119</b>
<b>Gráfico 35:</b> Percentual de CRAS segundo utilização de listagens de famílias no seu território de atuação inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais ou beneficiárias de programas geridos pelo MDS - Brasil - 2009.....	<b>120</b>
<b>Gráfico 36:</b> Percentual de CRAS segundo frequência com que utilizam as listagens para finalidades específicas - Brasil - 2009 .....	<b>121</b>
<b>Gráfico 37:</b> Percentual de CRAS segundo tipo de articulação efetiva - Brasil - 2009.....	<b>123</b>
<b>Gráfico 38:</b> Nível de formação dos funcionários do CRAS - Brasil - 2009.....	<b>128</b>
<b>Gráfico 39:</b> Nível e tipo de formação dos funcionários dos CRAS - Brasil - 2009.....	<b>133</b>
<b>Gráfico 40:</b> Vínculos dos funcionários dos CRAS - Brasil - 2009 .....	<b>134</b>
<b>Gráfico 41:</b> Função dos funcionários dos CRAS - Brasil - 2009 .....	<b>139</b>
<b>Gráfico 42:</b> Percentual de coordenadores segundo vínculo empregatício - Brasil - 2009.....	<b>141</b>
<b>Gráfico 43:</b> Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física - Brasil - 2007 a 2009....	<b>150</b>
<b>Gráfico 44:</b> Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas - Brasil - 2007 a 2009.....	<b>152</b>
<b>Gráfico 45:</b> Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao horário de funcionamento - Brasil - 2007 a 2009.....	<b>154</b>
<b>Gráfico 46:</b> Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos - Brasil - 2007 a 2009.....	<b>157</b>

<b>Gráfico 47:</b> Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador sintético de desenvolvimento dos CRAS em 10 estágios - Brasil - 2007 a 2009.....	<b>160</b>
---	------------

# 1. Introdução

A *Lei Orgânica* da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/1993, preconiza que a gestão dessa política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo organizado nos três níveis de gestão governamental.

A regulamentação das diretrizes propostas pela LOAS tornou-se realidade com o advento da Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, a qual concebeu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como instrumento para a materialização das determinações emanadas da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004.

Desta forma, o SUAS consubstancia-se em um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira. Neste contexto, o SUAS consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos, além de estabelecer a divisão de responsabilidades entre eles para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social como dever de Estado e direito do cidadão em todo o território brasileiro.

A assistência social foi estruturada em distintos níveis de proteção social, segundo o seu foco na prevenção a situações de risco, correspondente à Proteção Social Básica, ou no combate a violações de direitos ou atos que exacerbem a vulnerabilidade social de indivíduos, por meio da Proteção Social Especial, que se desdobra em Alta e Média Complexidade.

Nessas duas searas, concebeu-se respectivamente os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Os CRAS são estruturas destinadas a articular os diversos serviços da assistência social, prevenir situações de vulnerabilidade e risco e realizar encaminhamentos para outros serviços da rede socioassistencial e outras políticas públicas.

Por sua vez, os CREAS ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos nas situações de violação de direitos. Como unidades de referência, devem articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, bem como integrar com as demais políticas públicas setoriais.

Destarte, estes centros (CRAS e CREAS) constituem-se em instrumento basilar para a operacionalização da política de assistência social. O conhecimento de sua estruturação afigura-se fundamental para uma percepção clara dos serviços de assistência social prestados no País, bem como na formulação de contribuições para o aperfeiçoamento permanente da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Neste contexto, conceberam-se os Censos CRAS e CREAS, realizados anualmente, com o intuito de mapear a estrutura, horário de funcionamento, recursos humanos e atividades prestadas no âmbito destes centros de referência.

Em adição, a partir de uma perspectiva mais compreensiva do escopo do Sistema Único de Assistência Social, dois novos censos estão previstos para incorporar-se no monitoramento da assistência social. Estes abarcarão dados referentes à Gestão do SUAS nos municípios e estados, com ênfase no gerenciamento dos recursos oriundos de cofinanciamento, e aos conselhos de Assistência Social, como instância fundamental de controle pela sociedade civil das atividades de assistência social.

Desta forma, a proposta é que estes quatro censos, em conjunto, formem o Censo SUAS, destinado a subsidiar o monitoramento permanente da assistência social, o qual é crucial para sua efetiva gestão.

Em particular, o Censo CRAS 2009 englobou 5.798 CRAS cadastrados, um aumento de 14% em relação aos 5.074 centros registrados em 2008, distribuídos em 4.329 municípios,

contra os 3.831 municípios cadastrados no Censo 2008. Este dado inclusive evidencia a forte expansão ainda em curso, quando contrastado com os 5.500 CRAS espalhados em 4.032 municípios levantados pelo IBGE no suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009.

O presente relatório está estruturado de forma a analisar os dados gerais dos CRAS cadastrados em âmbito nacional e também desagregadamente por região geográfica, porte populacional e eventualmente unidade da federação. Pontualmente, empregaram-se dados do IBGE, em especial da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD/2008 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/2009, para uma melhor contextualização do cenário nacional onde se desenrola a evolução dos CRAS.

Além da introdução, este relatório é composto por quatro capítulos e pelas Considerações Finais. No Capítulo 2, descreve-se com detalhes o Centro de Referência de Assistência Social. No Capítulo 3, empreende-se uma análise descritiva dos dados coletados no Censo segundo a ordem dos blocos constituintes do questionário, bem como uma breve exposição da metodologia empregada para análise de confiabilidade dos dados. O Capítulo 4 expõe os resultados dos Indicadores de desenvolvimento dos CRAS. Finalmente, o Capítulo 5 apresenta informações sobre as metas de desenvolvimento dos CRAS para o período 2009/2010.

## 2. O Centro de Referência de Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pela sua caracterização como equipamento público, tem o objetivo de ofertar serviços que articulam as diversas ações da assistência social e prevenir situações de risco. Desta forma, aliada a sua grande capilaridade, consiste na principal porta de entrada para o SUAS, traduzida na existência de mais de cinco mil centros distribuídos em mais de quatro mil municípios.

Neste contexto, o CRAS efetiva a referência do usuário na rede socioassistencial do SUAS ao realizar o processamento e encaminhamento para os serviços locais das demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território. A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (Proteção Social Especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica.

Conforme recomendações da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), os CRAS devem ser instalados preferencialmente em territórios que concentrem situações de vulnerabilidade e risco social. A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional, o qual abarca também a pobreza.

Em especial, o CRAS diferencia-se das demais unidades da assistência social porque possui duas funções exclusivas e obrigatórias: a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica e a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

A gestão territorial responde ao princípio de descentralização do SUAS e abarca a articulação da rede de Proteção Social Básica referenciada no CRAS, bem como a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa no território de abrangência do CRAS.

Por sua vez, o PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica e visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como prevenir situações de risco social.

No concernente à capacidade de atendimento dos CRAS, a NOB-SUAS preconiza que deva ser proporcional ao porte populacional dos municípios. Os territórios do CRAS podem ter até 2.500 famílias referenciadas para municípios de pequeno porte I (até 20.000 habitantes), 3.500 famílias para localidades de pequeno porte II (até 50.000 habitantes) e 5.000 famílias para municípios de médio (acima de 50.000 habitantes até 100.000 habitantes) ou grande porte (entre 100.000 e 900.000 habitantes), além das metrópoles (acima de 900.000 habitantes).

Obviamente, metrópoles e municípios de grande população devem estruturar vários CRAS em seu território, ao passo que municípios menores geralmente possuem um único CRAS.

Finalmente, a equipe de trabalho a ser alocada em cada CRAS também foi um aspecto amplamente estudado e debatido, até sua formalização por meio da NOB-RH/SUAS, na qual se determinou a qualificação e o quantitativo mínimo de profissionais nos CRAS por porte de município, conforme descrito a seguir:

Municípios de pequeno porte I - mínimo de dois técnicos de nível superior, sendo um deles com formação na área de assistência social e outro preferencialmente psicólogo; dois técnicos de nível médio.

Municípios de pequeno porte II - ao menos três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e outro preferencialmente psicólogo; três técnicos de nível médio.

Municípios de médio porte ou superior - minimamente quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional do SUAS; além de quatro técnicos de nível médio.

Ressalte-se, porém, que o disposto na NOB-RH define a equipe mínima; cada CRAS, a partir do diagnóstico do seu território e do volume de serviços ofertados, pode e deve ampliar sua equipe de referência visando à qualidade da oferta dos serviços.

## 3. Análise de Dados

# Análise de Dados

O questionário do Censo CRAS 2009, como toda ferramenta de coleta de dados, encontra-se em permanente aperfeiçoamento.

Neste contexto, afigura-se imperativo também um refinamento constante da análise dos dados gerados.

Destarte, propõem-se duas importantes inovações para o presente relatório sobre o Censo CRAS 2009, para além da análise descritiva dos dados já executada no monitoramento do Censo CRAS 2008:

- i) uma comparação temporal da evolução dos CRAS no biênio 2008/2009, ou seja, a contraposição dos dados obtidos entre estes dois Censos;
- ii) uma breve análise de mérito sobre os possíveis fatores geradores para as variações verificadas na série temporal 2008/2009 citada acima, inclusive abrangendo a incorporação no relatório de dados oriundos do IBGE (Contagem Populacional, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio).

Portanto, a análise seguirá o fluxo utilizado no relatório de monitoramento dos CRAS de 2008, contemplando as diversas dimensões dos CRAS segundo a ordem das questões constituintes do questionário aplicado aos centros em todo o território nacional.

Finalmente, é importante ressaltar que, exceto quando expressamente mencionado, todas as tabelas, quadros e gráficos constantes deste relatório foram baseados nos dados coletados por meio do Censo CRAS 2009.

## 3.1 Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada neste relatório deve ser explanada sob uma perspectiva dual. Em primeiro lugar, é significativa, do ponto de vista da confiabilidade das informações aqui tratadas, uma análise de consistência estrutural do instrumento de coleta de dados, bem como da estratégia determinada para sua aplicação. Vale dizer que tal consistência está ligada, basicamente, aos objetivos a que se propõe o processo de busca de informações, sendo, neste caso, a realização dos Censos CRAS e CREAS. Essa temática será tratada na primeira subseção desse bloco metodológico.

Logo após, é importante explicitar a forma de tratamento dos dados coletados, especialmente o modo pelo qual serão procedidas as análises e sua adequabilidade para se atingir os objetivos do trabalho. Essa temática será tratada na subseção seguinte.

### 3.1.1 Consistência da coleta de dados

Em toda pesquisa que busca trabalhar com dados empíricos concernentes a determinado aspecto da realidade, faz-se necessário um processo de coleta de dados e/ou informações que efetivamente consigam expressar/ilustrar essa realidade. De praxe, o instrumento mais conhecido e utilizado para se empreender tal processo consiste na estruturação de um questionário (WARE; GANDEK, 1998).

Esse instrumento tem factual capacidade de expressar a empiria, não obstante, desde que sua construção leve em consideração pelo menos dois importantes aspectos relativos à sua estrutura geral (LAWSHE, 1975):

Em primeiro lugar, deve ser composto de maneira consistente com os objetivos do trabalho. Todos os dados coletados devem tecer algum tipo de consideração que efetivamente esteja ligada a um processo de consecução dos objetivos propostos para a empreitada. Em segundo lugar, o questionário deve ser estruturado com

base numa perspectiva clara de operacionalização, tanto na ótica daquele que manuseia o instrumento, quanto na visão do público-alvo que irá fornecer os dados requisitados.

A combinação de ambos os elementos configura o caráter de consistência do questionário. Em geral, os dois requisitos são concretizados em variáveis observáveis que permitem avaliar essa consistência quando da construção e operacionalização do questionário. Essas variáveis podem ser compreendidas como padrões para avaliação do instrumento e são descritas abaixo:

- confiabilidade, reprodutibilidade e homogeneidade;
- consistência interna;
- validade de face ou validação teórica;
- conteúdo/constructo;
- tamanho da amostra.

A pesquisa relativa aos Censos CRAS e CREAS buscou coletar dados que servissem de base a expressar o “estado-da-arte” destes serviços no Brasil. Para tanto, utilizou-se a técnica de aplicação de questionários. A etapa de construção deste instrumento contou com uma ação conjunta de técnicos da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

O processo de estruturação deu-se com base nas diretrizes de funcionamento dos programas, isto é, relativamente aos objetivos traçados para ambos. No caso do CRAS, foram observados os padrões de funcionamento estabelecidos na NOB-SUAS, especialmente no tocante às dimensões de recursos, como recursos físicos, humanos e financeiros. No caso do CREAS, estes padrões de funcionamento foram sugeridos pelos especialistas envolvidos no processo, técnicos ligados à temática e que trabalham em alguma das secretarias citadas.

O constructo básico dos questionários foi baseado num modelo estruturado, composto de perguntas fechadas de caráter objetivo. Nenhuma das perguntas realizadas, assim, buscou tecer considerações acerca da opinião e/ou impressão pessoal dos entrevistados,



mas, antes, versaram sobre informações objetivas e condizentes à realidade. O questionário CRAS foi estruturado em 6 dimensões específicas, a saber:

- identificação do CRAS;
- estrutura física;
- horário de funcionamento, serviços e atendimentos do CRAS;
- informação, registro e documentação;
- articulação;
- recursos humanos.

Vale dizer que o MDS elaborou um sistema de informação próprio, no qual os questionários foram disponibilizados e os entrevistados tiveram acesso a partir da compilação de uma senha. Expressar essa técnica é fundamental porque a pesquisa livre difere-se da pesquisa guiada em função da não presença de um entrevistador para explicar e checar as reações do entrevistado a cada questão. Nesse sentido, é imperativa a existência de um manual que explique ao entrevistado o que é o instrumento de coleta, seus objetivos, suas dimensões e forma de resposta.

A análise realizada neste trabalho procura seguir as determinações básicas do teste metodológico denominado de “Coeficiente Alfa de Cronbach”. Este coeficiente foi desenvolvido pelo estatístico Lee Joseph Cronbach em 1951 e determina a consistência interna dos instrumentos de coleta de dados numa escala que varia de 0 a 1, sendo que 0 corresponde a nenhuma consistência e 1 corresponde a total consistência. Em outras palavras, o alfa de Cronbach realiza uma estimativa do grau de uniformidade em que os itens do instrumento de coleta de dados contribuem, cada qual, para a soma não ponderada do conjunto. É o mesmo que fazer uma média da menor escala obtida em cada dimensão do questionário e checar o quanto cada uma está relacionada às demais.

A fórmula que expressa o índice é a seguinte:

$$\alpha = \frac{K}{(K-1)} \times \left[ 1 - \frac{\sum_{j=1}^K s_j^2}{s_T^2} \right]$$

sendo que  $k$  representa o número de itens do instrumento de pesquisa (ou de uma determinada dimensão parcialmente considerada),  $s_j^2 = \frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n (x_{ji} - \bar{x}_j)^2$  estima o cálculo da variância do item  $j$  e  $S^2$  apenas expressa a variância total das escalas definidas. Isso quer dizer que o alfa de Cronbach utiliza o cálculo da correlação média dos coeficientes de correlação de cada questão do questionário sendo utilizado. Estatisticamente, pode-se dizer que um alfa de Cronbach de valor acima de 0,7, no caso das ciências humanas, já implica consistência interna, dado que, neste campo, não é possível esperar o mesmo comportamento das variáveis quando submetidas a ambientes controlados (PETERSON, 1994; NUNNALLY, 1978).

A análise de confiabilidade foi empreendida para este questionário e cada um dos blocos que o compõem. Os resultados obtidos seguem na tabela abaixo:

Tabela 1: Coeficientes alfa de Cronbach para o questionário Censo SUAS/CRAS 2009 por bloco de anotação

Dimensão	Alfa de Cronbach
<b>Bloco 1</b> - Identificação do CRAS	-
<b>Bloco 2</b> - Estrutura física	0,717
<b>Bloco 3</b> - Horário de funcionamento, serviços e atendimentos	0,620
<b>Bloco 4</b> - Informação, registro e documentação	0,841
<b>Bloco 5</b> - Articulação	0,843
<b>Bloco 6</b> - Recursos humanos	0,752
<b>TOTAL</b> (dimensões agregadas)	0,633

Fonte: Censo CRAS 2009

Como se observa, as medidas de confiabilidade das seções do questionário alcançaram, no geral, valores significativos diante das “exigências” mínimas do alfa de Cronbach. Isso quer dizer que a análise de dados realizada com base nas informações contidas neste instrumento de pesquisa tem significância estatística. Embora o índice geral do questionário tenha ficado abaixo de 0,7, contando com um valor de 0,633, logicamente a construção do questionário é um processo contínuo de aperfeiçoamento e, nesse sentido, passível de melhorias ao longo do tempo.

### 3.1.2 A análise de dados

A estratégia metodológica adotada para a análise das variáveis conta com uma abordagem descritiva geral, seguida de análises sob a perspectiva da região de localização e do porte populacional municipal. Como região de localização, utiliza-se a divisão territorial de 1970, definida pelo IBGE, com as modificações de 1988, quando essa divisão territorial foi alterada com a separação do estado de Goiás e a incorporação de Tocantins à região Norte. Abaixo segue a lista das regiões e suas respectivas Unidades Federativas:

- Centro-Oeste - DF, GO, MS e MT (4 Unidades Federativas);
- Nordeste - AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE (9 Unidades Federativas);
- Norte - AC, AM, AP, PA, RO, RR e TO (7 Unidades Federativas);
- Sudeste - ES, MG, RJ e SP (4 Unidades Federativas);
- Sul - PR, RS e SC (3 Unidades Federativas).

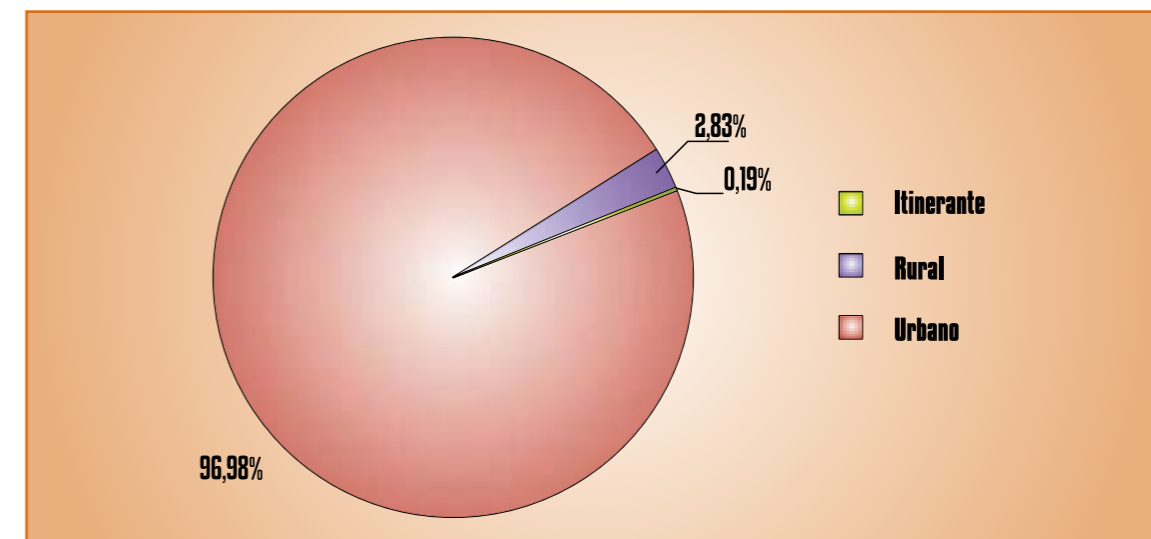
No caso do porte populacional do município de localização dos CRAS, utiliza-se o padrão estipulado pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS):

- porte pequeno I: até 20 mil habitantes;
- porte pequeno II: de 20 mil a 50 mil habitantes;
- porte médio: de 50 mil a 100 mil habitantes;
- porte grande: de 100 mil a 900 mil habitantes;
- porte metrópole: acima de 900 mil habitantes.

### 3.2 Identificação dos CRAS

No concernente à localização geográfica dos CRAS, o gráfico 1 mostra que 96,98% dos CRAS estão localizados em áreas urbanas, um pequeno incremento comparado a 2008, quando este valor remontou a 96,8%.

Gráfico 1: Percentual de CRAS por localização - Brasil - 2009

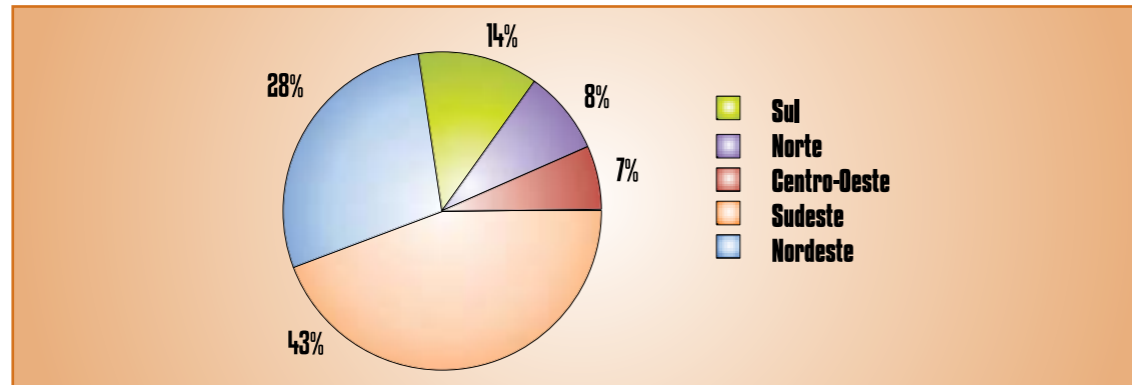


Fonte: Censo CRAS 2009

Esta concentração marginal em áreas urbanizadas coaduna-se com o processo de urbanização em consolidação vivenciado pelo Brasil.

Embora as grandes migrações do meio rural para as cidades tenham ocorrido nas décadas de 1950 a 1980, o último censo realizado em 2000 contabilizava 81% dos então 170 milhões de brasileiros residentes em áreas urbanas, enquanto a PNAD de 2008 registrou 83,75% dos quase 190 milhões de brasileiros nesta condição, o que ratifica a tendência ainda a um pequeno aumento da urbanização antes de sua estabilização no Brasil. A distribuição da população brasileira segundo a contagem populacional 2007/2008, apresentada no gráfico 2, mostra que 43% dos brasileiros residem na região Sudeste, 28% na região Nordeste, 14% na região Sul, 8% na região Norte e 7% na região Centro-Oeste.

Gráfico 2: Distribuição da população brasileira por Grandes Regiões

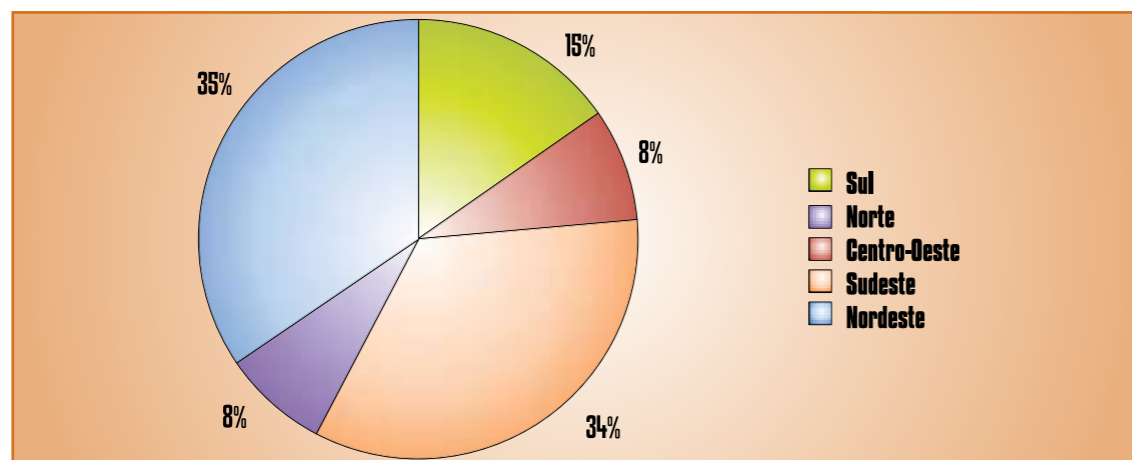


Fonte: Contagem populacional 2007/2008, IBGE.

Conforme o gráfico 3, os CRAS estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste, cada uma com aproximadamente 34% do total, em virtude da diretriz de estabelecimento de ao menos um centro deste tipo em todos os municípios brasileiros, em especial no Nordeste e no entorno das grandes metrópoles desta região e também do Sudeste, bem como da maior população absoluta em situação de vulnerabilidade social nestas regiões.

As regiões Sul, Norte e Centro-Oeste apresentam distribuição dos CRAS similar a sua participação na população do Brasil, correspondente, respectivamente, a 14%, 8% e 7%.

Gráfico 3: Percentual de CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Com relação à evolução da distribuição dos CRAS por região geográfica, pode-se constatar que o maior crescimento foi na região Sul, a qual de 682 passou a abarcar 887 CRAS, um crescimento de 30%, conforme dados constantes da tabela 2.

De forma geral, os fatores que ensejaram a trajetória de crescimento dos CRAS verificada nos últimos anos demandariam uma análise mais detalhada para sua especificação, especialmente dos critérios de expansão dos CRAS para aporte de cofinanciamento pelo MDS, como a destinação do Piso Básico de Transição pactuada no decorrer de 2009.

Não obstante, afigura-se que este aumento de unidades na região Sul não foi aleatório, haja vista que esta região concentrou recursos de cofinanciamento do MDS nas últimas expansões de CRAS, uma vez que detinha recursos do Piso Básico de Transição proporcionalmente acima da média das demais regiões.

Por sua vez, a região Nordeste apresentou o menor crescimento relativo, de 1.837 para 2.000 CRAS. Nas demais regiões, registraram-se aumentos da quantidade de CRAS relativamente próximos à taxa de crescimento em todo o País, que foi de 14% ou 724 novos CRAS (de 5.074 para 5.798 CRAS).

A região Sul ainda é a região com a menor quantidade de CRAS em relação ao total de municípios, com 887 CRAS para 1.188 municípios ou 0,75 CRAS por município. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam razão de CRAS por município próxima de 1, enquanto as regiões Nordeste e Sudeste detêm valores de 1,12 e 1,18 CRAS por município, respectivamente.

Tabela 2: Evolução relativa do quantitativo de CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009

Região	Quantidade de municípios	Quantidade de CRAS em 2008	Quantidade de CRAS em 2009	CRAS por município (2009)
Centro-Oeste	466	422	481	1,03
Nordeste	1.793	1.837	2.000	1,12
Norte	449	403	455	1,01
Sudeste	1.668	1.730	1.975	1,18
Sul	1.188	682	887	0,75
Brasil	5.564	5.074	5.798	1,04

Fonte: Censo CRAS 2009

Afigura-se interessante, também, checar a distribuição de CRAS por municípios brasileiros, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 3: Percentual de municípios com CRAS segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009**

Região	Quantidade de municípios	Quantidade de municípios em 2009	
		Nº	%
<b>Centro-Oeste</b>	466	379	81,3
<b>Nordeste</b>	1.793	1.663	92,7
<b>Norte</b>	449	362	80,6
<b>Sudeste</b>	1.668	1.226	73,5
<b>Sul</b>	1.188	699	58,8
<b>Brasil</b>	5.564	4.329	77,8

Fonte: Censo CRAS 2009

No geral, o CRAS está presente em 77,8% dos municípios brasileiros e a região com maior percentual de cobertura é a Nordeste, que conta com 92,7% de cidades com ao menos um Centro. Logo após, temos a região Centro-Oeste, com 81,3%, e as regiões Norte e Sudeste, com 80,8% e 73,5%, respectivamente. A região com menor cobertura é a Sul, cujo percentual de municípios com CRAS é de apenas 58,8%.

No âmbito da distribuição dos CRAS por porte populacional, em função da priorização política já mencionada de existência de ao menos um CRAS em cada um dos municípios brasileiros e tendo em vista que a maioria destes entes apresenta reduzida população, afigura-se natural que os CRAS concentrem-se nestas localidades de pequeno porte I (até 20.000 habitantes).

Até o mês de setembro de 2009, quando foram coletadas as informações do Censo CRAS 2009, restavam ainda 1.236 municípios brasileiros sem CRAS, mesmo após a expansão de 5.074 CRAS espalhados em 3.831 localidades em 2008 para 5.798 centros distribuídos em 4.329 municípios em 2009.

Por outro lado, um dado alvissareiro constante da MUNIC 2009 é que em 3.915 municípios, ou cerca de 70% do total, a assistência social encontra-se estruturada sob a forma de secretaria municipal exclusiva, não compartilhada com outras áreas.

Outras informações relevantes da aludida pesquisa referem-se ao financiamento da assistência social, em particular a constatação de que 97,7% dos municípios possuem fundo municipal de assistência social e, em 89% deles, estes fundos foram constituídos como unidades orçamentárias.

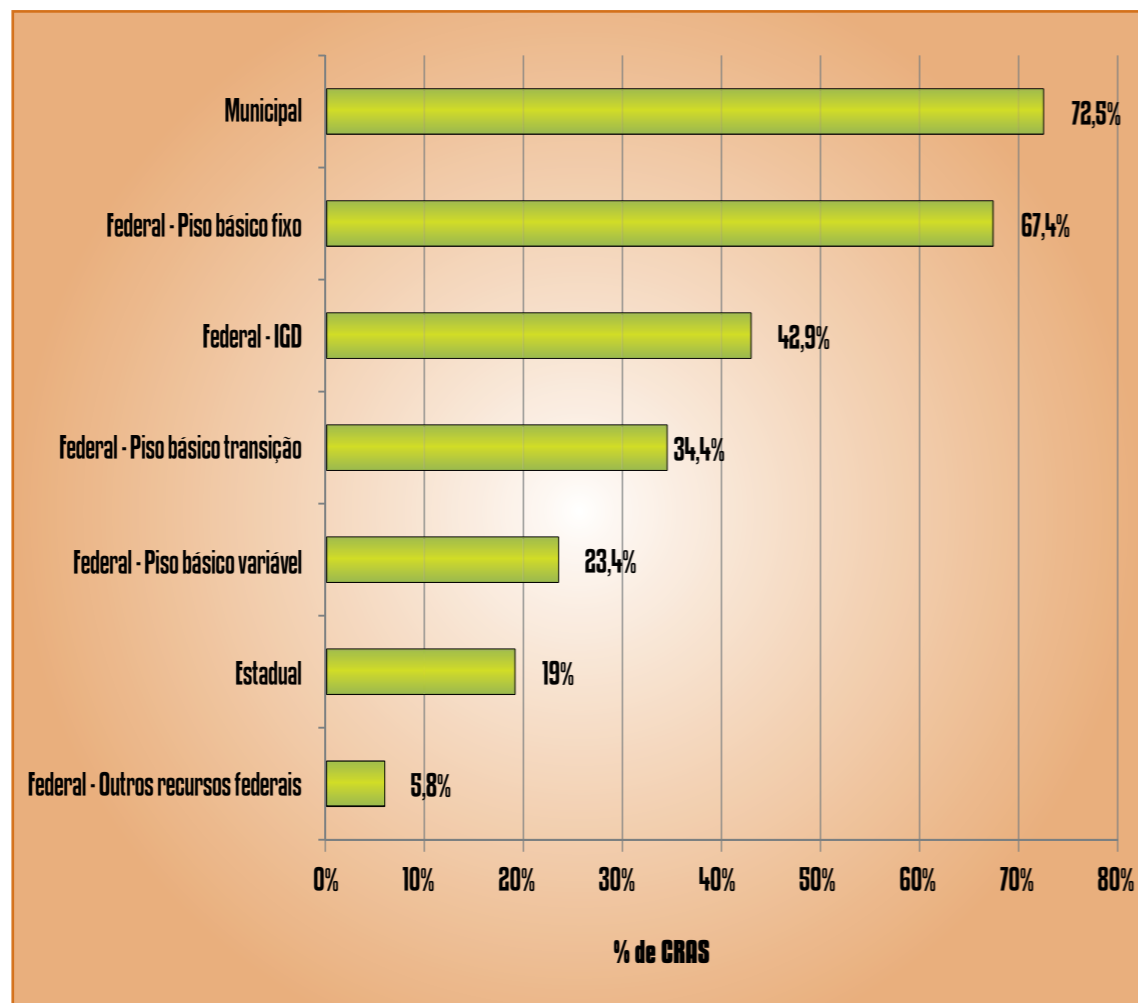
No concernente especificamente à fonte de financiamento dos CRAS, quando analisada de forma não excludente, isto é, se consideramos isoladamente a frequência de uma determinada origem de recursos em um CRAS, independentemente da concorrência de outras fontes para aquele CRAS, as origens mais comuns de recursos são a esfera municipal, os diferentes pisos repassados pelo MDS e, por último, contrapartidas estaduais (gráfico 4).

Dentre os pisos e incentivos<sup>1</sup> geridos pelo MDS, em ordem decrescente de registro para utilização na estruturação e oferta dos serviços nos CRAS, figuram o Piso Básico Fixo, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), o Piso Básico de Transição (PBT) e o Piso Básico Variável (PBV).

Em comparação com 2008, as alterações mais significativas foram o crescimento do percentual de menções ao IGD (de 36,8% para 42,9%), PBV (de 17,8% para 23,4%) e recursos de origem estadual (de 15% para 19%).

1 A título de informação: o SUAS adotou como forma de transferência de recursos os pisos de proteção social. Esses pisos são compostos mediante a participação dos entes federados e são destinados ao custeio dos serviços ofertados no âmbito do SUAS, de acordo com a NOB-SUAS. Por sua vez, o IGD é um índice que mede a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família e do CadÚnico e garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho. O IGD foi criado para ajudar financeiramente os municípios no trabalho de identificação e atendimento às famílias mais vulneráveis. A utilização do recurso segue as determinações do artigo 2º da Portaria nº 148/2006 para aplicação, entre outras áreas, no acompanhamento das famílias beneficiárias, em especial daquelas em situação de maior vulnerabilidade. Vide também a Portaria nº 246/2005.

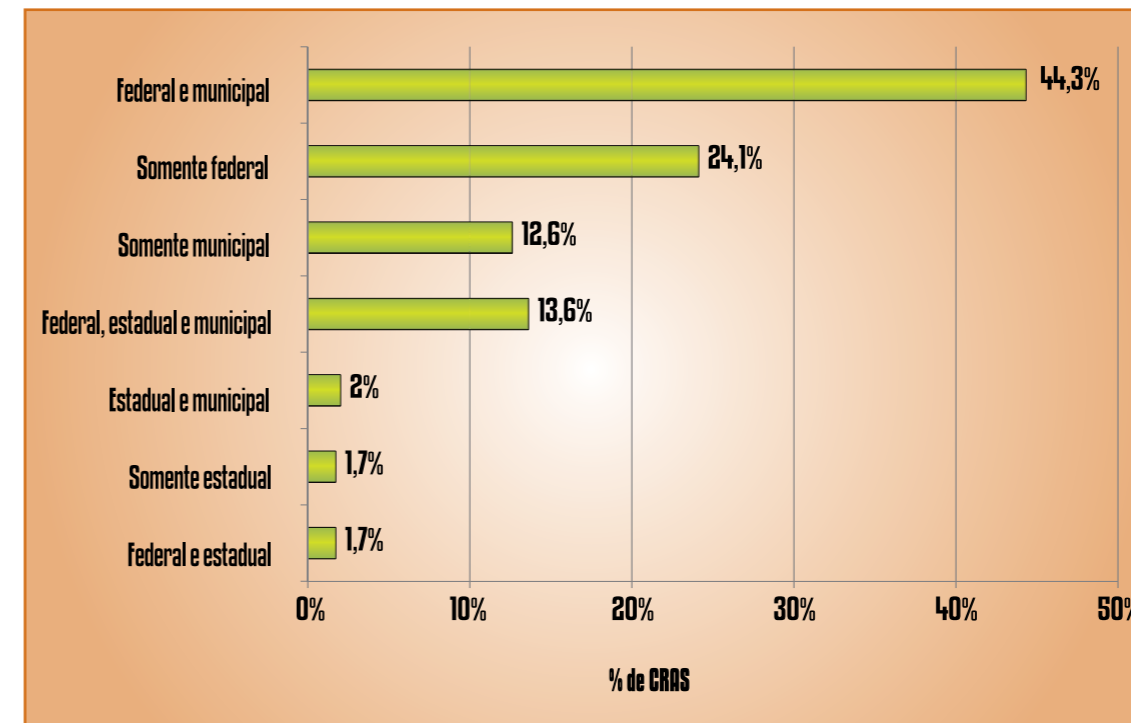
Gráfico 4: Percentual de CRAS segundo fontes de financiamento (não mutuamente excludentes) para funcionamento dos CRAS - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Por outro lado, se analisarmos o conjunto de fontes de financiamento utilizadas em cada CRAS, pode-se constatar a grande relevância dos recursos repassados pelo MDS para sua estruturação, pois 83,7% dos CRAS recebem aportes federais para sua manutenção, enquanto 24% declararam depender exclusivamente de transferências federais, o que demonstra a necessidade de maior disseminação da estratégia de cofinanciamento, conforme preconizada pela NOB (gráfico 5).

Gráfico 5: Percentual de CRAS segundo fontes de financiamento (mutuamente excludentes) para funcionamento dos CRAS - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Entretanto, a gestão compartilhada preconizada pela NOB-SUAS já pode ser constatada em parcela significativa dos CRAS, conforme observado no gráfico 5, com mais de 60% tendo mais de uma fonte de financiamento, com destaque para a combinação de recursos de origem municipal e federal, com 44,3%, e das três esferas de governo, com 13,6% do total.

As tabelas 4 e 5 apresentam o número e percentual de CRAS por fontes de financiamento para o funcionamento, segundo Grandes Regiões e porte populacional, respectivamente.

É possível observar na tabela 4 que os recursos municipais estão presentes em 4.202 CRAS e representam uma fonte de financiamento em mais de 50% dos CRAS em todas as regiões, chegando ao patamar de 87,9% dos CRAS na região Sul. O maior número de CRAS cofinanciados por estados está na região Centro-Oeste (30,6%).

Tabela 4: Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento para funcionamento dos CRAS, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009

Região		Fontes de financiamento							
		Total de CRAS	Estadual	Federal (IGD)	Federal (outros recursos federais)	Federal (Piso Básico Fixo)	Federal (Piso Básico de Transição)	Federal (Piso Básico Variável)	Municipal
<b>Norte</b>	N.Abs	455	18	172	23	371	170	131	302
	%		4,0%	37,8%	5,1%	81,5%	37,4%	28,8%	66,4%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	2.000	288	742	80	1.715	600	462	1.165
	%		14,4%	37,1%	4,0%	85,8%	30,0%	23,1%	58,3%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.975	562	783	102	1.111	541	360	1.553
	%		28,5%	39,6%	5,2%	56,3%	27,4%	18,2%	78,6%
<b>Sul</b>	N.Abs	887	85	503	74	408	453	229	780
	%		9,6%	56,7%	8,3%	46,0%	51,1%	25,8%	87,9%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	481	147	286	55	300	232	172	402
	%		30,6%	59,5%	11,4%	62,4%	48,2%	35,8%	83,6%
<b>Total</b>	N.Abs	5.798	1.100	2.486	334	3.905	1.996	1.354	4.202
	%		19,0%	42,9%	5,8%	67,4%	34,4%	23,4%	72,5%

Fonte: Censo CRAS 2009

As fontes de financiamento por porte populacional sinalizam expressiva participação de recursos locais em municípios de grande porte e metrópoles, respectivamente de 80% e 94%, conforme observado na tabela 5.

Tabela 5: Número e percentual de CRAS, por fontes de financiamento para funcionamento dos CRAS, segundo porte populacional - Brasil - 2009

Porte populacional		Fontes de financiamento							
		Total de CRAS	Estadual	Federal (IGD)	Federal (outros recursos federais)	Federal (Piso Básico Fixo)	Federal (Piso Básico de Transição)	Federal (Piso Básico Variável)	Municipal
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	2.949	450	1.375	144	1.934	1.084	650	2.015
	%		15,30%	46,60%	4,90%	65,60%	36,80%	22,00%	68,30%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	1.006	234	384	30	752	342	212	686
	%		23,30%	38,20%	3,00%	74,80%	34,00%	21,10%	68,20%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	537	130	189	18	344	156	114	412
	%		24,20%	35,20%	3,40%	64,10%	29,10%	21,20%	76,70%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	1.032	213	373	73	662	296	245	831
	%		20,60%	36,10%	7,10%	64,10%	28,70%	23,70%	80,50%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	274	73	165	69	213	118	133	258
	%		26,60%	60,20%	25,20%	77,70%	43,10%	48,50%	94,20%
<b>Total</b>	N.Abs	5.798	1.100	2.486	334	3.905	1.996	1.354	4.202
	%		19,00%	42,90%	5,80%	67,40%	34,40%	23,40%	72,50%

Fonte: Censo CRAS 2009

Ainda com respeito ao financiamento, cabe destacar a importância fundamental do Piso Básico Fixo para a manutenção dos CRAS, pois é a única fonte federal de recursos com distribuição relativamente homogênea de menções no questionário pelos municípios, independentemente de seu porte. Todas as demais fontes apresentam percentuais significativamente mais elevados nas grandes cidades, especialmente nas metrópoles.

Obviamente, existe uma tendência a uma maior quantidade de CRAS por município nas localidades de grande porte populacional, em função dos limites para a quantidade de famílias referenciadas a cada CRAS.

Tabela 6: Evolução relativa do quantitativo de CRAS segundo porte populacional - Brasil - 2009

Porte populacional	Quantidade de municípios	Quantidade de CRAS em 2008	Quantidade de CRAS em 2009	CRAS por município (2009)
<b>Pequeno I</b>	4.004	2.455	2.949	0,74
<b>Pequeno II</b>	994	928	1.006	1,01
<b>Médio</b>	313	468	537	1,72
<b>Grande</b>	237	954	1.032	4,35
<b>Metrópole</b>	16	269	274	17,13
<b>Total</b>	5.564	5.074	5.798	1,04

Fonte: Censo CRAS 2009

Por sua vez, um aspecto alvissareiro na comparação entre 2008 e 2009 é que as maiores taxas de crescimento do número de CRAS foram registradas nos municípios de até 20.000 habitantes (pequeno porte I), com 20% ou quase 500 novos CRAS, e nas localidades de médio porte (de 50.001 até 100.000 habitantes), com elevação de 14% (tabela 6).

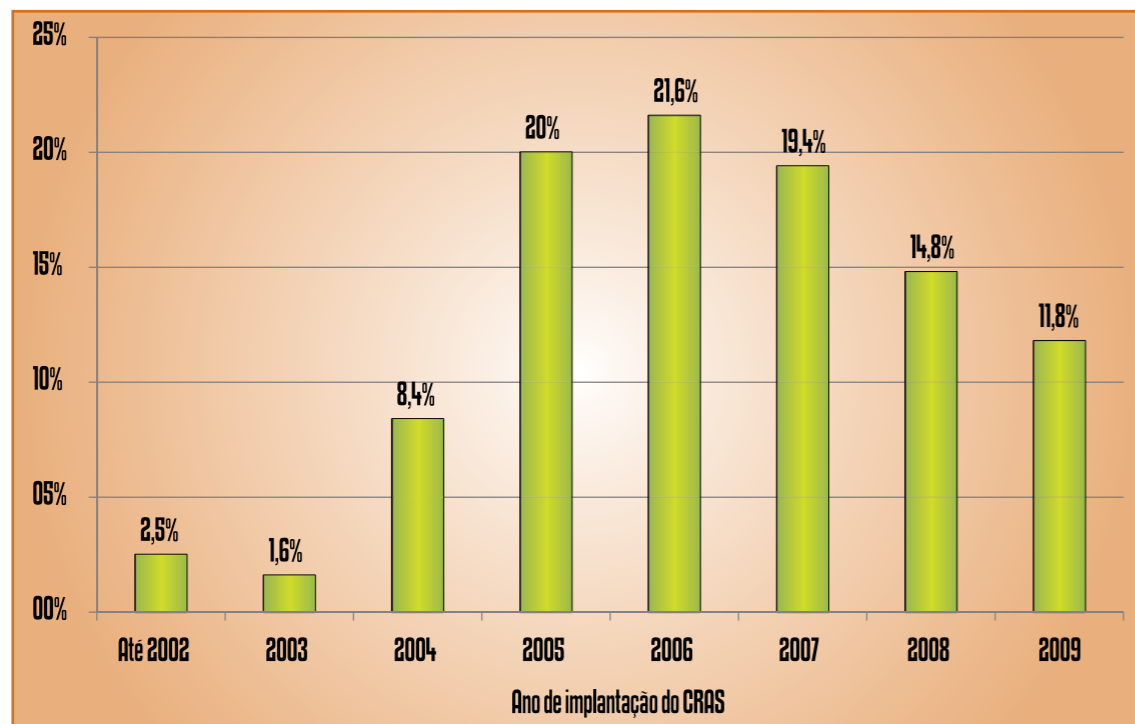
O maior crescimento na cobertura municipal da existência de CRAS ocorreu na região Sul, justamente a que apresentava, e ainda apresenta, o menor percentual de municípios com CRAS, equivalente a cerca de 58% contra um percentual acima de 70% nas demais regiões. Conforme anteriormente citado, isto se deveu, em particular, à maior participação de municípios desta região nos recursos do antigo Piso Básico de Transição, o qual foi repartido, dentre outras finalidades, também para o custeio dos CRAS. Com exceção da Região Nordeste, a qual apresentou o menor crescimento, da ordem de 5% no interstício 2008/2009, até pela maior cobertura já existente, a qual superou a marca de 90%, as demais regiões apresentam elevação entre 10% e 15% no aludido período.

Tabela 7: Percentual de municípios com CRAS segundo porte populacional - Brasil - 2009

Região	Quantidade de municípios	Quantidade de Municípios com CRAS em 2008		Quantidade de Municípios com CRAS em 2009		Qtd de municípios com CRAS (variação % 2008/2009)
		Nº	%	Nº	%	
<b>Centro-Oeste</b>	466	335	71,89%	379	81,33%	13,13%
<b>Nordeste</b>	1.794	1.573	87,68%	1.663	92,70%	5,72%
<b>Norte</b>	449	324	72,16%	362	80,62%	11,73%
<b>Sudeste</b>	1.668	1.074	64,39%	1.226	73,50%	14,15%
<b>Sul</b>	1.188	525	44,19%	699	58,84%	33,14%
<b>Total</b>	5.565	3.831	68,84%	4.329	77,79%	13,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Gráfico 6: Percentual de CRAS segundo ano de implantação - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Na trajetória de implantação dos CRAS em todo o País, é importante ressaltar que a aprovação da NOB em 2005 impulsionou um aumento substancial do número destas unidades. A partir de então, a transferência de recursos passou a obedecer critérios que consideravam o nível de gestão<sup>2</sup> dos municípios e outras condições dispostas na aludida Norma Operacional. A implantação dos CRAS passou a ser parte integrante de uma estratégia mais ampla de qualificação progressiva dos municípios no tocante à oferta de serviços socioassistenciais e também da estrutura disponibilizada para consecução destas atividades. O gráfico 6 ilustra este fato.

Desde 2003, a média anual de novos CRAS foi de 807 unidades, ultrapassando o patamar de 1.000 CRAS/ano, se considerado somente o período de 2005 a 2007. A tabela 8 apresenta o número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Grandes Regiões.

Tabela 8: Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009

Região		Período de implantação			Total
		Até 2004	De 2005 a 2007	De 2008 a 2009	
<b>Norte</b>	N.Abs	55	276	124	455
	%	12,1	60,7	27,3	
<b>Nordeste</b>	N.Abs	269	1.351	380	2.000
	%	13,5	67,6	19,0	
<b>Sudeste</b>	N.Abs	263	1.192	520	1.975
	%	13,3	60,4	26,3	
<b>Sul</b>	N.Abs	61	483	343	887
	%	6,9	54,5	38,7	
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	72	236	173	481
	%	15,0	49,1	36,0	
<b>Total</b>	N.Abs	144	2.988	2.666	5.798
	%	2,5	51,5	46,0	

Fonte: Censo CRAS 2009

Em adição, constata-se que as metrópoles e grandes municípios foram priorizados nos primeiros anos de implantação dos CRAS. Este processo deu-se mediante regras públicas pactuadas na CIT (NOB), na qual estes tipos de cidades tiveram maior capacidade de resposta às exigências acordadas àquela época.

<sup>2</sup> A NOB instituiu três níveis de gestão municipal: inicial, básica e plena, em ordem crescente de responsabilidades atribuídas ao gestor local e de cofinanciamento por parte da União.

Tabela 9: Número e percentual de CRAS, por ano de implantação, segundo porte populacional - Brasil - 2009

Porte populacional		Período de implantação			Total
		Até 2002	2003 a 2006	2007 a 2009	
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	43	1.295	1.611	2.949
	%	1,5%	43,9%	54,6%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	17	57	424	1.006
	%	1,7%	56,2%	42,1%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	21	287	229	537
	%	3,9%	53,4%	42,6%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	42	641	349	1.032
	%	4,1%	62,1%	33,8%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	21	200	53	274
	%	7,7%	73,0%	19,3%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	144	2.988	2.666	5.798
	%	2,5%	51,5%	46,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Com a consolidação de uma nova política de assistência social após a aprovação da Norma Operacional Básica de 2005 e a instauração do Sistema Único de Assistência Social supracitados, a partir de 2007 o processo de expansão foi mais homogêneo, com aumento da participação de municípios de pequeno porte, cuja participação no total de novos CRAS cresceu de 45%, entre 2003 e 2006 (1.352 centros de um total de 2.988 unidades), para 76%, no período de 2007 a 2009, ou 2.035 CRAS de um total de 2.666 unidades (tabela 9).

Em linhas gerais, a partir do advento da NOB em 2005, com a adoção de critérios de partilha e transferência de recursos da Assistência Social – consequentemente ao cofinanciamento federal para os CRAS – o Censo CRAS explicita uma estratégia coerente na implantação e distribuição dos Centros de Referência de Assistência Social, no caminho para viabilização da universalização na cobertura da Proteção Social Básica, com centralidade na família e referenciada nos territórios de maior vulnerabilidade preconizada pela PNAS/2004.

Por sua vez, os dados de financiamento indicam a importância fundamental das transferências efetuadas pelo MDS para a manutenção dos CRAS e oferta dos serviços. Em adição, constata-se uma pequena, mas progressiva participação de outras esferas no custeio dos CRAS, com destaque para o cofinanciamento simultâneo pelas três esferas, que passou de 9,5% para 13,6%.

### 3.3 Estrutura física dos CRAS

Conforme disposto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS), a estruturação e manutenção dos CRAS pelos municípios é requisito para sua habilitação aos níveis básico ou pleno de gestão do SUAS<sup>3</sup>.

Neste contexto, considerando-se que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser ofertado em todos os CRAS, decorre que a estrutura física dos CRAS deve ser capaz, minimamente, de oferecer espaço adequado para a disponibilização deste serviço. Caso sejam realizadas atividades de outros serviços no espaço do CRAS, obviamente, sua estrutura terá de ser ampliada de forma a comportá-las adequadamente.

Pela sua importância como principal serviço de acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, o PAIF foi alvo de análises detalhadas do MDS para definição de vários aspectos necessários à sua disponibilização adequada por parte dos municípios, inclusive no tocante à estrutura física.

Segundo a NOB-SUAS, os CRAS podem ser enquadrados em três tamanhos distintos, com 2.500, 3.500 ou 5.000 famílias referenciadas, conforme o porte populacional do município em que estejam localizados. Convencionou-se, nessa linha, que sua capacidade de atendimento anual corresponderia, respectivamente, a 500, 750 ou 1.000 famílias.

Por sua vez, em um estudo específico<sup>4</sup> consolidado no caderno de orientações técnicas para os CRAS<sup>5</sup>, determinou-se a seguinte estrutura física mínima para disponibilização do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, conforme a capacidade de atendimento do CRAS:



3 O SUAS apresenta três níveis de gestão municipal: inicial, básica e plena, em ordem crescente de responsabilidades atribuídas ao gestor local e de cofinanciamento por parte da União. Em todos os níveis, a gestão dos recursos é encargo dos próprios municípios. Aqueles que não se habilitarem aos níveis descritos, terão seus recursos geridos pelos respectivos Estados.

4 CASTRO, Flávio José Rodrigues de. "CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais" -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

5 Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. - 1. ed - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.



Quadro 1: Composição técnica do espaço físico - Brasil - 2009

Espaço	Uso	Metragem (m²)	Quantidade por capacidade de atendimento anual do CRAS		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
<b>Recepção</b>	Espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, em especial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos	12	1	1	1
<b>Sala de atendimento</b>	Espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos	12	1	1	2
<b>Sala de uso coletivo</b>	Espaço que deve permitir uso múltiplo, destinado à realização de atividades coletivas, especialmente aquelas com grupos de famílias	35	1	1	2
<b>Sala administrativa</b>	Espaço destinado às atividades administrativas, como registro de informações e produção de dados	20	1	1	1
<b>Copa</b>	Espaço destinado ao preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS	5	1	1	1
<b>Banheiros</b>		10	1	1	1
Metragem total mínima por CRAS			94m²	94m²	141m²

Fonte: Censo CRAS 2009

Com respeito à situação do imóvel onde se localiza o CRAS, o Censo 2009 não mostrou alterações substantivas em âmbito nacional, embora tenha havido uma ligeira melhora pelo aumento de imóveis próprios da prefeitura (de 43,7% para 44,36%) e uma redução de CRAS em imóveis cedidos (de 6,9% para 6,21%).

O quantitativo de imóveis alugados e em outras situações manteve-se em patamares estáveis, em torno, respectivamente, de 48,3% e 1,1%.

A constatação de que quase metade dos CRAS funciona em imóveis alugados, conforme se observa na tabela 10, enseja preocupação com a potencial necessidade de mudança de local da unidade em razão de problemas na renovação de contratos de aluguel. Além disso, não é permitido realizar investimento (reformas) em imóveis alugados.

Obviamente, tendo em vista que as áreas que reúnem muitas famílias em situação de vulnerabilidade social frequentemente não são regularizadas sob a égide do ordenamento territorial municipal, é natural que, por vezes, seja difícil encontrar imóveis para aquisição com vistas à instalação de CRAS.

Na contraposição dos dados de 2008 e 2009, no que se refere à relação fontes de financiamento x situação do imóvel dos CRAS, constata-se que houve um aumento na participação de imóveis próprios em CRAS cujos recursos são de origem somente federal/estadual e somente federal/municipal, respectivamente, de 47,4% e 42,7% em 2008 para 50,5% e 45,6% em 2009.

Por sua vez, em CRAS com financiamento exclusivamente municipal ou de origem estadual/municipal registrou-se uma elevação dos imóveis alugados, de 38,4% e 51,1% em 2008 para 44,4% e 58,6% em 2009.

Tabela 10: Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - Brasil - 2009

fontes de financiamento (cofinanciamento)	Situação do imóvel				
	Alugado pela Prefeitura	Cedido para a Prefeitura	Próprio da Prefeitura	Outro	Total
<b>Somente federal</b>	N.Abs 797	84	496	21	1.398
	% 57,0%	6,0%	35,5%	1,5%	100,0%
<b>Somente estadual</b>	N.Abs 49	7	43	0	99
	% 49,5%	7,1%	43,4%	0,0%	100,0%
<b>Somente municipal</b>	N.Abs 325	45	359	3	732
	% 44,4%	6,1%	49,0%	0,4%	100,0%
<b>Somente federal e estadual</b>	N.Abs 38	10	50	1	99
	% 38,4%	10,1%	50,5%	1,0%	100,0%
<b>Somente federal e municipal</b>	N.Abs 1.216	157	1.170	25	2.568
	% 47,4%	6,1%	45,6%	1,0%	100,0%
<b>Somente estadual e municipal</b>	N.Abs 68	4	43	1	116
	% 58,6%	3,4%	37,1%	0,9%	100,0%
<b>Federal, estadual e municipal</b>	N.Abs 310	53	411	12	786
	% 39,4%	6,7%	52,3%	1,5%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs 2.803	360	2.572	63	5.798
	% 48,3%	6,2%	44,4%	1,1%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Em adição, ao cruzar as informações sobre o recebimento de financiamento federal via Piso Básico Fixo, o qual é destinado exclusivamente para a execução do PAIF, e a situação do imóvel onde se localiza o CRAS, verifica-se uma ligeira melhora, com 41,7% dos CRAS que recebem o piso em imóvel próprio da prefeitura, conforme apresentado na tabela 11. Pelos dados do Censo CRAS 2008, este número foi de 40,7%. Ainda mais relevante, a quantidade de CRAS que recebem o Piso Básico Fixo aumentou de 3.571 unidades em 2008 para 3.905 em 2009, um crescimento de 9,3%.

**Tabela 11: Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso Básico Fixo) - Brasil - 2009**

Situação do imóvel	Financiamento Federal - Piso Básico Fixo			
	Sim	Não	Total	
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	1.985	818	2.803
	%	50,8%	43,2%	48,3%
<b>Cedido para a Prefeitura</b>	N.Abs	241	119	360
	%	6,2%	6,3%	6,2%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	1.630	942	2.572
	%	41,7%	49,8%	44,4%
<b>Outro</b>	N.Abs	49	14	63
	%	1,3%	0,7%	1,1%
<b>Total</b>	N.Abs	3.905	1.893	5.798
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Posto de outra forma, isso implica que ao menos 390 CRAS foram implantados em 2009 sem o aporte do Piso Básico Fixo, principal fonte de financiamento federal para estas unidades, evidenciando um crescente envolvimento das esferas estadual e, sobretudo, municipal na estruturação destes centros e da assistência social de forma geral em seus territórios.

Por outro lado, ao analisar a situação do imóvel dos CRAS conforme a distribuição destes centros por região geográfica, não houve grandes variações em termos percentuais no biênio 2008/2009 (tabela 12). Na prática, as regiões Sul e Centro-Oeste destacam-se pela maior quantidade de CRAS localizados em imóveis próprios da prefeitura, os quais

representam mais de 60% do total das unidades situadas nestas regiões. De forma oposta, o Nordeste continua a apresentar os mais baixos índices neste quesito, com apenas 32% dos CRAS em imóveis próprios da respectiva prefeitura.

**Tabela 12: Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009**

Região	Situação do imóvel					
	Alugado pela Prefeitura	Cedido para a Prefeitura	Próprio da Prefeitura	Outro	Total	
<b>Norte</b>	N.Abs	199	30	224	2	455
	%	43,7%	6,6%	49,2%	0,4%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.253	92	642	13	2.000
	%	62,7%	4,6%	32,1%	0,7%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	958	135	851	31	1.975
	%	48,5%	6,8%	43,1%	1,6%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	263	69	542	13	887
	%	29,7%	7,8%	61,1%	1,5%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	130	34	313	4	481
	%	27,0%	7,1%	65,1%	0,8%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.803	360	2.572	63	5.798
	%	48,3%	6,2%	44,4%	1,1%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Entretanto, tendo em vista que 724 CRAS foram implantados em 2009, os dados acima não implicam uma falta de avanço nesta seara, uma vez que houve uma elevação absoluta substancial da quantidade de CRAS localizados em imóveis próprios das prefeituras, de 2.218 em 2008 para 2.572 unidades em 2009, um crescimento de 15,9%, muito próximo ao aumento da quantidade global de CRAS no País, o qual remontou a 14,2% (tabela 13). Em outra perspectiva, os dados do censo indicam também que, à medida que aumenta o porte populacional do município, maior a frequência de CRAS em imóveis próprios da prefeitura.

**Tabela 13: Número e percentual de CRAS, por situação do imóvel onde se localiza, segundo porte populacional - Brasil - 2009**

Porte populacional	Situação do imóvel					Total
		Alugado pela Prefeitura	Cedido para a Prefeitura	Próprio da Prefeitura	Outro	
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N Abs.	1.409	172	1.341	27	2.949
	%	47,80%	5,80%	45,50%	0,90%	100,00%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N Abs.	557	55	384	10	1.006
	%	55,40%	5,50%	38,20%	1,00%	100,00%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N Abs.	283	25	226	3	537
	%	52,70%	4,70%	42,10%	0,60%	100,00%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N Abs.	463	87	462	20	1.032
	%	44,90%	8,40%	44,80%	1,90%	100,00%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N Abs.	91	21	159	3	274
	%	33,20%	7,70%	58,00%	1,10%	100,00%
<b>Total</b>	N Abs.	2.803	360	2.572	63	5.798
	%	48,30%	6,20%	44,40%	1,10%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

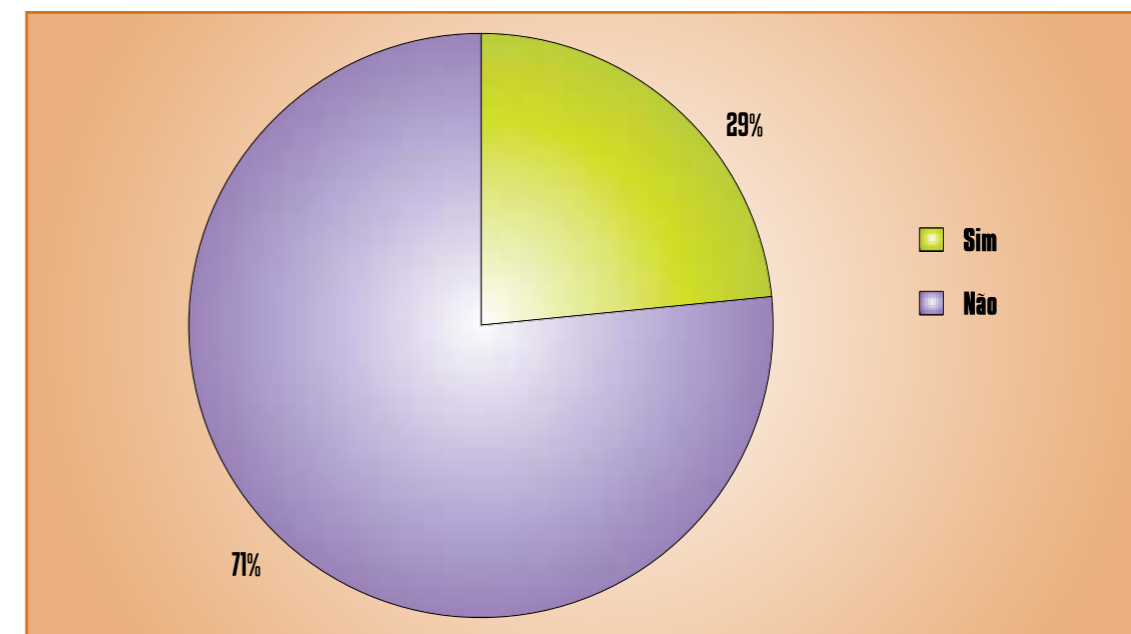
Não obstante, na comparação entre os anos de 2008 e 2009, registra-se uma evolução positiva na situação dos CRAS em municípios de pequeno porte I, II e médios, cujos CRAS em imóveis próprios passaram de 44,7%, 35,9% e 41% em 2008 para 45,5%, 38,2% e 42,1% em 2009, respectivamente.

Surpreendentemente, houve uma redução relativa de CRAS em imóveis próprios nos municípios de grande porte, de 45,7% para 44,8%, embora tenha havido um crescimento absoluto de unidades nesta situação de 436 para 462 unidades, e, nas metrópoles, registrou-se uma redução em termos relativos e absolutos, com 160 unidades ou 59,5% do total em imóveis próprios no ano de 2008 para 159 unidades ou 58% em 2009.

No tocante ao compartilhamento dos imóveis onde estão localizados os CRAS com outras atividades, registrou-se uma continuidade do aumento na quantidade de imóveis exclusivos para os CRAS, que passaram de 59% do total em 2007 para 65% do total em 2008 e para 71,47% em 2009.

Em números absolutos, equivale dizer que houve um aumento de 3.299 unidades em 2008 para 4.144 centros em 2009. Em outras palavras, mais de 800 CRAS passaram a contar com infraestrutura exclusiva em 2009. Contudo, conforme demonstrado no gráfico 7, ainda restam 29% dos CRAS que compartilham o imóvel com outras atividades.

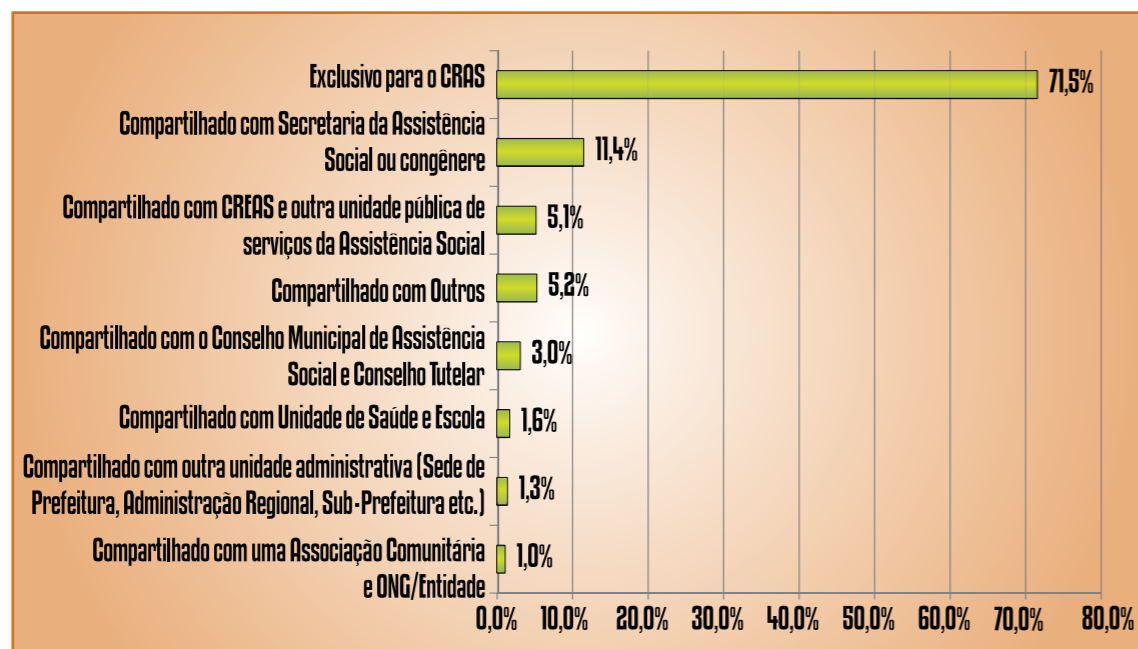
**Gráfico 7: Número de CRAS segundo compartilhamento ou não do imóvel - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

Dentre os CRAS cujos imóveis são compartilhados com outras atividades, as formas mais comuns registradas são o compartilhamento com a própria Secretaria Municipal de Assistência Social ou congêneres, bem como com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou outra unidade pública de serviços da Assistência Social, com, respectivamente, 11,4% e 5,1% do total.

Gráfico 8: Percentual de CRAS segundo tipo de compartilhamento do imóvel - Brasil - 2009

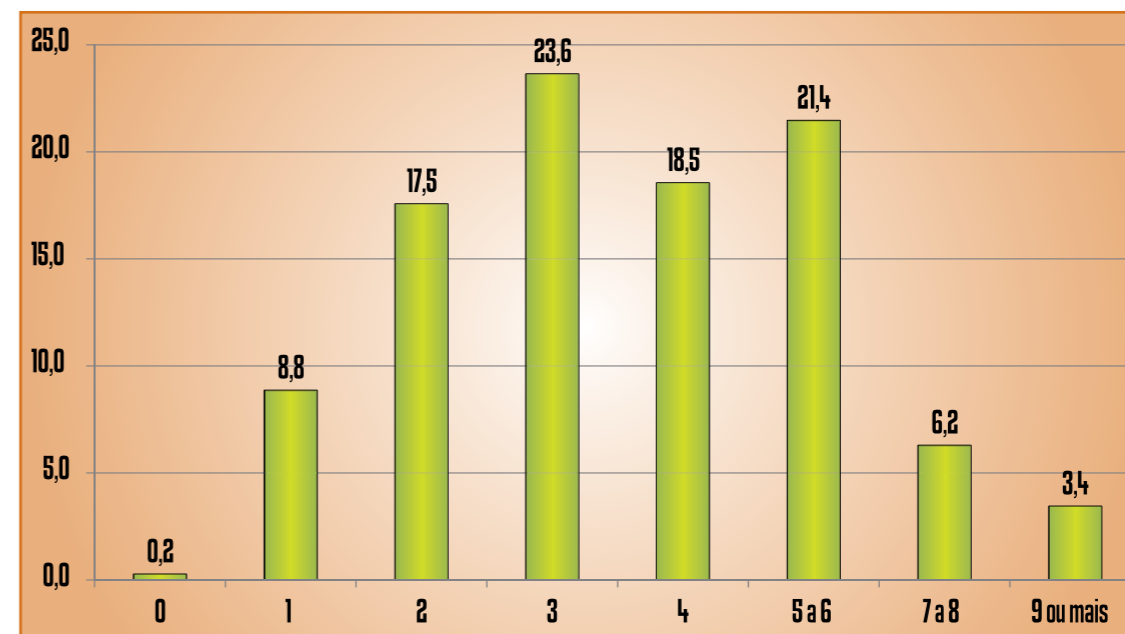


Fonte: Censo CRAS 2009

Com respeito à conformação física de cada CRAS, cabe lembrar que, minimamente, os CRAS devem apresentar ao menos duas salas, uma para atendimento particularizado e outra para uso coletivo, além de ambientes para coordenação administrativa, recepção, banheiros e copa. O gráfico 9 apresenta o percentual de CRAS, segundo o total de salas de atendimento.

Neste âmbito, também houve uma melhora no perfil dos CRAS, com uma redução de 10,3% de CRAS com 1 sala ou menos em 2008 para 9,1% nesta condição em 2009, sendo apenas 0,3% com nenhuma sala em 2009, contra 0,5% em 2008.

Gráfico 9: Percentual de CRAS segundo total de salas de atendimento - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Além disso, foi expressiva também a redução de CRAS com três salas, de 25,5% em 2008 para 23,6% em 2009, bem como o aumento de unidades com cinco ou seis salas, que passou de 18,2% em 2008 para 21,5% do total em 2009.

No geral, os centros que apresentam de duas a seis salas correspondem a mais de 80% do total de CRAS no País (gráfico 9).

Ao se contrapor a estrutura física dos CRAS com sua localização geográfica (tabela 14), percebe-se uma distribuição relativamente uniforme, com exceção dos CRAS com três salas, mais comuns proporcionalmente nas regiões Norte e Nordeste, nas quais correspondem respectivamente a 26% e 29%, contra cerca de 20% nas demais regiões, e dos CRAS com cinco a seis salas, que representam próximo de 24% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, contra 18% no Norte e Nordeste.

**Tabela 14: Número e percentual de CRAS, por total de salas de atendimento, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009**

Região	Total de Salas de Atendimento									
		0	1	2	3	4	5 a 6	7 a 8	9 ou mais	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	4	50	95	120	65	75	26	20	455
	%	0,9%	11,0%	20,9%	26,4%	14,3%	16,5%	5,7%	4,4%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	2	159	366	584	365	383	94	47	2.000
	%	0,1%	8,0%	18,3%	29,2%	18,3%	19,2%	4,7%	2,4%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	5	165	336	397	404	459	131	78	1.975
	%	0,3%	8,4%	17,0%	20,1%	20,5%	23,2%	6,6%	3,9%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	2	105	134	176	166	202	65	37	887
	%	0,2%	11,8%	15,1%	19,8%	18,7%	22,8%	7,3%	4,2%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	2	34	87	93	75	125	48	17	481
	%	0,4%	7,1%	18,1%	19,3%	15,6%	26,0%	10,0%	3,5%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	15	513	1.018	1.370	1.075	1.244	364	199	5.798
	%	0,3%	8,8%	17,6%	23,6%	18,5%	21,5%	6,3%	3,4%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Os CRAS com quantidade insuficiente de salas, uma ou nenhuma, são mais frequentes nas regiões Norte e Sul, onde respondem por 12% de todas as unidades. Nas demais regiões, correspondem a menos de 9% do total.

Na comparação entre 2008 e 2009, os melhores resultados foram verificados na região Centro-Oeste, com redução de 9,5% para 7,5% de CRAS com uma sala ou menos, além de um aumento de CRAS com cinco a seis salas de 19,7% em 2008 para 26% em 2009. As regiões Norte e Nordeste não apresentaram variações significativas no período.

Por sua vez, no Sudeste houve uma redução dos CRAS com quantidade insuficiente de salas, de 10,2% para 8,7% em 2009, além de uma diminuição dos CRAS com duas ou três salas, que passaram de 41,9% em 2008 para 37,1% em 2009, ao mesmo tempo em que o número de CRAS com quatro a seis salas aumentou de 37,3% para 43,7%.

A região Sul apresentou os piores resultados, uma vez que não houve redução dos CRAS com uma ou nenhuma sala.

Na análise por porte populacional, nota-se uma maior quantidade de CRAS com cinco salas ou mais nas metrópoles, decorrente do afluxo superior de pessoas aos centros nestes municípios (vide tabela 15).

Não obstante, no interstício 2008/2009, cabe destacar o crescimento de CRAS com cinco ou seis salas em municípios de até 20 mil habitantes e de 20 mil a 50 mil habitantes, de 16,1% para 20,2% e de 18,3% para 23%, respectivamente.

Nos municípios de pequeno porte II, este aumento foi acompanhado por uma redução de 27% para 21,6% dos CRAS com três salas.

Nos municípios de médio e grande porte não houve variações significativas.

Nas metrópoles, os CRAS com até duas salas passaram de 27,2% para 16,8% e, nos CRAS de três salas ou mais, registrou-se um crescimento de 72,8% para 83,2%.

**Tabela 15: Número e percentual de CRAS, por total de salas de atendimento, segundo porte populacional - Brasil - 2009**

Porte populacional	Total de salas de atendimento									
		0	1	2	3	4	5 a 6	7 a 8	9 ou mais	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N Abs.	10	313	577	713	555	595	128	58	2.949
	%	0,30%	10,60%	19,60%	24,20%	18,80%	20,20%	4,30%	2,00%	100,00%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N Abs.	2	81	175	217	189	231	71	40	1.006
	%	0,20%	8,10%	17,40%	21,60%	18,80%	23,00%	7,10%	4,00%	100,00%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N Abs.	0	38	90	132	97	109	43	28	537
	%	0,00%	7,10%	16,80%	24,60%	18,10%	20,30%	8,00%	5,20%	100,00%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N Abs.	3	67	144	245	188	235	97	53	1.032
	%	0,30%	6,50%	14,00%	23,70%	18,20%	22,80%	9,40%	5,10%	100,00%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N Abs.	0	14	32	63	46	74	25	20	274
	%	0,00%	5,10%	11,70%	23,00%	16,80%	27,00%	9,10%	7,30%	100,00%
<b>Total</b>	N Abs.	15	513	1.018	1.370	1.075	1.244	364	199	5.798
	%	0,30%	8,80%	17,60%	23,60%	18,50%	21,50%	6,30%	3,40%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

No cruzamento entre situação do imóvel e quantidade de salas por CRAS, não houve alterações significativas entre 2008 e 2009. Destaca-se somente que o percentual de CRAS em imóveis próprios da prefeitura apenas supera o de CRAS em imóveis alugados para CRAS com cinco ou mais salas.

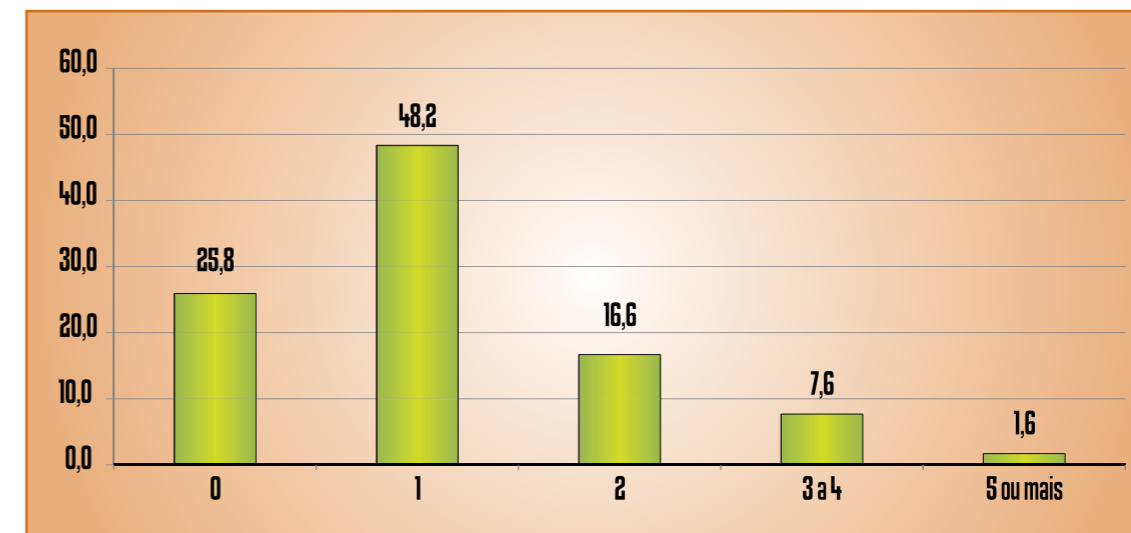
Tabela 16: Número e percentual de CRAS, por total de salas de atendimento, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009

Situação do imóvel		Total de salas de atendimento								Total
		0	1	2	3	4	5 a 6	7 a 8	9 ou mais	
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N Abs.	10	257	535	700	536	567	138	60	2.803
	%	0,40%	9,20%	19,10%	25,00%	19,10%	20,20%	4,90%	2,10%	100,00%
<b>Cedido para a Prefeitura</b>	N Abs.	1	30	64	99	65	76	19	6	360
	%	0,30%	8,30%	17,80%	27,50%	18,10%	21,10%	5,30%	1,70%	100,00%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N Abs.	4	214	413	560	463	590	201	127	2.572
	%	0,20%	8,30%	16,10%	21,80%	18,00%	22,90%	7,80%	4,90%	100,00%
<b>Outro</b>	N Abs.	0	12	6	11	11	11	6	6	63
	%	0,00%	19,00%	9,50%	17,50%	17,50%	17,50%	9,50%	9,50%	100,00%
<b>Total</b>	N Abs.	15	513	1.018	1.370	1.075	1.244	364	199	5.798
	%	0,30%	8,80%	17,60%	23,60%	18,50%	21,50%	6,30%	3,40%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Ao analisar os CRAS pelo tamanho das salas de atendimento disponíveis, para as salas com capacidade de 15 a 30 pessoas, não houve alterações significativas no biênio 2008/2009, havendo ainda mais de 25% de CRAS sem nenhuma sala deste porte, uma porcentagem significativa, tendo em vista que estas salas são prioritárias à realização de atividades coletivas com grupos de famílias do PAIF, conforme Guia de Orientações Técnicas para o CRAS. Esta constatação sugere um acompanhamento mais detalhado destes CRAS.

Gráfico 10: Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade de 15 a 30 pessoas - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Em particular, a quantidade de CRAS sem salas com esta capacidade decresceu acentuadamente no Centro-Oeste, passando de 30,8% para 23,5%, e nas metrópoles, nas quais de 29,7%, ou 80 unidades, viu-se reduzida para 21,2% ou 58 CRAS.

Tabela 17: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009

Região		Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
<b>Norte</b>	N.Abs	141	198	73	34	9	455
	%	31,0%	43,5%	16,0%	7,5%	2,0%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	433	1.040	360	144	23	2.000
	%	21,7%	52,0%	18,0%	7,2%	1,2%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	586	880	312	162	35	1.975
	%	29,7%	44,6%	15,8%	8,2%	1,8%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	226	441	142	64	14	887
	%	25,5%	49,1%	16,0%	7,2%	1,6%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	113	240	76	38	14	481
	%	23,5%	49,9%	15,8%	7,9%	2,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.499	2.799	963	442	95	5.798
	%	25,9%	48,3%	16,6%	7,6%	1,6%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

**Tabela 18: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo porte populacional - Brasil - 2009**

Porte populacional	Sala com capacidade de atendimento de 15 a 30 pessoas						Total
	0	1	2	3 a 4	5 ou mais		
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	760	1.557	459	148	25	2.949
	%	25,80%	52,80%	15,60%	5,00%	0,80%	100,00%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	253	482	161	98	12	1.006
	%	25,10%	47,90%	16,00%	9,70%	1,20%	100,00%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	143	237	98	45	14	537
	%	26,60%	44,10%	18,20%	8,40%	2,60%	100,00%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	285	422	181	107	37	1.032
	%	27,60%	40,90%	17,50%	10,40%	3,60%	100,00%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	58	101	64	44	7	274
	%	21,20%	36,90%	23,40%	16,10%	2,60%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	1.499	2.799	963	442	95	5.798
	%	25,90%	48,30%	16,60%	7,60%	1,60%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Em 2009, a situação do imóvel (tabela 19) não interferiu expressivamente na quantidade deste tipo de salas nos CRAS, de forma análoga ao já registrado em 2008.

**Tabela 19: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade de 15 a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009**

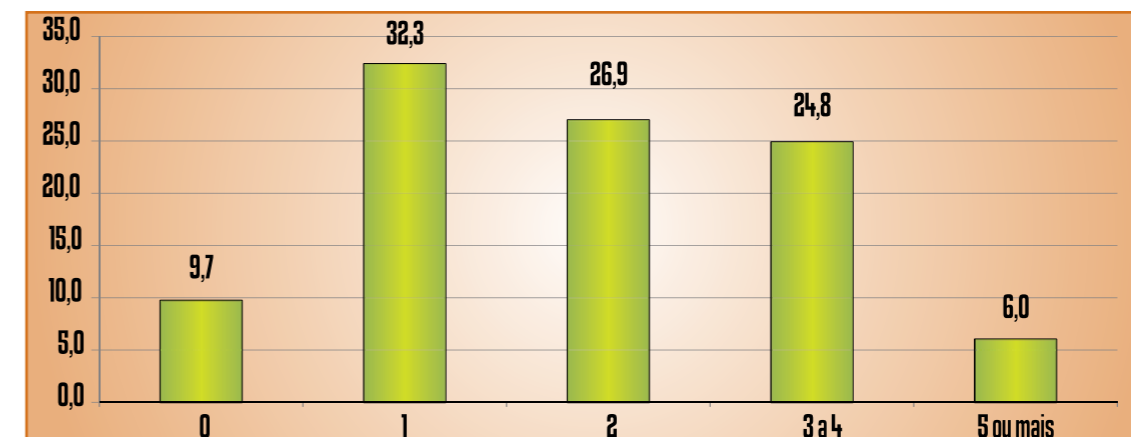
Situação do imóvel	Sala com capacidade de atendimento de 15 a 30 pessoas						Total
	0	1	2	3 a 4	5 ou mais		
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	748	1.449	435	147	24	2.803
	%	26,70%	51,70%	15,50%	5,20%	0,90%	100,00%
<b>Cedido pela Prefeitura</b>	N.Abs	93	173	56	31	7	360
	%	25,80%	48,10%	15,60%	8,60%	1,90%	100,00%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	640	1.157	459	255	61	2.572
	%	24,90%	45,00%	17,80%	9,90%	2,40%	100,00%
<b>Outro</b>	N.Abs	18	20	13	9	3	63
	%	28,60%	31,70%	20,60%	14,30%	4,80%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	1.499	2.759	963	442	95	5.798
	%	25,90%	48,30%	16,60%	7,60%	1,60%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Não obstante, para salas menores, com capacidade para até 15 pessoas, os resultados são bem melhores, com menos de 10% dos CRAS com nenhuma sala deste porte (gráfico

11). De forma análoga às salas de 15 a 30 pessoas, não houve alterações relevantes de 2008 para 2009 neste quesito, inclusive na distribuição destas salas nos CRAS por região geográfica (tabela 20).

**Gráfico 11: Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade inferior a 15 pessoas - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

**Tabela 20: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009**

Região	Salas com capacidade inferior a 15 pessoas					Total	
	0	1	2	3 a 4	5 ou mais		
<b>Norte</b>	N.Abs	54	189	106	83	23	455
	%	11,9%	41,5%	23,3%	18,2%	5,1%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	199	770	616	369	46	2.000
	%	10,0%	38,5%	30,8%	18,5%	2,3%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	153	536	530	599	157	1.975
	%	7,7%	27,1%	26,8%	30,3%	7,9%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	100	239	204	261	83	887
	%	11,3%	26,9%	23,0%	29,4%	9,4%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	58	143	109	131	40	481
	%	12,1%	29,7%	22,7%	27,2%	8,3%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	564	1.877	1.565	1.443	349	5.798
	%	9,7%	32,4%	27,0%	24,9%	6,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Ao analisar a quantidade de salas para até 15 pessoas segundo o porte populacional dos municípios onde estão localizados os CRAS (tabela 21), constata-se melhoria nos centros localizados em cidades de médio porte ou superior, com uma redução média acima de 2%

dos CRAS com somente uma sala desta capacidade (de 25,3% a 31,4% em 2008 para 20,4% a 31,3% em 2009) ou nenhuma (de 10,6% a 12,2% em 2008 para 7,7% a 9,5% em 2009).

**Tabela 21: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo porte populacional - Brasil - 2009**

Porte populacional	Sala com capacidade de atendimento inferior a 15 pessoas						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	307	1.073	738	693	138	2.949
	%	10,40%	36,40%	25,00%	23,50%	4,70%	100,00%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	97	326	265	246	72	1.006
	%	9,60%	32,40%	26,30%	24,50%	7,20%	100,00%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	51	168	148	132	38	537
	%	9,50%	31,30%	27,60%	24,60%	7,10%	100,00%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	88	254	310	302	78	1.032
	%	8,50%	24,60%	30,00%	29,30%	7,60%	100,00%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	21	56	104	70	23	274
	%	7,70%	20,40%	38,00%	25,50%	8,40%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	564	1.877	1.565	1.443	349	5.798
	%	9,70%	32,40%	27,00%	24,90%	6,00%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Diferentemente do verificado em 2008, quando o maior percentual de CRAS sem salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas era de centros localizados em imóveis próprios da prefeitura, em 2009 esta situação foi mais frequente em unidades situadas em imóveis pertencentes à categoria "outro" (tabela 22).

**Tabela 22: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade inferior a 15 pessoas, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009**

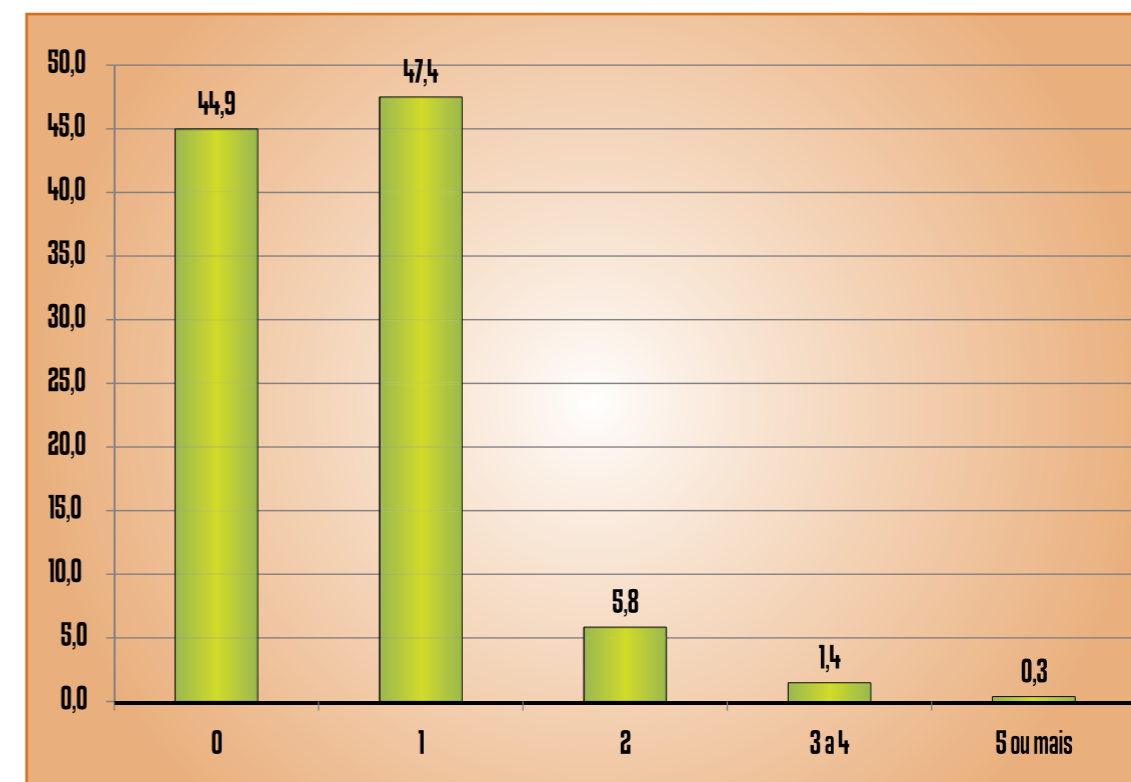
Situação do imóvel	Sala com capacidade de atendimento inferior a 15 pessoas						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	207	904	797	754	141	2.803
	%	7,40%	32,30%	28,40%	26,90%	5,00%	100,00%
<b>Cedido pela Prefeitura</b>	N.Abs	34	141	102	65	18	360
	%	9,40%	39,20%	28,30%	18,10%	5,00%	100,00%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	314	812	654	608	184	2.572
	%	12,20%	31,60%	25,40%	23,60%	7,20%	100,00%
<b>Outro</b>	N.Abs	9	20	12	16	6	63
	%	14,30%	31,70%	19,00%	25,40%	9,50%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	564	1.877	1.565	1.443	349	5.798
	%	9,70%	32,40%	27,00%	24,90%	6,00%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Contudo, inegavelmente o aspecto mais frágil dos CRAS no tocante à estrutura física é a grande quantidade de centros que, contrariamente ao disposto no Caderno de Orientações Técnicas para os CRAS, não dispõem de salas de uso coletivo, com metragem mínima de 35m<sup>2</sup> e capacidade para atendimento superior a 30 pessoas.

Enquanto a quantidade de centros sem salas para atendimento de até 15 pessoas e de 15 a 30 pessoas é de, respectivamente, 10% e 25%, quase metade dos CRAS não dispõe de salão de uso coletivo. Esta proporção não sofreu alterações significativas no biênio 2008/2009 (gráfico 12).

**Gráfico 12: Percentual de CRAS segundo quantidade de salas com capacidade superior a 30 pessoas - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

A situação é ainda mais grave nas regiões Sul e Sudeste, onde o percentual de CRAS sem salas para atendimento de mais de 30 pessoas é superior a 50%. Nas demais regiões, esta taxa é inferior a 40% (tabela 23).



**Tabela 23: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade superior a 30 pessoas, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2009**

Região	Salas com capacidade superior a 30 pessoas						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	153	260	29	10	3	455
	%	33,6%	57,1%	6,4%	2,2%	0,7%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	791	1.015	149	40	5	2.000
	%	39,6%	50,8%	7,5%	2,0%	0,3%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.027	835	91	14	8	1.975
	%	52,0%	42,3%	4,6%	0,7%	0,4%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	465	365	41	12	4	887
	%	52,4%	41,1%	4,6%	1,4%	0,5%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	170	277	27	7	0	481
	%	35,3%	57,6%	5,6%	1,5%	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.606	2.752	337	83	20	5.798
	%	44,9%	47,5%	5,8%	1,4%	0,3%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Por sua vez, não há alterações expressivas na distribuição de CRAS sem salas de uso coletivo segundo porte populacional do município onde estão localizados, conforme observado na tabela 24.

**Tabela 24: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade superior a 30 pessoas, segundo porte populacional - Brasil - 2009**

Porte populacional	Sala com capacidade de atendimento superior a 30 pessoas						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	1.374	1.410	125	35	5	2.949
	%	46,60%	47,80%	4,20%	1,20%	0,20%	100,00%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	407	505	72	19	3	1.006
	%	40,50%	50,20%	7,20%	1,90%	0,30%	100,00%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	223	247	55	8	4	537
	%	41,50%	46,00%	10,20%	1,50%	0,70%	100,00%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	484	464	66	12	6	1.032
	%	46,90%	45,00%	6,40%	1,20%	0,60%	100,00%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	118	126	19	9	2	274
	%	43,10%	46,00%	6,90%	3,30%	0,70%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	2.606	2.752	337	83	20	5.798
	%	44,90%	47,50%	5,80%	1,40%	0,30%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Como em 2008, a incidência de CRAS sem salas de uso coletivo é mais frequente em centros situados em imóveis alugados, onde supera o patamar de 50%. Em imóveis próprios, esta taxa é inferior a 40% (tabela 25).

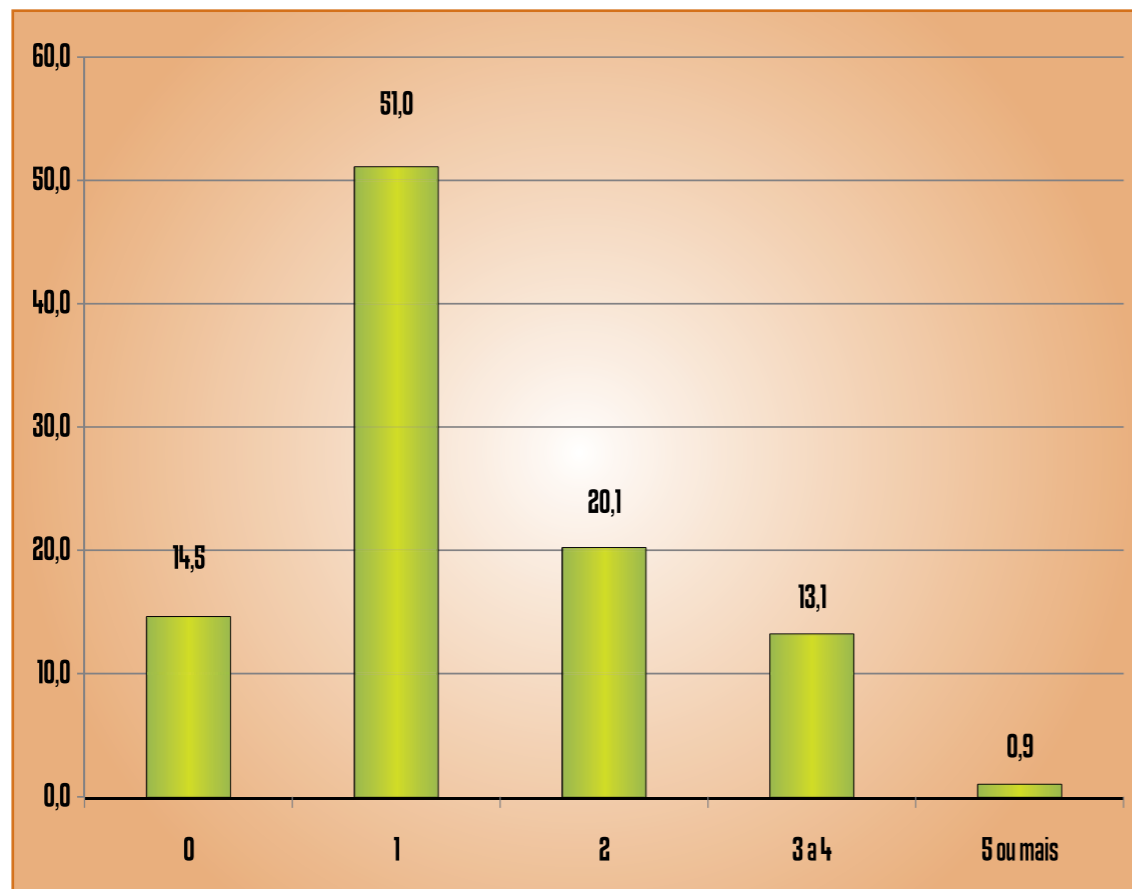
**Tabela 25: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas de atendimento com capacidade superior a 30 pessoas, segundo situação do imóvel - Brasil - 2009**

Situação do imóvel	Sala com capacidade de atendimento superior a 30 pessoas						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	1.503	1.135	141	22	2	2.803
	%	53,60%	40,50%	5,00%	0,80%	0,10%	100,00%
<b>Cedido pela Prefeitura</b>	N.Abs	148	184	24	3	1	360
	%	41,10%	51,10%	6,70%	0,80%	0,30%	100,00%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	924	1.406	169	57	16	2.572
	%	35,90%	54,70%	6,60%	2,20%	0,60%	100,00%
<b>Outro</b>	N.Abs	31	27	3	1	1	63
	%	49,20%	42,90%	4,80%	1,60%	1,60%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	2.606	2.752	337	83	20	5.798
	%	44,90%	47,50%	5,80%	1,40%	0,30%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

A quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração está apresentada no gráfico 13, em que se tem 51,1% dos CRAS com uma sala, 20,2% com 2 salas, 13,2% de 3 a 4 salas e 1% com mais de 5 salas.

Gráfico 13: Percentual de CRAS segundo quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Ainda no concernente à estrutura física dos CRAS, a quantidade destes centros sem uma sala exclusiva para coordenação ou atividades administrativas decresceu de 17,1% em 2008 para 14,6% em 2009. Este percentual alcança 17,2% no Sudeste e somente 10,8% na região Norte e, de forma geral, não apresenta diferenças expressivas na comparação por porte do município ou situação do imóvel (tabelas 26 a 28).

Tabela 26: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo Grandes Regiões - 2009

Região	Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica e administração						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	49	222	98	79	7	455
	%	10,8%	48,8%	21,5%	17,4%	1,5%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	240	1.186	400	169	5	2.000
	%	12,0%	59,3%	20,0%	8,5%	0,3%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	340	947	387	276	25	1.975
	%	17,2%	47,9%	19,6%	14,0%	1,3%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	147	414	171	140	15	887
	%	16,6%	46,7%	19,3%	15,8%	1,7%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	70	192	114	100	5	481
	%	14,6%	39,9%	23,7%	20,8%	1,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	846	2.961	1.170	764	57	5.798
	%	14,6%	51,1%	20,2%	13,2%	1,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Tabela 27: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo porte populacional do município - 2009

Porte populacional	Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica e administração						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	408	1.582	572	364	23	2.949
	%	13,80%	53,60%	19,40%	12,30%	0,80%	100,00%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	134	523	201	142	6	1.006
	%	13,30%	52,00%	20,00%	14,10%	0,60%	100,00%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	72	273	104	80	8	537
	%	13,40%	50,80%	19,40%	14,90%	1,50%	100,00%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	198	471	230	121	12	1.032
	%	19,20%	45,60%	22,30%	11,70%	1,20%	100,00%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	34	112	63	57	8	274
	%	12,40%	40,90%	23,00%	20,80%	2,90%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	846	2.961	1.170	764	57	5.798
	%	14,60%	51,10%	20,20%	13,20%	1,00%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

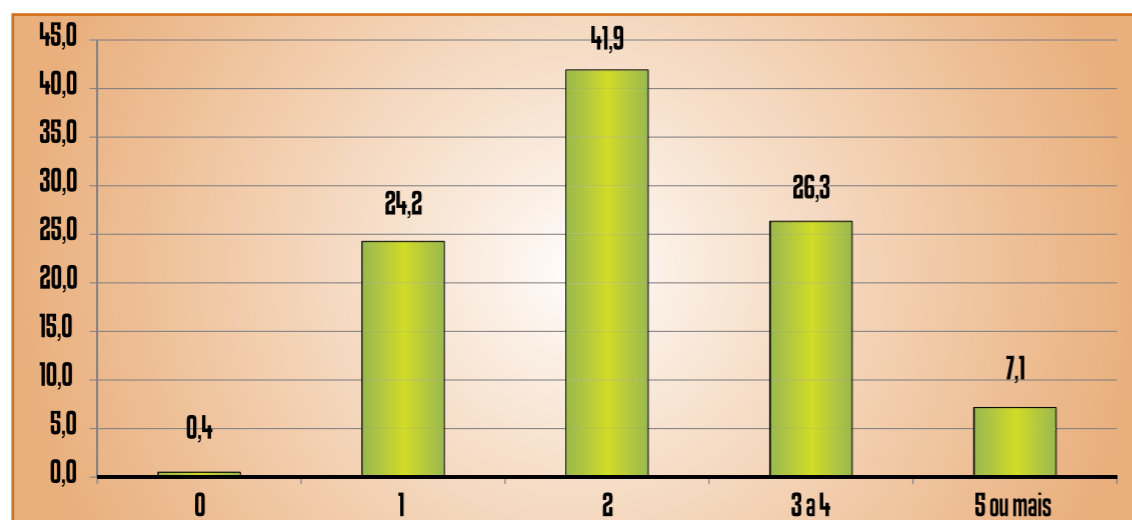
**Tabela 28: Número e percentual de CRAS, por quantidade de salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, segundo situação do imóvel - 2009**

Situação do imóvel	Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica e administração						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	385	1.502	571	326	19	2.803
	%	13,70%	53,60%	20,40%	11,60%	0,70%	100,00%
<b>Cedido pela Prefeitura</b>	N.Abs	62	177	72	43	6	360
	%	17,20%	49,20%	20,00%	11,90%	1,70%	100,00%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	390	1.254	513	384	31	2.572
	%	15,20%	48,80%	19,90%	14,90%	1,20%	100,00%
<b>Outro</b>	N.Abs	9	28	14	11	1	63
	%	14,30%	44,40%	22,20%	17,50%	1,60%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	846	2.961	1.170	764	57	5.798
	%	14,60%	51,10%	20,20%	13,20%	1,00%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

Com respeito à existência de banheiros no CRAS, verifica-se uma melhoria significativa traduzida na redução de CRAS com até 1 banheiro de 30,9% em 2008 para 24,7% em 2009, sendo que 0,5% não apresentam banheiros (gráfico 14).

**Gráfico 14: Percentual de CRAS segundo quantidade de banheiros - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

De forma geral, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste mais de 80% dos CRAS têm dois ou mais banheiros, enquanto no Norte e Nordeste esta taxa é de aproximadamente 70% (tabela 29).

**Tabela 29: Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo Grandes Regiões - 2009**

Região	Banheiros						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	3	135	196	88	33	455
	%	0,7%	29,7%	43,1%	19,3%	7,3%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	6	675	844	403	72	2.000
	%	0,3%	33,8%	42,2%	20,2%	3,6%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	9	380	781	623	182	1.975
	%	0,5%	19,2%	39,5%	31,5%	9,2%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	8	155	390	263	71	887
	%	0,9%	17,5%	44,0%	29,7%	8,0%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	1	60	271	148	55	481
	%	0,2%	12,5%	45,1%	30,8%	11,4%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	27	1.405	2.428	1.525	413	5.798
	%	0,5%	24,2%	41,9%	26,3%	7,1%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Esta melhoria deveu-se principalmente aos CRAS situados em municípios de pequeno porte I e II (tabela 30). Em média, 70% e 80%, respectivamente, dos centros nestas localidades possuíam dois ou mais banheiros em 2009, contra 61% e 69% em 2008. Nos municípios de médio e grande porte, essa taxa alcança quase 85% e, nas metrópoles, supera 90%.

**Tabela 30: Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo porte populacional do município - 2009**

Porte populacional	Banheiros						
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	18	920	1.311	591	109	2.949
	%	0,6%	31,2%	44,5%	20,0%	3,7%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	0	217	442	286	61	1.006
	%	0,0%	21,6%	43,9%	28,4%	6,1%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	1	87	225	169	55	537
	%	0,2%	16,2%	41,9%	31,5%	10,2%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	6	156	378	380	112	1.032
	%	0,6%	15,1%	36,6%	36,8%	10,9%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	2	25	72	99	76	274
	%	0,7%	9,1%	26,3%	36,1%	27,7%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	27	1.405	2.428	1.525	413	5.798
	%	0,5%	24,2%	41,9%	26,3%	7,1%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Como em 2008, na comparação por situação do imóvel, os CRAS localizados em imóveis próprios da prefeitura apresentam um percentual maior de unidades com dois banheiros ou mais (85%) do que os centros situados em imóveis alugados (66%) (tabela 31).

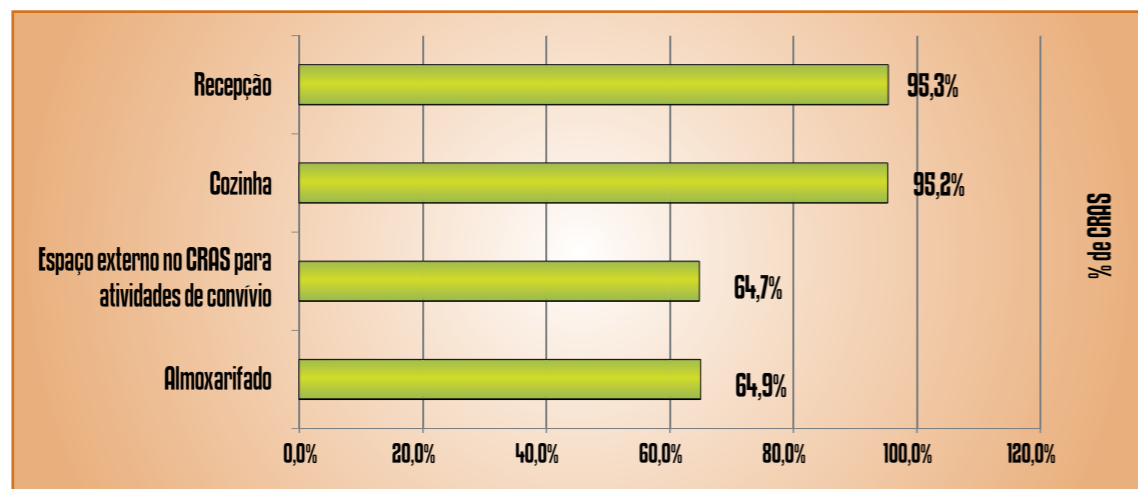
Tabela 31: Número e percentual de CRAS, por quantidade de banheiros, segundo situação do imóvel - 2009

Situação do imóvel		Banheiros					Total
		0	1	2	3 a 4	5 ou mais	
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	10	945	1.178	561	109	2.803
	%	0,4%	33,7%	42,0%	20,0%	3,9%	100,0%
<b>Cedido pela Prefeitura</b>	N.Abs	3	82	151	95	29	360
	%	0,8%	22,8%	41,9%	26,4%	8,1%	100,0%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	14	366	1.073	849	270	2.572
	%	0,5%	14,2%	41,7%	33,0%	10,5%	100,0%
<b>Outro</b>	N.Abs	0	12	26	20	5	63
	%	0,0%	19,0%	41,0%	31,7%	7,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	27	1.405	2.428	1.525	413	5.798
	%	0,5%	24,2%	41,9%	26,3%	7,1%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

No tocante aos demais ambientes de presença obrigatória nos CRAS, conforme o Caderno de Orientações para estes centros, registra-se, via de regra, o atendimento do disposto naquele instrumento, com mais de 95% dos CRAS tendo recepção e cozinha (gráfico 15).

Gráfico 15: Percentual de CRAS segundo existência de ambientes - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Tabela 32: Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo situação do imóvel - 2009

Situação do imóvel		Ambientes			
		Recepção	Cozinha	Almojarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convivio
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs	2.762	2.722	1.725	1.816
	%	98,5%	97,1%	61,5%	64,8%
<b>Cedido pela Prefeitura</b>	N.Abs	334	332	224	236
	%	92,8%	92,2%	62,2%	65,6%
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs	2.372	2.410	1.774	1.658
	%	92,2%	93,7%	69,0%	64,5%
<b>Outro</b>	N.Abs	59	54	38	43
	%	93,7%	85,7%	60,3%	68,3%
<b>Total</b>	N.Abs	5.527	5.518	3.761	3.753
	%	95,3%	95,2%	64,9%	64,7%

Fonte: Censo CRAS 2009

A presença destes ambientes não apresenta grandes diferenças por situação do imóvel, região e porte do município, com exceção da existência de almojarifado, que é de somente 55% no Norte e atinge 70% na região Sul, e alcança quase 80% nas metrópoles, contra menos de 70% nos municípios de menor porte (tabelas 32 a 34).

Tabela 33: Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo Grandes Regiões - 2009

Região		Ambientes			
		Recepção	Cozinha	Almojarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convivio
<b>Norte</b>	N.Abs	418	431	252	326
	%	91,9%	94,7%	55,4%	71,6%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.940	1.924	1.296	1.239
	%	97,0%	96,2%	64,8%	62,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.898	1.881	1.252	1.353
	%	96,1%	95,2%	63,4%	68,5%
<b>Sul</b>	N.Abs	836	829	629	489
	%	94,3%	93,5%	70,9%	55,1%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	435	453	332	346
	%	90,4%	94,2%	69,0%	71,9%
<b>Total</b>	N.Abs	5.527	5.518	3.761	3.753
	%	95,3%	95,2%	64,9%	64,7%

Fonte: Censo CRAS 2009

Tabela 34: Número e percentual de CRAS, por existência de ambientes, segundo porte populacional do município - 2009

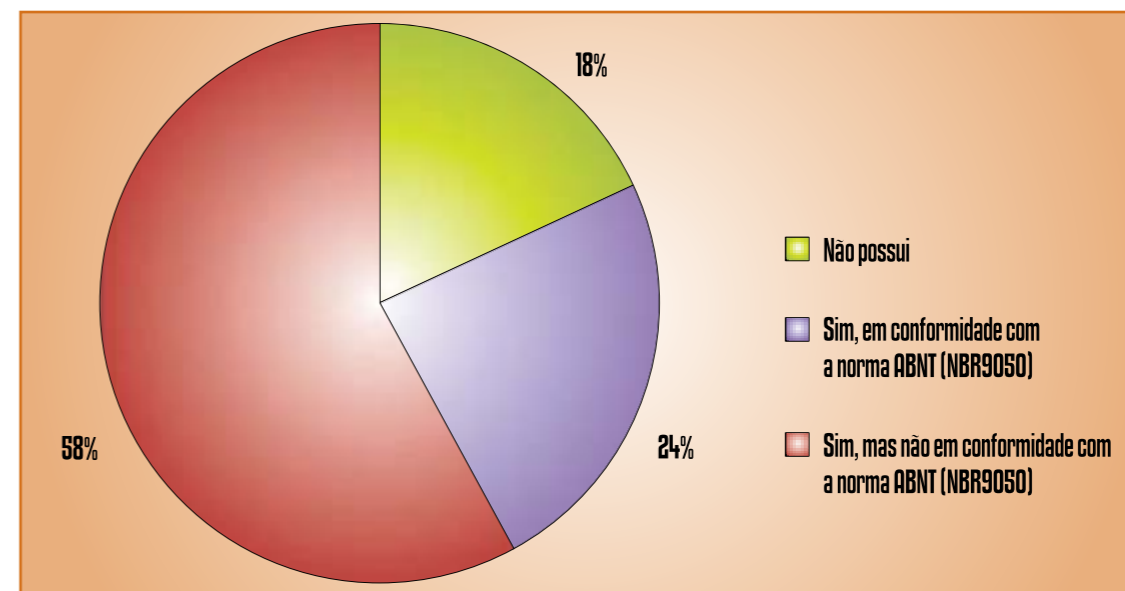
Porte populacional		Ambientes			
		Recepção	Cozinha	Almoxarifado	Espaço externo no CRAS para atividades de convívio
Pequeno I (até 20.000 hab.)	N.Abs	2.830	2.794	1.805	1.830
	%	96,0%	94,7%	61,2%	62,1%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)	N.Abs	977	979	680	689
	%	97,0%	97,3%	67,6%	68,5%
Médio (50.001 a 100.000 hab.)	N.Abs	515	519	370	403
	%	95,9%	96,6%	68,9%	75,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab.)	N.Abs	951	988	689	681
	%	92,2%	95,7%	66,8%	66,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab.)	N.Abs	254	238	217	150
	%	92,7%	86,9%	79,2%	54,7%
Total	N.Abs	5.527	5.518	3.761	3.753
	%	95,3%	95,2%	64,9%	64,7,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

O gráfico 16 apresenta o percentual de CRAS com condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência. Neste, observa-se que 82% dos CRAS declararam ter acessibilidade a idosos e pessoas com deficiência, em uma contínua evolução diante dos percentuais de 60% em 2007 e 78% em 2008.

Em particular, quase um em cada quatro CRAS apresenta condições de acesso em conformidade com as especificações técnicas constantes da NBR 9050, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que regulamenta o assunto, contra 20% em 2008.

Gráfico 16: Percentual de CRAS segundo existência de condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência - Brasil - 2009

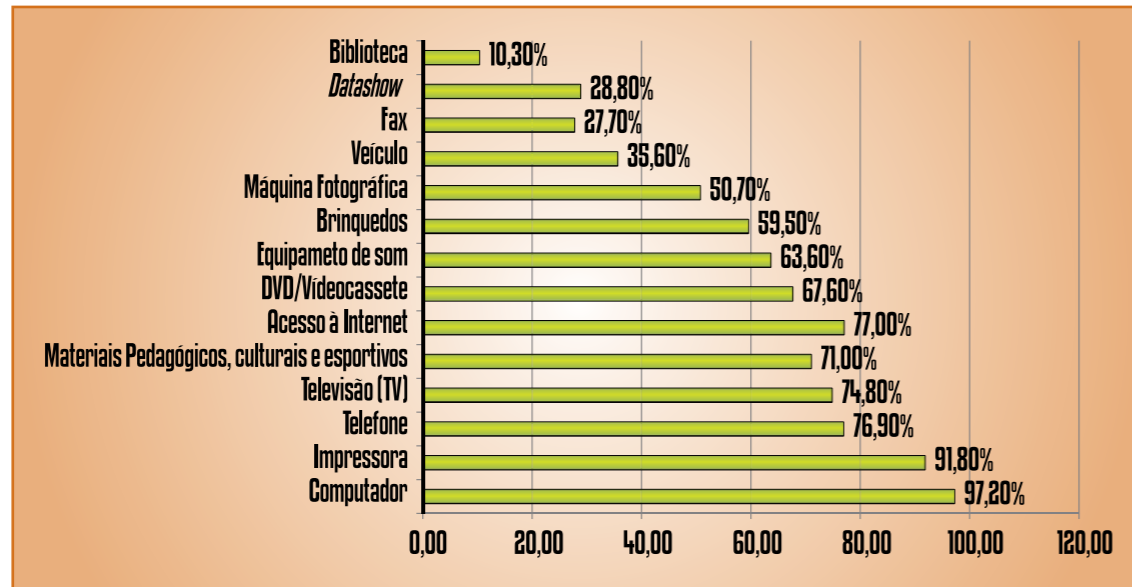


Fonte: Censo CRAS 2009

Este é um problema relevante, pois a inexistência de condições de acesso especiais pode dificultar ou mesmo inviabilizar o atendimento pelos CRAS a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, por meio dos serviços ofertados no âmbito do SUAS.

A existência de equipamentos que compõem a estrutura física dos CRAS está apresentada no gráfico 17. O Censo revela uma presença quase universal de computadores e impressoras nestas unidades. Por volta de três em cada quatro centros declararam ter telefone, televisão e acesso à internet. Mais da metade possui brinquedos e aproximadamente 1/3 dos CRAS têm veículos.

Gráfico 17: Percentual de CRAS segundo itens existentes - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Na comparação com 2008, a diferença mais significativa foi o crescimento no acesso à internet, que passou de 68,4% para 77%. Esta elevação é bastante positiva, tendo em vista a importância do uso da internet pelas equipes dos CRAS para troca de informações com outras unidades e consultas a estados ou ao próprio MDS. Em adição, o número de equipamentos de retroprojeção (*datashows*) apresentou a segunda maior taxa de crescimento de 2008 para 2009, passando de 22,6% para 28,8%.

No concernente ao aparelhamento geral dos CRAS, uma vez que o Censo CRAS abarcou a existência de quatorze tipos de equipamentos diferentes nestas unidades, optou-se pelo cálculo de uma medida resumo, a qual ponderasse os aparelhos segundo sua importância para o funcionamento do centro e, em uma escala de 0 a 1, refletisse seu estado geral. Quanto mais próximo de 1, melhor equipado o CRAS. Quanto mais próximo de 0, pior equipado.

Neste contexto, conferiu-se peso três aos itens televisão, computador e acesso à internet, por meio de banda larga ou discada, sendo estes dois últimos importantes para a comunicação dos CRAS com outras unidades e com o próprio MDS; peso dois para

impressora, material pedagógico, brinquedos e veículo, o primeiro estruturante para as tarefas administrativas e os três últimos fundamentais para a realização de atividades coletivas e visitas domiciliares; e peso 1 para os demais equipamentos.

De forma geral, os CRAS da região Norte são os menos equipados, enquanto os do Sul são os mais equipados (tabela 35).

Tabela 35: Indicador de equipamentos existentes nos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009

Região	Indicador equipamentos*	
	Média	Desvio padrão
Norte	0,58	0,20
Nordeste	0,63	0,18
Sudeste	0,67	0,18
Sul	0,73	0,16
Centro-Oeste	0,69	0,17
Total	0,66	0,18

\* Média ponderada da existência ou não de equipamentos no CRAS.  
Fonte: Censo CRAS 2009

A análise por porte populacional não revela variações significativas no âmbito da aparelhagem dos CRAS (tabela 36).

Ao se comparar os dados de 2009 com os resultados do relatório de 2008, pode-se constatar uma melhoria generalizada no aparelhamento dos CRAS em todas as regiões e portes populacionais de município, com um crescimento do indicador de equipamentos em âmbito nacional de 0,64 para 0,66.

Em particular, as melhorias mais expressivas foram verificadas na região Nordeste, com crescimento do indicador de 0,6 para 0,63, e nos municípios de médio porte, cujo indicador de equipamentos saltou de 0,63 em 2008 para 0,68 em 2009.

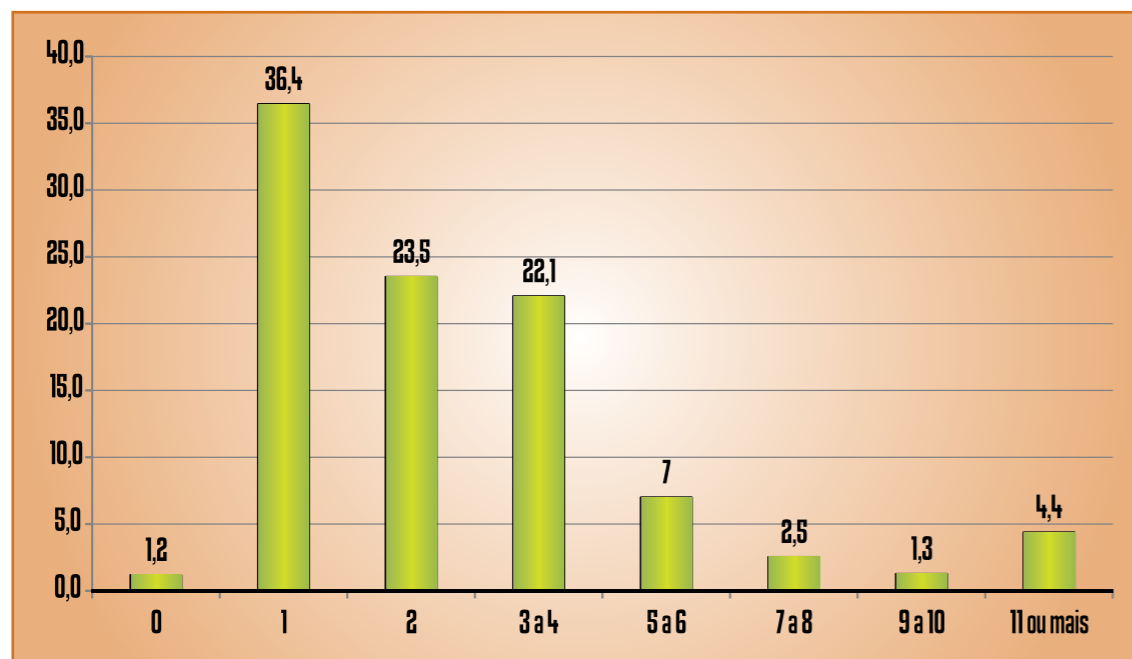
**Tabela 36: Indicador de equipamentos existentes nos CRAS segundo porte populacional do município - 2009**

Porte populacional	Indicador equipamentos*	
	Média	Desvio padrão
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	0,66	0,18
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	0,67	0,18
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	0,68	0,18
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	0,64	0,20
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	0,69	0,18
<b>Total</b>	0,66	0,18

\* Média ponderada da existência ou não de equipamentos no CRAS.  
Fonte: Censo CRAS 2009

De forma mais detalhada, não obstante a presença ou não de computadores por CRAS não ter sofrido alteração notável, a quantidade de computadores por centro registrou crescimento significativo, com cerca de 60% dos CRAS em 2009 com dois computadores ou mais, contra 50% em 2008 (gráfico 18).

**Gráfico 18: Percentual de CRAS segundo quantidade de computadores existentes - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

Em média, a quantidade de computadores por CRAS aumentou de aproximadamente 2,4 máquinas por centro em 2008 para 2,8 computadores em 2009, uma elevação de 16%.

**Tabela 37: Número e percentual de CRAS, por quantidades de computadores existentes, segundo Grandes Regiões - 2009**

Regiões	Quantidade de computadores									
	0	1	2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	11 ou mais	Total	
<b>Norte</b>	N.Abs	3	220	110	69	11	10	6	15	444
	%	0,7%	49,5%	24,8%	15,5%	2,5%	2,3%	1,4%	3,4%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	40	1.102	456	216	53	26	10	43	1.946
	%	2,1%	56,6%	23,4%	11,1%	2,7%	1,3%	0,5%	2,2%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	16	569	510	522	158	47	3	101	1.957
	%	0,8%	29,1%	26,1%	26,7%	8,1%	2,4%	1,7%	5,2%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	8	137	169	332	126	47	15	48	882
	%	0,9%	15,5%	19,2%	37,6%	14,3%	5,3%	1,7%	5,4%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	2	85	118	140	58	17	9	47	476
	%	0,4%	17,9%	24,8%	29,4%	12,2%	3,6%	1,9%	9,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	69	2.113	1.363	1.279	406	147	74	254	5.705
	%	1,2%	37,0%	23,9%	22,4%	7,1%	2,6%	1,3%	4,5%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Neste contexto, 5.636 CRAS declararam ter computadores em suas instalações, o que corresponde a 97% do total.

Na distribuição regional, cerca de 50% dos CRAS nas regiões Norte e Nordeste têm mais de um computador, contra 70% no Sudeste e mais de 80% nas regiões Sul e Centro-Oeste (tabela 37).

Na comparação por porte do município (tabela 38), não há variações muito representativas, com exceção das metrópoles, nas quais o percentual de CRAS com mais de um computador alcança 75%, e mais de 20% possuem sete ou mais máquinas, contra cerca de 10% em 2008. Ao contrário dos demais municípios, onde a quantidade média de computadores por CRAS é um pouco inferior a três máquinas por centro, nas metrópoles registrou-se em torno de quatro computadores por CRAS.

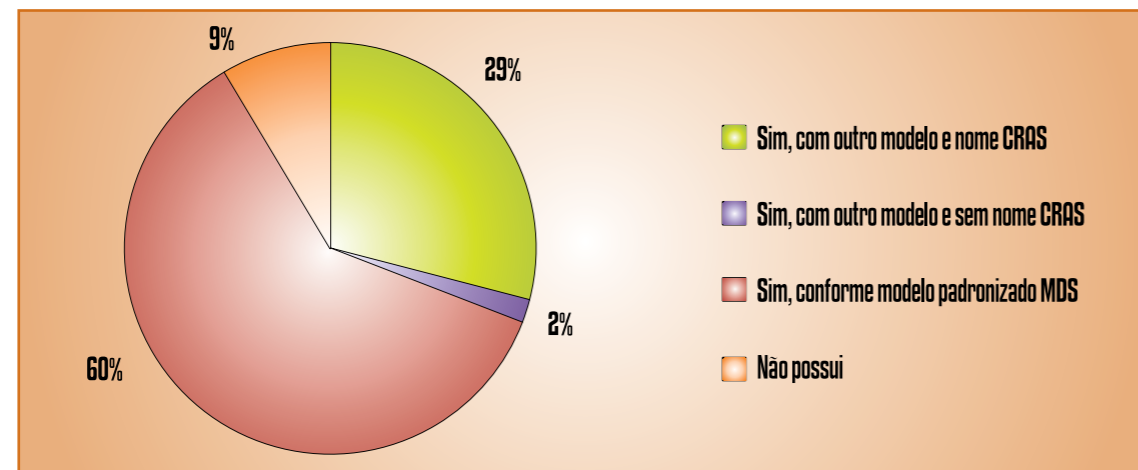
Tabela 38: Número e percentual de CRAS, por quantidades de computadores existentes, segundo porte populacional do município - 2009

Porte populacional	Quantidade de computadores									Total
	0	1	2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	11 ou mais		
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	33	1.044	712	768	210	52	16	84	2.919
	%	1,1%	35,8%	24,4%	26,3%	7,2%	1,8%	0,5%	2,9%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	13	370	213	205	85	37	20	50	993
	%	1,3%	37,3%	21,5%	20,6%	8,6%	3,7%	2,0%	5,0%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	6	220	113	96	35	14	9	32	525
	%	1,1%	41,9%	21,5%	18,3%	6,7%	2,7%	1,7%	6,1%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	12	414	269	147	50	23	19	64	998
	%	1,2%	41,5%	27,0%	14,7%	5,0%	2,3%	1,9%	6,4%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	5	65	56	63	26	21	10	24	270
	%	1,9%	24,1%	20,7%	23,3%	9,6%	7,8%	3,7%	8,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	69	2.113	1.363	1.279	406	147	74	254	5.705
	%	1,2%	37,0%	23,9%	22,4%	7,1%	2,6%	1,3%	4,5%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

A placa de identificação do CRAS é um instrumento de divulgação e acesso à população. O gráfico 19 mostra que mais de 90% dos CRAS possuem algum tipo de placa de identificação. Por outro lado, houve uma redução significativa de CRAS sem placas de identificação, cujo percentual reduziu de 12,5% em 2008 para 8,6% em 2009. Em adição, 60% dos centros declararam ter placa padronizada conforme normas do MDS em 2009, contra 48% em 2008.

Gráfico 19: Percentual de CRAS segundo existência de placa de identificação - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Entre as diferentes formas de financiamento, previsivelmente, os CRAS onde há financiamento federal apresentam o maior percentual de identificação por meio de placa padronizada conforme modelo do MDS, bem como a menor taxa de ausência de identificação (tabela 39).

Não obstante, os CRAS com outras fontes de financiamento também apresentaram evolução considerável neste aspecto no biênio 2008/2009. À guisa de ilustração, os centros com financiamento exclusivamente municipal passaram de 27% em 2008 para 47% em 2009 com identificação mediante placa padronizada conforme modelo do MDS<sup>6</sup>.

Tabela 39: Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2009

Fontes de financiamento (cofinanciamento)	Placa de identificação				Total	
	Sim, com outro modelo e nome CRAS	Sim, com outro modelo e sem nome CRAS	Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS	Não possui		
<b>Somente federal</b>	N.Abs	374	20	919	85	1.398
	%	26,8%	1,4%	65,7%	6,1%	100,0%
<b>Somente estadual</b>	N.Abs	33	3	56	7	99
	%	33,3%	3,0%	56,6%	7,1%	100,0%
<b>Somente municipal</b>	N.Abs	245	19	346	122	732
	%	33,5%	2,6%	47,3%	16,7%	100,0%
<b>Somente federal e estadual</b>	N.Abs	23	0	71	5	99
	%	23,2%	0,0%	71,7%	5,1%	100,0%
<b>Somente federal e municipal</b>	N.Abs	739	52	1.570	207	2.568
	%	28,8%	2,0%	61,1%	8,1%	100,0%
<b>Somente estadual e municipal</b>	N.Abs	50	2	57	7	116
	%	43,1%	1,7%	49,1%	6,0%	100,0%
<b>Federal, estadual e municipal</b>	N.Abs	220	10	491	65	786
	%	28,0%	1,3%	62,5%	8,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.684	106	3.510	498	5.798
	%	29,0%	1,8%	60,5%	8,6%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

<sup>6</sup> A título de informação: possuir placa de identificação em modelo padrão foi um dos itens pactuados nas metas de desenvolvimento dos CRAS para o período de 2008/2009. Entretanto, somente posteriormente à coleta de informações do Censo CRAS 2009, realizada em setembro de 2009, ocorreu a aprovação da Resolução nº 05 da CIT que trata desta matéria, em 03 de maio de 2010, a qual determinou que este item será cobrado dentre as metas de desenvolvimento para o biênio 2009/2010.



Ao se detalhar as formas de financiamento federal, conforme disposto na tabela 40, se considerarmos somente o Piso Básico Fixo, destinado ao custeio do PAIF e principal fonte federal de recursos empregados nos CRAS, pode-se constatar que dois terços dos centros que recebem este piso possuem identificação padronizada conforme modelo do MDS, contra pouco menos da metade dos CRAS que não são cofinanciados por este piso.

Estes números sinalizam que ainda há muito a avançar neste quesito. Não obstante, na comparação entre 2008 e 2009, uma evolução mais expressiva ocorreu nos CRAS sem o Piso Básico Fixo, dos quais somente 12,9% não possuíam identificação em 2009, contra 20% em 2008, e 48% apresentavam identificação padronizada em 2009, contra 32% no ano anterior.

**Tabela 40: Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso Básico Fixo) - 2009**

Placa de identificação	Financiamento Federal - Piso Básico Fixo					
	Sim		Não		Total	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
<b>Sim, com outro modelo e nome CRAS</b>	998	25,6%	686	36,2%	1.684	29,0%
<b>Sim, com outro modelo e sem nome CRAS</b>	62	1,6%	44	2,3%	106	1,8%
<b>Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS</b>	2.591	66,4%	919	48,5%	3.510	60,5%
<b>Não possui</b>	254	6,5%	244	12,9%	498	8,6%
<b>Total</b>	3.905	100,0%	1.893	100,0%	5.798	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Por outro lado, não há variações significativas na identificação dos CRAS conforme situação do imóvel (tabela 41).

**Tabela 41: Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo situação do imóvel - 2009**

Situação do imóvel	Placa de identificação					Total
	Sim, com outro modelo e nome CRAS	Sim, com outro modelo e sem nome CRAS	Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS	Não possui		
<b>Alugado pela Prefeitura</b>	N.Abs 796 % 28,4%	39 1,4%	1.771 63,2%	197 7,0%	2.803 100,0%	
<b>Cedido para a Prefeitura</b>	N.Abs 86 % 23,9%	9 2,5%	227 63,1%	38 10,6%	360 100,0%	
<b>Próprio da Prefeitura</b>	N.Abs 786 % 30,6%	58 2,3%	1.474 57,3%	254 9,9%	2.572 100,0%	
<b>Outro</b>	N.Abs 16 % 25,4%	0 0,0%	38 60,3%	9 14,3%	63 100,0%	
<b>Total</b>	N.Abs 1.684 % 29,0%	106 1,8%	3.510 60,5%	498 8,6%	5.798 100,0%	

Fonte: Censo CRAS 2009

Na comparação por região geográfica, a região Sul se destaca com apenas 50% dos CRAS com identificação conforme preconizado pelo MDS, contra mais de 60% nas demais regiões, e 13% sem qualquer tipo de identificação, ante menos de 9% dos CRAS no restante do País (tabela 42).

**Tabela 42: Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo Grandes Regiões - 2009**

Região	Placa de identificação					Total
	Sim, com outro modelo e nome CRAS	Sim, com outro modelo e sem nome CRAS	Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS	Não possui		
<b>Norte</b>	N.Abs 110 % 24,2%	5 1,1%	307 67,5%	33 7,3%	455 100,0%	
<b>Nordeste</b>	N.Abs 572 % 28,6%	25 1,3%	1.258 62,9%	145 7,3%	2.000 100,0%	
<b>Sudeste</b>	N.Abs 601 % 30,4%	42 2,1%	1.165 59,0%	167 8,7%	1.975 100,0%	
<b>Sul</b>	N.Abs 295 % 33,3%	28 3,2%	448 50,5%	116 13,1%	887 100,0%	
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs 106 % 22,0%	6 1,2%	332 69,0%	37 7,7%	481 100,0%	
<b>Total</b>	N.Abs 1.684 % 29,0%	106 1,8%	3.510 60,5%	498 8,6%	5.798 100,0%	

Fonte: Censo CRAS 2009

Finalmente, na análise por porte populacional (tabela 43), persiste o grande percentual de CRAS sem identificação nas metrópoles, que chega a quase 18%, o mais alto do País, o qual denota uma falta de evolução em relação ao valor quase idêntico registrado em 2008, de 19,3%. Contudo, vale ressaltar que o maior avanço na identificação padronizada entre 2008 e 2009 foi registrado nestas localidades, que passou de 23% para 56,9%, situando-se agora em um patamar próximo ao verificado nos demais municípios.

Tabela 43: Número e percentual de CRAS, por existência de placa de identificação, segundo porte populacional - 2009

Porte populacional	Placa de identificação					Total
		Sim, com outro modelo e nome CRAS	Sim, com outro modelo e sem nome CRAS	Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS	Não possui	
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	860	56	1.766	267	2.949
	%	29,2%	1,9%	59,9%	9,1%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	263	9	664	70	1.006
	%	26,1%	0,9%	66,0%	7,0%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	191	11	310	25	537
	%	35,6%	2,0%	57,7%	4,7%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	305	26	614	87	1.032
	%	29,6%	2,5%	59,5%	8,4%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	65	4	156	49	274
	%	23,7%	1,5%	56,9%	17,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	498	1.684	106	3.510	5.798
	%	8,6%	29,0%	1,8%	60,5%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

### 3.4 Horário de funcionamento, serviços e atendimento dos CRAS

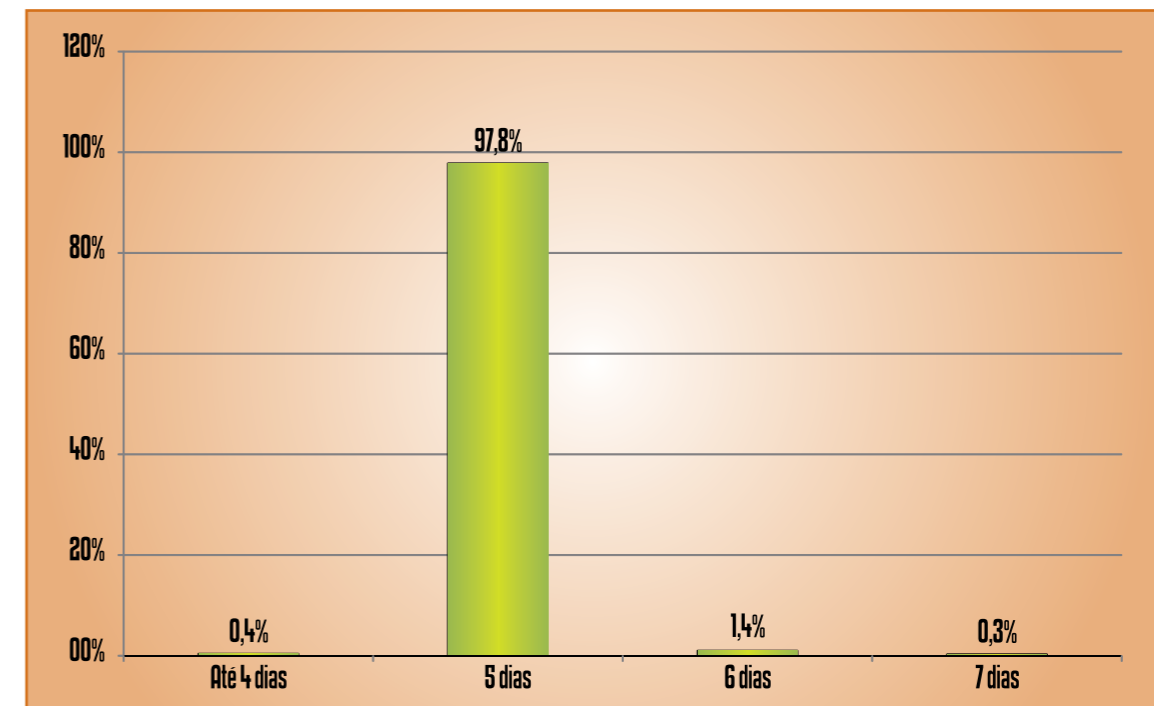
Para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) cumprirem efetivamente sua função de serem os principais pontos de acesso ou “portas de entrada” para os serviços socioassistenciais, articulando as diversas ações da assistência social e prevenindo situações de risco, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estas unidades devem estar em funcionamento durante o maior tempo possível.

Em particular, o Caderno de Orientações dos CRAS estabelece o período mínimo de atendimento como equivalente a quarenta horas semanais ou oito horas diárias durante cinco dias por semana.

Esta seção destina-se a abordar a situação atual captada pelo Censo CRAS 2009 no concernente ao horário de funcionamento destes centros, bem como dos serviços e atendimentos prestados nestas unidades.

De forma geral, a orientação técnica do MDS para o horário de atendimento dos CRAS é observada. Efetivamente, mais de 99% dos CRAS funciona ao menos cinco dias por semana, e mais de 95% opera em cada dia de funcionamento por pelo menos oito horas (gráficos 20 e 21).

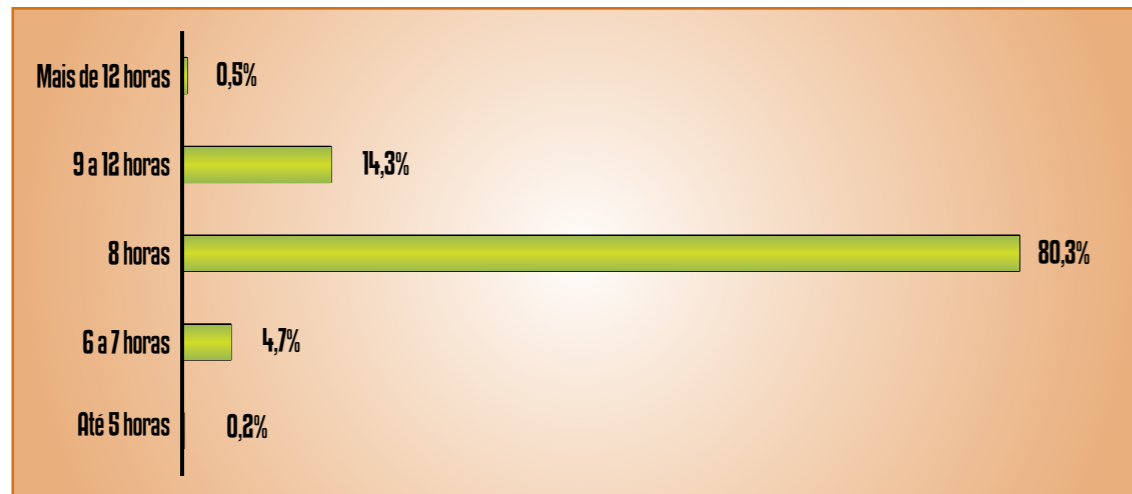
Gráfico 20: Distribuição de CRAS segundo quantidade de dias de funcionamento por semana - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Estes valores denotam uma evolução marginal com relação a 2008, ano em que 99% dos CRAS relataram funcionar cinco dias por semana, mas somente 90% operavam por oito horas ou mais diariamente.

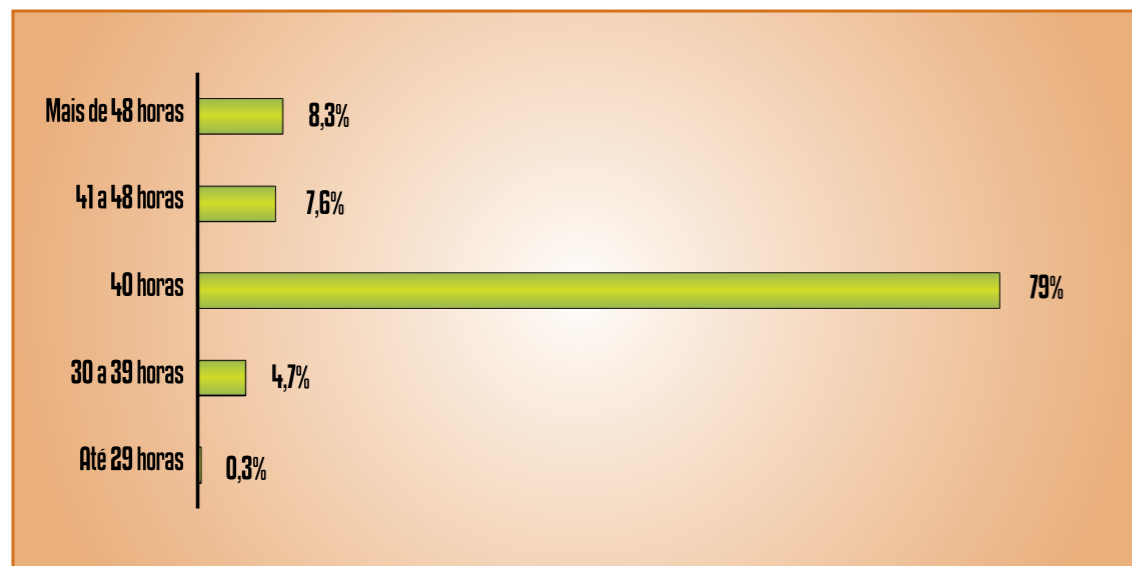
Gráfico 21: Distribuição de CRAS segundo faixas de horas de funcionamento diário - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

No cômputo do total de horas semanais de funcionamento, 95% dos centros operam por quarenta ou mais horas por semana, conforme observado no gráfico 22.

Gráfico 22: Distribuição de CRAS segundo faixas de horas de funcionamento semanal - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

De forma consistente ao verificado em 2008, na análise por porte populacional, destaca-se a quantidade crescente de CRAS que funcionam por mais de 40 horas semanais, conforme se aumenta o porte do município onde está localizada a unidade (tabela 44).

Tendo em vista a maior demanda por atendimento nos CRAS situados nas grandes cidades, além de parcela das famílias referenciadas possivelmente não poder comparecer às unidades em horário convencional, destaca-se positivamente que estes centros venham progressivamente ampliando e flexibilizando seu horário de atendimento.

Tabela 44: Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo porte populacional e localização - 2009

Porte populacional		Tempo semanal de atendimento em horas										Total	
		Até 29 horas		30 a 39 horas		40 horas		41 a 48 horas		mais de 48 horas		N.Abs	%
		N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%		
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	Urbano	13	0,4%	176	6,1%	2.437	84,2%	111	3,8%	157	5,4%	2.894	100,0%
	Rural	1	2,0%	5	9,8%	39	76,5%	3	5,9%	3	5,9%	51	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>0,5%</b>	<b>181</b>	<b>6,1%</b>	<b>2.480</b>	<b>84,1%</b>	<b>114</b>	<b>3,9%</b>	<b>160</b>	<b>5,4%</b>	<b>2.949</b>	<b>100,0%</b>
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	Urbano	4	0,4%	31	3,3%	787	82,6%	61	6,4%	70	7,3%	953	100,0%
	Rural	0	0,0%	1	2,0%	42	84,0%	4	8,0%	3	6,0%	50	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0,4%</b>	<b>33</b>	<b>3,3%</b>	<b>831</b>	<b>82,6%</b>	<b>65</b>	<b>6,5%</b>	<b>73</b>	<b>7,3%</b>	<b>1.006</b>	<b>100,0%</b>
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	Urbano	1	0,2%	22	4,4%	382	75,9%	42	8,3%	56	11,1%	503	100,0%
	Rural	0	0,0%	0	0,0%	29	93,5%	1	3,2%	1	3,2%	31	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>	<b>22</b>	<b>4,1%</b>	<b>414</b>	<b>77,1%</b>	<b>43</b>	<b>8,0%</b>	<b>57</b>	<b>10,6%</b>	<b>537</b>	<b>100,0%</b>
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	Urbano	0	0,0%	31	3,1%	691	69,0%	160	16,0%	119	11,9%	1.001	100,0%
	Rural	0	0,0%	6	20,0%	21	70,0%	2	6,7%	1	3,3%	30	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>37</b>	<b>3,6%</b>	<b>713</b>	<b>69,1%</b>	<b>162</b>	<b>15,7%</b>	<b>120</b>	<b>11,6%</b>	<b>1.032</b>	<b>100,0%</b>
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	Urbano	0	0,0%	0	0,0%	144	52,9%	56	20,6%	72	26,5%	272	100,0%
	Rural	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	2	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>144</b>	<b>52,2%</b>	<b>56</b>	<b>20,4%</b>	<b>74</b>	<b>27,0%</b>	<b>274</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	Urbano	18	0,3%	260	4,6%	4.441	79,0%	430	7,6%	474	8,4%	5.623	100,0%
	Rural	1	0,6%	12	7,3%	131	79,9%	10	6,1%	10	6,1%	164	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	1	9,1%	10	90,9%	0	0,0%	0	0,0%	11	100,0%
	<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>0,3%</b>	<b>273</b>	<b>4,7%</b>	<b>4.582</b>	<b>79,0%</b>	<b>440</b>	<b>7,6%</b>	<b>484</b>	<b>8,3%</b>	<b>5.798</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Censo CRAS 2009

Quanto à distribuição dos CRAS por faixas de horas de funcionamento semanal segundo Grandes Regiões, apresentada na tabela 45, tem-se que, de forma geral, na região Sudeste é mais comum o funcionamento por períodos acima de 40 horas por semana, onde aproximadamente 23% dos CRAS se enquadram nesta situação.

Por outro lado, unidades que não atendem o mínimo estipulado no Caderno de Orientações Técnicas do CRAS são mais frequentes na região Sul, onde 85 CRAS funcionam por 39 horas ou menos por semana, ou 9,5% do total de centros naquela região.

Tabela 45: Número e percentual de CRAS, por faixas de horas de funcionamento semanal, segundo Grandes Regiões e localização - 2009

Região		Tempo semanal de atendimento em horas											
		Até 29 horas		30 a 39 horas		40 horas		41 a 48 horas		Mais de 48 horas		Total	
		N.Abs	% linha	N.Abs	% linha	N.Abs	% linha	N.Abs	% linha	N.Abs	% linha	N.Abs	% linha
Norte	Urbano	2	0,4%	21	4,7%	360	80,7%	11	2,5%	52	11,7%	446	100,0%
	Rural	0	0,0%	0	0,0%	8	88,9%	1	11,1%	0	0,0%	9	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total	2	0,4%	21	4,6%	368	80,9%	12	2,6%	52	11,4%	455	100,0%
Nordeste	Urbano	5	0,3%	101	5,3%	1.565	82,0%	110	5,8%	127	6,7%	1.908	100,0%
	Rural	0	0,0%	7	7,7%	77	84,6%	2	2,2%	5	5,5%	91	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Total	5	0,3%	108	5,4%	1.643	82,2%	112	5,6%	132	6,6%	2.000	100,0%
Sudeste	Urbano	3	0,2%	53	2,8%	1.411	73,3%	245	12,7%	214	11,1%	1.926	100,0%
	Rural	0	0,0%	1	2,2%	33	73,3%	7	15,6%	4	8,9%	45	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	1	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Total	3	0,2%	55	2,8%	1.447	73,3%	252	12,8%	218	11,0%	1.975	100,0%
Sul	Urbano	7	0,8%	73	8,4%	693	79,7%	47	5,4%	49	5,6%	869	100,0%
	Rural	1	7,1%	4	28,6%	8	57,1%	0	0,0%	1	7,1%	14	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Total	8	0,9%	77	8,7%	705	79,5%	47	5,3%	50	5,6%	887	100,0%
Centro-Oeste	Urbano	1	0,2%	12	2,5%	412	86,9%	17	3,6%	32	6,8%	474	100,0%
	Rural	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
	Total	1	0,2%	12	2,5%	419	87,1%	17	3,5%	32	6,7%	481	100,0%
Total	Urbano	18	0,3%	260	4,6%	4.441	79,0%	430	7,6%	474	8,4%	5.623	100,0%
	Rural	1	0,6%	12	7,3%	131	79,9%	10	6,1%	10	6,1%	164	100,0%
	Itinerante	0	0,0%	1	9,1%	10	90,9%	0	0,0%	0	0,0%	11	100,0%
	Total	19	0,3%	273	4,7%	4.582	79,0%	440	7,6%	484	8,3%	5.798	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

No cruzamento de horas e dias de funcionamento por semana, constata-se que mais de 95% dos centros funcionam cinco dias por semana, durante oito horas diárias ou mais, contra 87,7% em 2008 (tabela 46).

Tabela 46: Número e percentual de CRAS, segundo faixas de horas e quantidade de dias de funcionamento semanal - 2009

Dias na semana	Faixas de horas de funcionamento diário dos CRAS									
	Até 5 horas		6 a 7 horas		8		9 a 12 horas		Mais de 12 horas	
	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%	N.Abs	%
1	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
3	0	0,0%	1	0,0%	4	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
4	0	0,0%	3	0,1%	9	0,2%	5	0,1%	1	0,0%
5	9	0,2%	263	4,5%	4.580	79,0%	793	13,7%	28	0,5%
6	0	0,0%	4	0,1%	52	0,9%	27	0,5%	1	0,0%
7	1	0,0%	0	0,0%	10	0,2%	6	0,1%	0	0,0%
<b>Total</b>	10	0,2%	271	4,7%	4.655	80,3%	832	14,3%	30	0,5%

Fonte: Censo CRAS 2009

No âmbito dos serviços desenvolvidos nos CRAS (gráfico 23), infelizmente persiste a existência de unidades que não proveem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cujo percentual alcançou 9% do total, valor praticamente idêntico ao registrado em 2008, de 9,6%.

Obviamente, este valor pode ainda estar relacionado a uma compreensão errônea do que seja o PAIF. Centros que, pela descrição das atividades realizadas, na prática oferecem este serviço podem não tê-lo declarado, assim como alguns gestores podem associar que o PAIF deva somente ser oferecido em unidades cofinanciadas pelo Piso Básico Fixo.

Não obstante, espera-se uma disseminação do entendimento do serviço do PAIF e de sua efetiva disponibilização no próximo Censo SUAS 2010, tendo em vista a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução nº 109 do CNAS, aprovada em 11 de novembro de 2009.

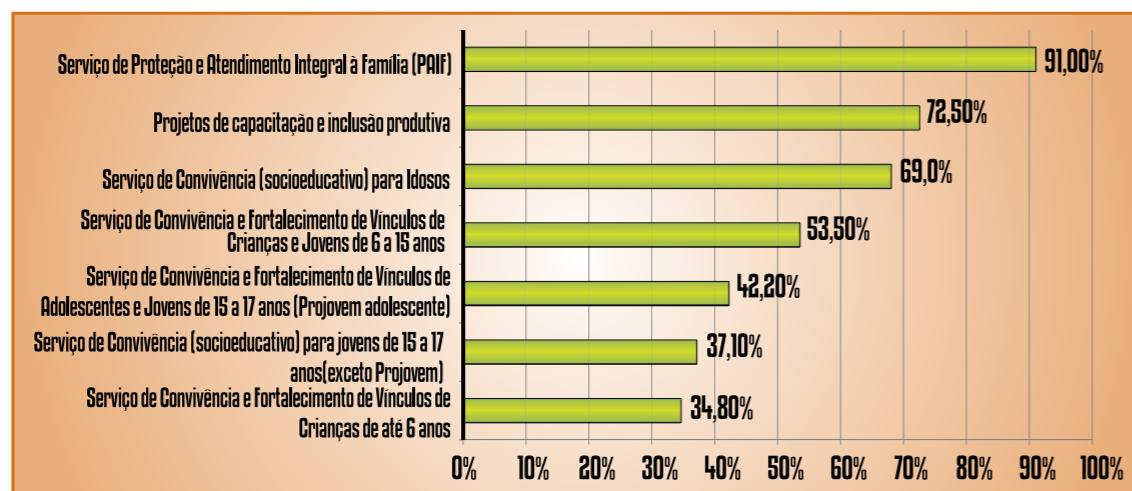
Com relação à oferta do PAIF por município, dados da MUNIC 2009 demonstram que este serviço é disponibilizado em 4.766 municípios.

No concernente aos demais serviços<sup>7</sup> prestados, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos não variaram de 2008 para 2009. Por outro lado, houve uma redução na frequência das atividades de capacitação e inclusão produtiva (de 78,6% para 72,5%), bem como no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos (de 57,5% para 53,6%) e para jovens e adolescentes de 15 a 17 anos (de 46,4% para 37,1%), exceto no ProJovem Adolescente.

Por outro lado, registrou-se a continuidade da disseminação do ProJovem Adolescente no âmbito dos CRAS (de 35,9% para 42,2%), a qual pode inclusive explicar a redução supracitada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos, e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos (de 31,1% para 34,6%).

Tendo em vista o curto horizonte temporal ainda disponível para análise, não se pode inferir que estas variações indiquem tendências para aumento ou redução da disponibilização destes serviços nos CRAS, embora caiba uma particular atenção para uma eventual continuidade de queda da frequência das atividades de inclusão produtiva e de convivência para crianças e jovens de 6 a 17 anos (exceto no ProJovem Adolescente).

Gráfico 23: Percentual de CRAS por tipo de serviço desenvolvido - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

7 Importante ressaltar que a nomenclatura dos serviços adotada neste relatório é a mesma do questionário aplicado para coleta de dados e não a da Tipificação dos Serviços, aprovada em novembro de 2009.

A comparação entre CRAS urbanos e rurais, disposta na tabela 47, não apresenta variações representativas na frequência dos serviços disponibilizados nestas unidades conforme sua localização. Novamente, destaca-se o crescimento do ProJovem Adolescente nos CRAS tanto em meio rural como urbano.

Tabela 47: Número e percentual de CRAS, por serviços e ações desenvolvidas nos CRAS, segundo localização - 2009

Serviços desenvolvidos no CRAS	Localização				Total
	Urbano	Rural	Itinerante		
<b>Programa de Atenção Integral a Família</b>	N.Abs	5.113	151	11	5.275
	%	90,9%	92,1%	100,0%	91,0%
<b>ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)</b>	N.Abs	2.370	75	4	2.449
	%	42,1%	46%	36%	42%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos</b>	N.Abs	1.944	58	5	2.007
	%	34,6%	35,4%	45,5%	34,6%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos</b>	N.Abs	3.004	88	9	3.101
	%	53,4%	53,7%	81,8%	53,5%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto Projovem)</b>	N.Abs	2.081	66	6	2.153
	%	37,0%	40,2%	54,5%	37,1%
<b>Serviços de capacitação e inclusão produtiva</b>	N.Abs	4.068	124	9	4.201
	%	72,3%	75,6%	81,8%	72,5%
<b>Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos</b>	N.Abs	3.884	111	7	4.002
	%	69,1%	67,7%	63,6%	69,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Ao se contrapor os serviços prestados no CRAS conforme as fontes de financiamento da unidade, evidencia-se claramente que os centros com recursos exclusivamente municipais oferecem, em menor quantidade, praticamente todos os serviços, inclusive o PAIF, para o qual a oferta alcançou somente 74% dos CRAS enquadrados nesta categoria (tabela 48).

Apesar de, na comparação com 2008, os CRAS com recursos municipais terem, de forma geral, apresentado aumento na oferta de serviços - ainda que não seja a quantidade de serviços que defina a melhora de um CRAS, já que há de se observar também a qualidade do serviço ofertado -, o fato da não oferta do PAIF revela uma possível necessidade de ações de capacitação e conscientização dos gestores municipais com relação aos serviços passíveis de serem ofertados nos CRAS, especialmente sobre a obrigatoriedade da oferta do PAIF.

Tabela 48: Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo fontes de financiamento (cofinanciamento) - 2009

Serviços desenvolvidos no CRAS		Fontes de financiamento (cofinanciamento)							Total
		Somente Federal	Somente Estadual	Somente Municipal	Somente federal e Estadual	Somente federal e Municipal	Somente Estadual e Municipal	Federal, Estadual e Municipal	
<b>Programa de Atenção Integral à Família</b>	N.Abs	1.362	93	541	92	2.355	110	722	5.275
	%	97,4%	93,9%	73,9%	92,9%	91,7%	94,8%	91,9%	91,0%
<b>ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)</b>	N.Abs	653	36	201	45	1.106	35	373	2.449
	%	46,7%	36%	28%	46%	43,1%	30%	48%	42%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos</b>	N.Abs	466	40	214	39	896	44	308	2.007
	%	33,3%	40,4%	29,2%	39,4%	34,9%	37,9%	39,2%	34,6%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos</b>	N.Abs	694	55	339	62	1.383	69	499	3.101
	%	49,6%	55,6%	46,3%	62,6%	53,9%	59,5%	63,5%	53,5%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto ProJovem)</b>	N.Abs	451	45	265	36	964	45	347	2.153
	%	32,3%	45,5%	36,2%	36,4%	37,5%	38,8%	44,1%	37,1%
<b>Serviços de capacitação e inclusão produtiva</b>	N.Abs	1.057	71	458	69	1.882	95	569	4.201
	%	75,6%	71,7%	62,6%	69,7%	73,3%	81,9%	72,4%	72,5%
<b>Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos</b>	N.Abs	1.004	65	453	73	1.806	70	531	4.002
	%	71,8%	65,7%	61,9%	73,7%	70,3%	60,3%	67,6%	69,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Cabe destacar que permanecem 72 CRAS com financiamento via Piso Básico Fixo sem ofertar o PAIF, contra 70 centros em 2008. Neste caso específico, seria relevante um levantamento detalhado para verificação se estas unidades são as mesmas desde 2008, para uma eventual intervenção de acompanhamento junto a estes CRAS.

Tabela 49: Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço e atividades desenvolvidos, segundo existência ou não de financiamento federal (Piso Básico Fixo) - 2009

Serviços desenvolvidos no CRAS		Fonte de financiamento (Federal - Piso Básico Fixo)		
		Sim	Não	Total
<b>Programa de Atenção Integral à Família</b>	N.Abs	3.833	1.442	5.275
	%	72,7%	27,3%	91,0%
<b>ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)</b>	N.Abs	1.881	568	2.449
	%	76,8%	23,2%	42,2%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos</b>	N.Abs	1.387	620	2.007
	%	69,1%	30,9%	34,6%
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos</b>	N.Abs	2.121	980	3.101
	%	68	32	54
<b>Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto ProJovem)</b>	N.Abs	1.429	724	2.153
	%	66,4%	33,6%	37,1%
<b>Serviços de capacitação e inclusão produtiva</b>	N.Abs	2.937	1.264	4.201
	%	69,9%	30,1%	72,5%
<b>Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos</b>	N.Abs	2.798	1.204	4.002
	%	69,9%	30,1%	69,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Na análise por região geográfica (tabela 50), os CRAS localizados na região Sul apresentam a menor frequência de oferta do PAIF e do ProJovem Adolescente, além de baixos índices relativos dos demais serviços de convivência. Por sua vez, os centros no Sudeste detêm a menor taxa de atividades de inclusão produtiva, e as unidades nas regiões Norte e Nordeste têm a maior oferta do PAIF e do ProJovem Adolescente.

Tabela 50: Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço e atividades desenvolvidas, segundo Grandes Regiões - 2009

Região		Total de CRAS	Serviços desenvolvidos no CRAS						
			Programa de Atenção Integral à Família	ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto ProJovem)	Serviços de capacitação e inclusão produtiva	Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos
<b>Norte</b>	N.Abs	455	427	242	177	235	161	354	348
	%		93,8%	53,2%	38,9%	51,6%	35,4%	77,8%	76,5%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	2.000	1.950	996	740	1.059	658	1.598	1.599
	%		97,5%	49,8%	37,0%	53,0%	32,9%	79,9%	80,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.975	1.763	716	612	1.066	900	1.235	1.147
	%		89,3%	36,3%	31,0%	54,0%	45,6%	62,5%	58,1%
<b>Sul</b>	N.Abs	887	706	270	276	496	300	635	557
	%		79,6%	30,4%	31,1%	55,9%	33,8%	71,6%	62,8%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	481	429	225	202	245	134	379	351
	%		89,2%	46,8%	42,0%	50,9%	27,9%	78,8%	73,0%
<b>Total</b>	N.Abs	5.798	5.275	2.449	2.007	3.101	2.153	4.201	4.002
	%		91,0%	42,2%	34,6%	53,5%	37,1%	72,5%	69,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

O cruzamento dos serviços desenvolvidos no CRAS por porte dos municípios revela que nas metrópoles se oferece proporcionalmente menos ações de inclusão produtiva e de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de até seis anos, com, respectivamente, 43% e 20%, ante a média nacional de 72% e 34% (tabela 51).

Tabela 51: Número e percentual de CRAS, por tipo de serviço desenvolvido, segundo porte populacional - 2009

Porte populacional		Total de CRAS	Serviços desenvolvidos no CRAS						
			Programa de Atenção Integral à Família	ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (exceto ProJovem)	Serviços de capacitação e inclusão produtiva	Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	455	2.607	1.196	1.076	1.565	1.077	2.165	2.184
	%		88,4%	40,6%	36,5%	53,1%	36,5%	73,4%	74,1%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	2.000	936	416	376	550	380	802	699
	%		93,0%	41,4%	37,4%	54,7%	37,8%	79,7%	69,5%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	1.975	508	250	195	314	231	412	365
	%		94,6%	46,6%	36,3%	58,5%	43,0%	76,7%	68,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	887	988	465	305	528	376	704	585
	%		95,7%	45,1%	29,6%	51,2%	36,4%	68,2%	56,7%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	481	236	122	55	144	89	118	169
	%		86,1%	44,5%	20,1%	52,6%	32,5%	43,1%	61,7%
<b>Total</b>	N.Abs	5.798	5.275	2.449	2.007	3.101	2.153	4.201	4.002
	%		91,0%	42,2%	34,6%	53,5%	37,1%	72,5%	69,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Na comparação entre 2008 e 2009, cabe ressaltar o aumento na oferta do PAIF, exceto nas metrópoles, do ProJovem Adolescente, em todos os portes populacionais, e o decréscimo generalizado na disponibilização de ações de inclusão produtiva e de serviços de convivência para jovens de 15 a 17 anos (exceto ProJovem). Em particular, cumpre destacar também que no biênio 2008/2009 somente nas metrópoles houve um decréscimo absoluto da quantidade de CRAS que oferecem qualquer um dos serviços pesquisados pelo Censo CRAS, com exceção do ProJovem (tabela 52).

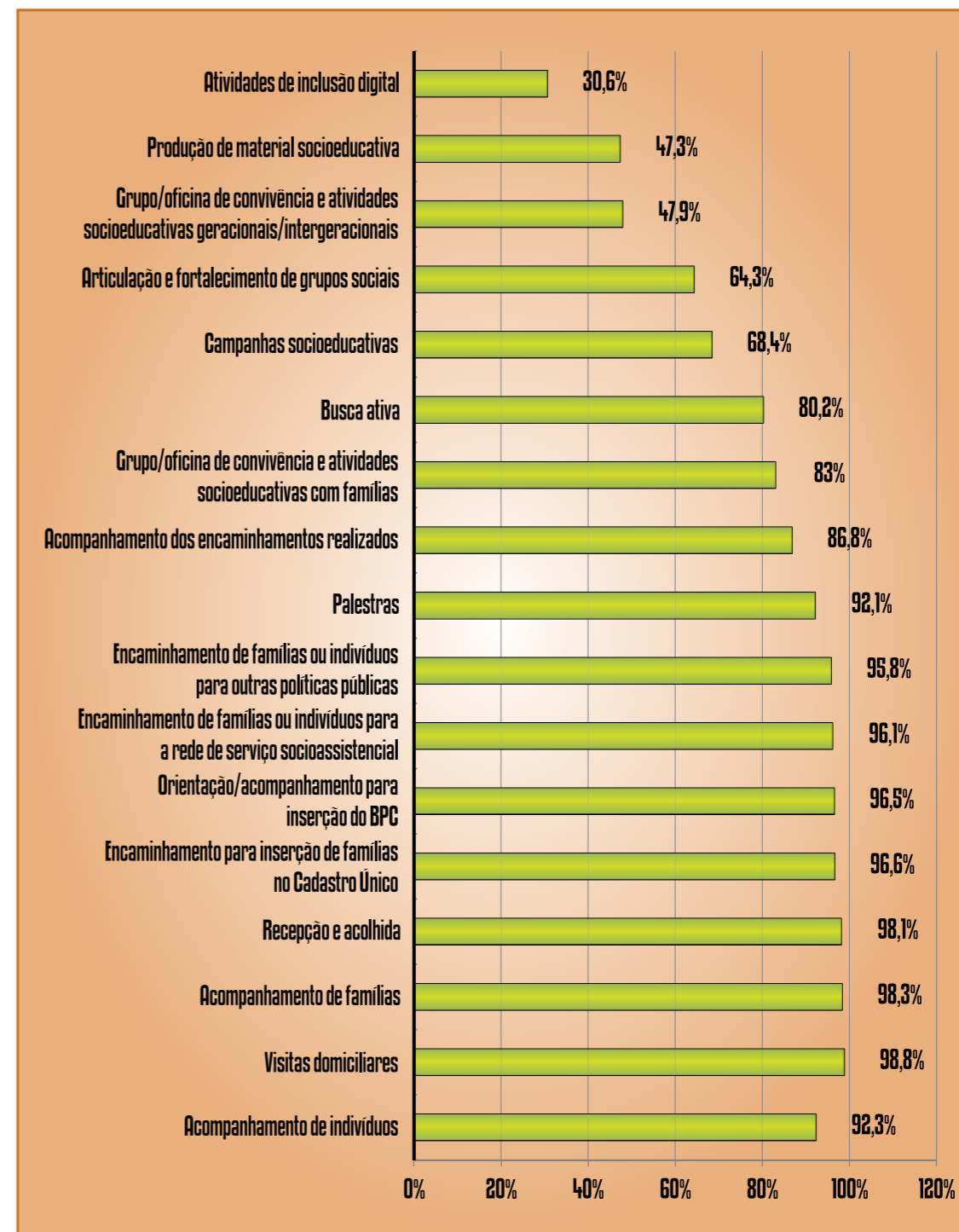
Tabela 52: Variação do número de CRAS em metrópoles, por tipo de serviço desenvolvido, no período 2008/2009

Serviços desenvolvidos nos CRAS em metrópoles		2008	2009	Total
<b>Programa de Atenção Integral à Família</b>	Nº	255	236	280
	%	91,1	84,3	
<b>ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)</b>	Nº	100	122	280
	%	35,7	43,6	
<b>Serviço de Convivência para crianças de 0 a 6 anos</b>	Nº	80	55	280
	%	28,6	19,6	
<b>Serviço de Convivência para crianças de 6 a 14 anos</b>	Nº	219	144	280
	%	78,2	51,4	
<b>Serviço de Convivência para crianças de 15 a 17 anos (exceto ProJovem)</b>	Nº	175	89	280
	%	62,5	31,8	
<b>Serviços de capacitação e inclusão produtiva</b>	Nº	138	118	280
	%	49,3	42,1	
<b>Serviços de Convivência para Idosos</b>	Nº	215	169	280
	%	76,8	60,4	

No concernente às atividades realizadas nos CRAS, as ações mais comuns permanecem sendo, como em 2008, o encaminhamento para serviços socioassistenciais e outras políticas públicas, além de orientações e visitas domiciliares, todas com frequência acima de 90%.

Na comparação com 2008, a evolução mais significativa foi o crescimento da ação de busca ativa, a qual passou de 75% em 2008 para cerca de 80% em 2009.

Gráfico 24: Percentual de CRAS por tipo de ações e atividades realizadas - Brasil - 2009



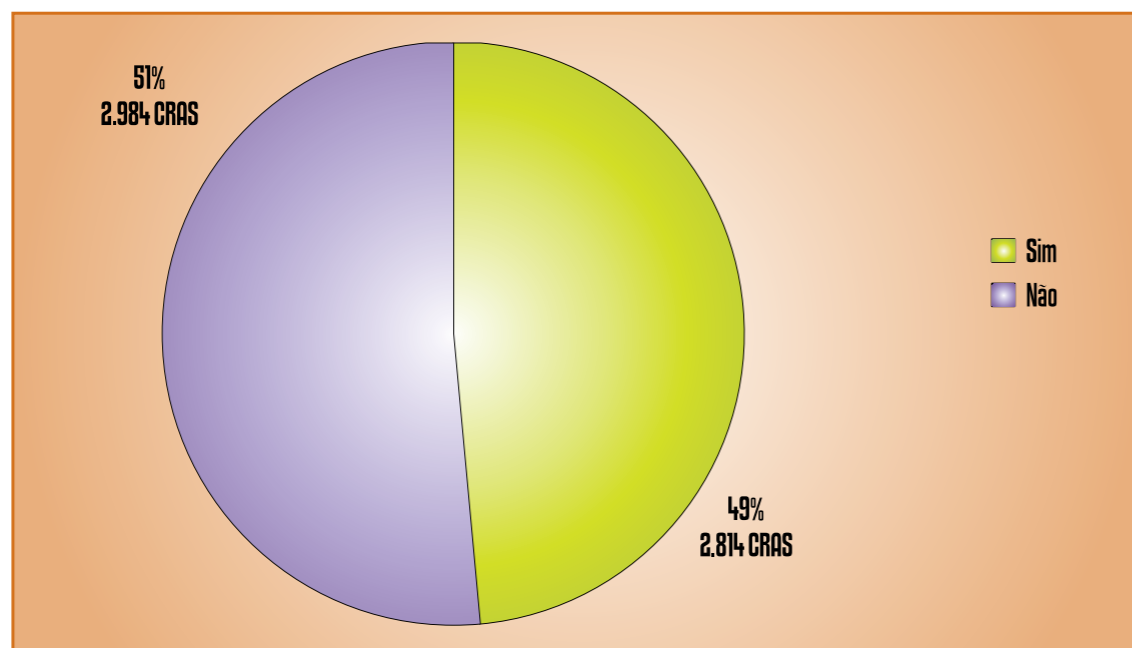
Fonte: Censo CRAS 2009



Dentre as atividades desenvolvidas pelos CRAS é importante ressaltar o volume expressivo de atendimentos de orientação/acompanhamento aos requerentes do BPC (96,5%), considerando o CRAS como porta de entrada para acesso ao benefício.

Um tipo de ação importante refere-se à concessão de benefícios eventuais e o questionário aplicado buscou dados neste sentido, conforme expresso no gráfico que segue abaixo:

Gráfico 25: Percentual de CRAS que realizam concessão de Benefícios Eventuais - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

De certa maneira, é significativo observar que praticamente a metade dos CRAS que responderam à pesquisa realiza concessão de benefícios eventuais.

Estes dados foram desagregados, também, em função das Grandes Regiões do país e porte populacional, conforme se observa nas tabelas que seguem:

Tabela 53: Número e percentual de CRAS que realizam concessão de Benefícios Eventuais por Grandes Regiões - Brasil - 2009

Região	Este CRAS realiza concessão de Benefícios Eventuais?			
	Nº	Não	Sim	Total
<b>Centro-Oeste</b>	Nº	150	331	481
	%	31,2%	68,8%	100,0%
<b>Nordeste</b>	Nº	1.303	697	2.000
	%	65,2%	34,9%	100,0%
<b>Norte</b>	Nº	230	225	455
	%	50,5%	49,5%	100,0%
<b>Sudeste</b>	Nº	1.097	878	1.975
	%	55,5%	44,5%	100,0%
<b>Sul</b>	Nº	204	683	887
	%	23,0%	77,0%	100,0%

Fonte: Censos CRAS 2008 / 2009

Tabela 54: Número e percentual de CRAS que realizam concessão de Benefícios Eventuais por porte populacional - Brasil - 2009

Porte populacional	Este CRAS realiza concessão de Benefícios Eventuais?			
	Nº	Não	Sim	Total
<b>Pequeno I</b>	Nº	1.553	1.320	2.873
	%	54,1%	45,9%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	Nº	584	469	1.053
	%	55,5%	44,5%	100,0%
<b>Médio</b>	Nº	261	258	519
	%	50,3%	49,7%	100,0%
<b>Grande</b>	Nº	474	599	1.073
	%	44,2%	55,8%	100,0%
<b>Metrópole</b>	Nº	112	168	280
	%	40,0%	60,0%	100,0%

Fonte: Censos CRAS 2008 / 2009

Em adição, investigou-se, também, junto aos coordenadores dos CRAS, as situações de risco ou vulnerabilidade social de maior incidência no território de abrangência da unidade (gráfico 26).

Em relação ao caso de jovens em situação de risco social, observou-se um percentual de 62% e, no tocante ao cenário do Programa Bolsa Família, notou-se um percentual de

63% de famílias com descumprimento de condicionalidades do Programa e de 51% em se tratando de famílias elegíveis e não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda.

Há de se destacar, no caso de famílias em descumprimento de condicionalidades, que o alto percentual não decorre, necessariamente, de uma maior negligência pelas famílias no cumprimento das condicionalidades e sim, possivelmente, a um maior acompanhamento pelos gestores municipais de seu efetivo cumprimento. Por sua vez, o percentual de famílias elegíveis a programas de transferência de renda não beneficiárias também pode ter sido motivado não pelo aumento de pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, mas por um mapeamento mais rigoroso dos gestores locais.

Não obstante, ambos os casos sinalizam uma possível necessidade de estudo específico para averiguação dos reais fatores geradores destes percentuais.

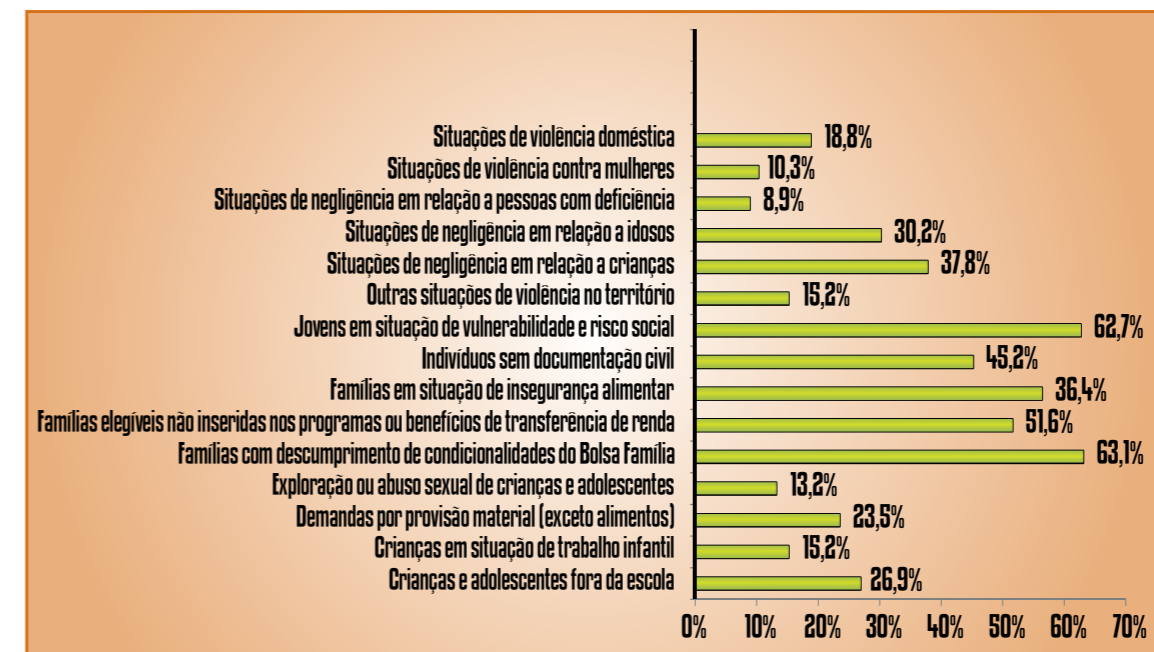
O terceiro caso mais frequente, de famílias em situação de insegurança alimentar, também registrou percentual significativo, 56%. Neste caso, a avaliação mais passível de validade é de que, na verdade, as equipes dos CRAS estão com percepção mais apurada, isto é, com um rol mais específico de critérios sobre o que é a vulnerabilidade no território. Duas outras situações, pela sua relevância para a inserção social efetiva da população brasileira e por terem apresentado também percentuais importantes, merecem destaque.

A primeira consiste na existência de indivíduos sem documentação civil, cuja frequência foi de 45,2%. Importante frisar que esse valor pode ser devido à mobilização referente à Agenda Social do Governo Federal sobre Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica. Como pré-condição para o requerimento de qualquer serviço prestado pelo governo e o próprio exercício da cidadania, é crucial que ações de assistência social sejam combinadas com o fornecimento de documentação civil, por meio de grupos de trabalho intersetoriais, para uma efetiva inserção social de pessoas em situação de risco.

Em adição, a taxa de registro pelos coordenadores dos CRAS de crianças e adolescentes fora da escola foi de 26,9%. Este fato se coaduna com o percentual de famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família anteriormente citado.

Finalmente, um dado de grande importância que começou a ser coletado no Censo CRAS 2009 foi a ocorrência de violência contra mulheres dentre as situações de risco registradas pelos coordenadores dos CRAS como incidentes no território de abrangência de suas unidades. Esta situação alcançou o expressivo percentual de 10%, merecendo atenção especial em próximos levantamentos.

Gráfico 26: Percentual de CRAS por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

De forma geral, os dados supracitados indicam que os CRAS operam em territórios efetivamente de grande risco e vulnerabilidade social e atendem populações realmente em situações de risco (territórios vulneráveis).

No cruzamento da incidência dessas situações por região geográfica, percebe-se um substancial aumento no registro de praticamente todas as situações de risco e vulnerabilidade social entre 2008 e 2009. Ao se contrapor este dado com indicadores de âmbito nacional sobre trabalho infantil, por exemplo, pode-se inferir que provavelmente se trata de uma progressiva melhor compreensão do cenário social do território de abrangência

do CRAS por seus gestores do que um recrudescimento da ocorrência destas situações de risco (tabela 55).

Em particular, nas regiões Norte e Nordeste, detecta-se uma maior frequência de casos de crianças em situação de trabalho infantil, crianças e jovens fora da escola ou exploradas sexualmente e de negligência em relação a pessoas com deficiência.

**Tabela 55: Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões - 2009**

Situações		Região					Total
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
<b>Crianças e adolescentes fora da escola</b>	N.Abs	148	588	503	204	117	1.560
	%	32,5%	29,4%	25,5%	23,0%	24,3%	26,9%
<b>Crianças em situação de trabalho infantil</b>	N.Abs	123	393	166	113	86	881
	%	27,0%	19,7%	8,4%	12,7%	17,9%	15,2%
<b>Demandas de provisão material (exceto alimentos)</b>	N.Abs	89	355	538	252	128	1.362
	%	19,6%	17,8%	27,2%	28,4%	26,6%	23,5%
<b>Exploração sexual de crianças e adolescentes</b>	N.Abs	117	344	175	65	65	766
	%	25,7%	17,2%	8,9%	7,3%	13,5%	13,2%
<b>Famílias com descumprimento de condicionais do Bolsa Família</b>	N.Abs	292	1.275	1.252	503	334	3.656
	%	64,2%	63,8%	63,4%	56,7%	69,4%	63,1%
<b>Famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda</b>	N.Abs	251	1.063	983	399	295	2.991
	%	55,2%	53,2%	49,8%	45,0%	61,3%	51,6%
<b>Famílias em situação de insegurança alimentar</b>	N.Abs	270	1.000	1.104	577	320	3.271
	%	59,3%	50,0%	55,9%	65,1%	66,5%	56,4%
<b>Indivíduos sem documentação civil</b>	N.Abs	208	797	871	495	249	2.620
	%	45,7%	39,9%	44,1%	55,8%	51,8%	45,2%
<b>Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social</b>	N.Abs	301	1.315	1.302	474	244	3.636
	%	66,2%	65,8%	65,9%	53,4%	50,7%	62,7%
<b>Outras situações de violência no território</b>	N.Abs	64	282	345	143	48	882
	%	14,1%	14,1%	17,5%	16,1%	10,0%	15,2%
<b>Situações de negligência em relação a crianças</b>	N.Abs	194	801	690	362	3	2.191
	%	42,6%	40,1%	34,9%	40,8%	29,9%	37,8%
<b>Situações de negligência em relação a idosos</b>	N.Abs	139	772	456	268	2	1.751
	%	30,5%	38,6%	23,1%	30,2%	24,1%	30,2%
<b>Situações de negligência em relação a pessoas com deficiência</b>	N.Abs	57	241	112	67	1	514
	%	12,5%	12,1%	5,7%	7,6%	7,7%	8,9%
<b>Situações de violência doméstica</b>	N.Abs	86	365	411	174	1	1.089
	%	18,9%	18,3%	20,8%	19,6%	11,0%	18,8%
<b>Situação de violência contra mulheres</b>	N.Abs	65	227	192	78	1	600
	%	14,3%	11,4%	9,7%	8,8%	7,9%	10,3%

Fonte: Censo CRAS 2009

Na análise por porte populacional do município de localização do CRAS, apresentada na tabela 56, faz-se necessário mencionar a redução gradual das situações de crianças e adolescentes fora da escola ou exploradas sexualmente à medida que aumenta o tamanho do município.

Respectivamente, estas situações alcançam 30% e 15% nos municípios de pequeno porte I e decrescem para 12% e 4% nas metrópoles. Destarte, é possível sugerir que esta situação esteja relacionada, também, com a presença de CREAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, em municípios de portes médio, grande e metrópole, já que estes equipamentos realizam atendimentos exatamente desses tipos de situações.

Os municípios de pequeno porte apresentam também taxas consideravelmente mais elevadas de negligência com relação a idosos, em torno de 33%, contra cerca de 20% nas demais localidades.

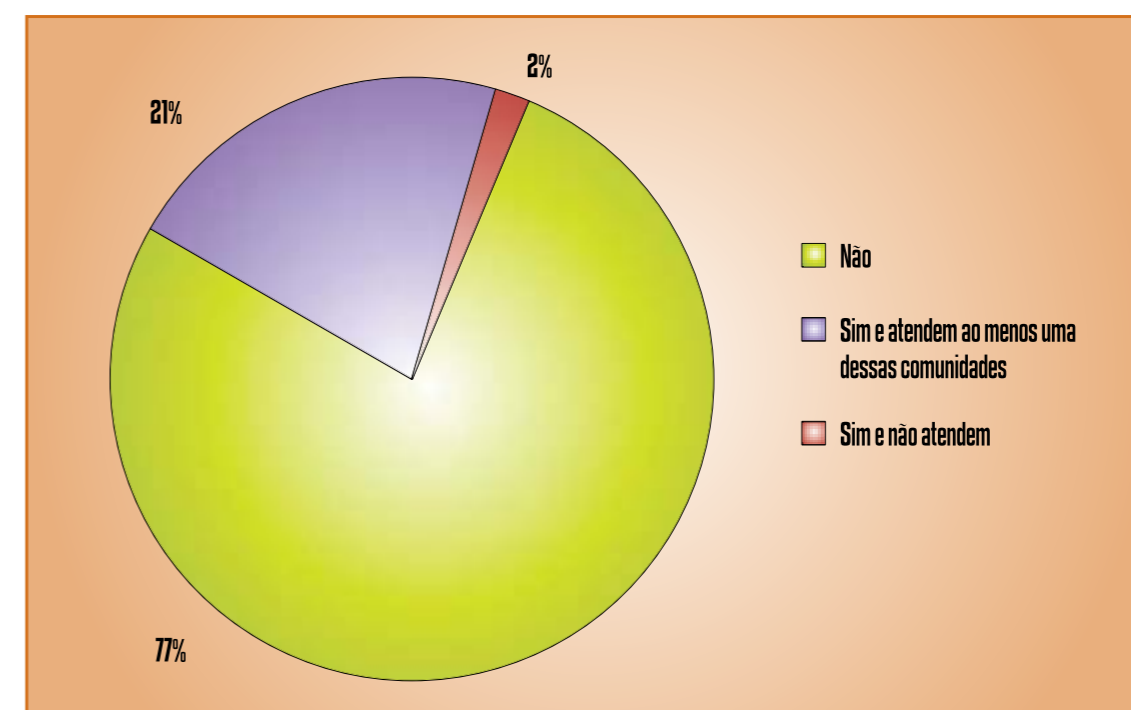
**Tabela 56: Número e percentual de CRAS, por tipo de situações de maior incidência no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional - 2009**

Situação		Porte populacional					Total
		Pequeno I (até 20.000 hab.)	Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)	Médio (50.001 a 100.000 hab.)	Grande (100.001 a 900.000 hab.)	Metrópole (mais de 900.000 hab.)	
<b>Crianças e adolescentes fora da escola</b>	N.Abs	899	260	130	237	34	1.560
	%	30,5%	25,8%	24,2%	23,0%	12,4%	26,9%
<b>Crianças em situação de trabalho infantil</b>	N.Abs	518	158	55	113	37	881
	%	17,6%	15,7%	10,2%	10,9%	13,5%	15,2%
<b>Demandas de provisão material (exceto alimentos)</b>	N.Abs	686	263	160	209	44	1.362
	%	23,3%	26,1%	29,8%	20,3%	16,1%	23,5%
<b>Exploração sexual de crianças e adolescentes</b>	N.Abs	466	156	44	89	11	766
	%	15,8%	15,5%	8,2%	8,6%	4,0%	13,2%
<b>Famílias com descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família</b>	N.Abs	2.049	591	302	544	170	3.656
	%	69,5%	58,7%	56,2%	52,7%	62,0%	63,1%
<b>Famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda</b>	N.Abs	1.413	544	330	557	147	2.991
	%	47,9%	54,1%	61,5%	54,0%	53,6%	51,6%
<b>Famílias em situação de insegurança alimentar</b>	N.Abs	1.473	629	354	659	156	3.271
	%	49,9%	62,5%	65,9%	63,9%	56,9%	56,4%
<b>Indivíduos sem documentação civil</b>	N.Abs	1.217	468	281	549	105	2.620
	%	41,3%	46,5%	52,3%	53,2%	38,3%	45,2%
<b>Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social</b>	N.Abs	1.704	663	386	714	169	3.636
	%	57,8%	65,9%	71,9%	69,2%	61,7%	62,7%
<b>Outras situações de violência no território</b>	N.Abs	346	150	115	208	63	882
	%	11,7%	14,9%	21,4%	20,2%	23,0%	15,2%
<b>Situações de negligência em relação a crianças</b>	N.Abs	1.243	363	161	355	69	2.191
	%	42,1%	36,1%	30,0%	34,4%	25,2%	37,8%
<b>Situações de negligência em relação a idosos</b>	N.Abs	1.057	322	116	199	57	1.751
	%	35,8%	32,0%	21,6%	19,3%	20,8%	30,2%
<b>Situações de negligência em relação a pessoas com deficiência</b>	N.Abs	329	92	33	58	2	514
	%	11,2%	9,1%	6,1%	5,6%	0,7%	8,9%
<b>Situações de violência doméstica</b>	N.Abs	479	197	104	266	43	1.089
	%	16,2%	19,6%	19,4%	25,8%	15,7%	18,8%
<b>Situação de violência contra mulheres</b>	N.Abs	270	114	55	132	29	600
	%	9,2%	11,3%	10,2%	12,8%	10,6%	10,3%

Fonte: Censo CRAS 2009

No tocante à existência de comunidades tradicionais, notadamente quilombolas ou indígenas, no território de atuação dos CRAS, como previsto praticamente não houve variação de 2008 para 2009, mantendo-se esta taxa em torno de 23%, tendo em vista que estas comunidades apresentam reduzido crescimento e mobilidade geográfica (gráfico 27).

**Gráfico 27: Percentual de CRAS segundo existência e atendimento a povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

Previsivelmente, a análise da distribuição destas comunidades nos territórios de atuação dos CRAS por região geográfica e porte populacional dos municípios indica que as maiores taxas de incidência estão nos centros localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como nos municípios de menor porte (tabelas 57 e 58).

Entretanto, cabe ressaltar que o intenso processo de urbanização vivenciado pelo Brasil nas últimas décadas ensejou que mesmo a cobertura destas comunidades, tradicionalmente localizadas em regiões distantes dos grandes centros ou de difícil acesso, é majo-

ritariamente efetuada por CRAS urbanos. Vale dizer que, em geral, municípios de porte populacional pequeno I e pequeno II, respectivamente, contam com somente um CRAS nos seus territórios e, segundo disposições da NOB-SUAS, nestes casos, os centros devem ser instalados em local de fácil acesso a todos os territórios de vulnerabilidade da localidade.

A questão que se afigura relevante consiste em saber se os CRAS têm capacidade de chegar até os indivíduos por meio de atividades de busca ativa e outros. Isso exige determinados tipos de recursos, como carros e equipe disponível. O próximo Censo irá avaliar com maior profundidade esta questão. No caso dos CRAS atuantes em áreas rurais, destaca-se a relativamente grande quantidade desses centros localizados em municípios com população entre 100 mil e 900 mil habitantes, que registraram a presença de comunidades tradicionais em seus territórios.

**Tabela 57: Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo Grandes Regiões e localização - 2009**

Região		Localização			Total
		Urbano	Rural	Itinerante	
<b>Norte</b>	N.Abs	218	4	0	222
	%	16,0%	0,3%	0,0%	16,3%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	525	39	0	564
	%	38,6%	0,2%	0,1%	41,5%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	257	14	2	273
	%	18,9%	1,0%	0,1%	20,1%
<b>Sul</b>	N.Abs	130	3	2	135
	%	9,6%	0,2%	0,1%	9,9%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	159	4	2	165
	%	11,7%	0,3%	0,1%	12,1%
<b>Total</b>	N.Abs	1.289	64	6	1.359
	%	94,8%	4,7%	0,4%	23,4%

Fonte: Censo CRAS 2009

**Tabela 58: Número e percentual de CRAS, por existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS, segundo porte populacional e localização - 2009**

Porte populacional		Localização			Total
		Urbano	Rural	Itinerante	
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	733	15	2	222
	%	53,9%	1,1%	0,1%	16,3%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	293	22	2	564
	%	21,6%	1,6%	0,1%	9,9%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	100	13	1	273
	%	7,4%	1,0%	0,1%	20,1%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	131	13	1	135
	%	9,6%	1,0%	0,1%	9,9%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	32	1	0	165
	%	2,4%	0,1%	0,0%	12,1%
<b>Total</b>	N.Abs	1.288	64	6	1.359
	%	94,8%	4,7%	0,4%	23,4%

Fonte: Censo CRAS 2009

Dentre os CRAS que relataram ter comunidades tradicionais em seus territórios de atuação, 92% das unidades confirmaram atender ao menos uma destas comunidades.

Este percentual não sofre grande alteração quando desagregada a informação por região geográfica, mas, ao se analisar conforme o porte populacional, constata-se uma taxa de atendimento inferior nas metrópoles, da ordem de 72% (tabelas 59 e 60).

**Tabela 59: Número e percentual de CRAS que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades segundo Grandes Regiões - 2009**

Região	Atende povos e comunidades tradicionais*			Total
	Sim	Não		
<b>Norte</b>	N.Abs	216	6	222
	%	97,3%	2,7%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	510	54	564
	%	90,4%	9,6%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	243	30	273
	%	89,0%	11,0%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	126	9	135
	%	93,3%	6,7%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	155	10	165
	%	93,9%	6,2%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.250	109	1.359
	%	92,0%	8,0%	100,0%

\* 4.439 CRAS não possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência.  
Fonte: Censo CRAS 2009

**Tabela 60: Número e percentual de CRAS que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência e que atendem a pelo menos uma destas comunidades segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional	Atende povos e comunidades tradicionais			Total
	Sim	Não		
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	690	60	750
	%	92,0%	8,0%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	297	20	317
	%	93,7%	6,3%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	105	9	114
	%	92,1%	7,9%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	134	11	145
	%	92,4%	7,6%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	24	9	33
	%	72,7%	27,3%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.250	109	1.359
	%	92,0%	8,0%	100,0%

\* 4.439 CRAS não possuem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência.  
Fonte: Censo CRAS 2009

De forma geral, estes dados não apresentaram variação significativa entre 2008 e 2009.

### 3.5 Informação, registro e documentação

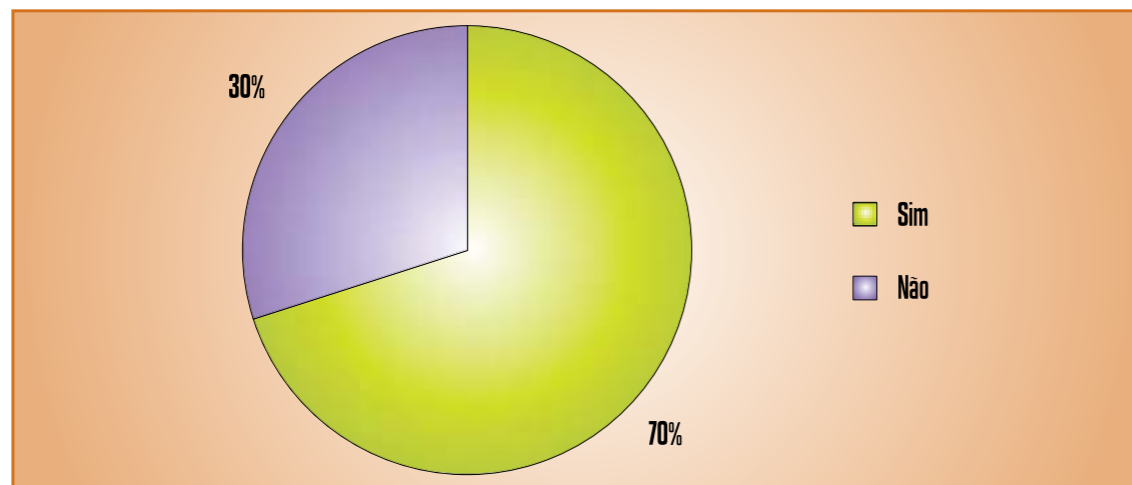
O registro de informações, tanto no concernente às atividades administrativas e rotineiras, como de dados sobre seu território de abrangência, é fundamental para a organização dos CRAS.

Neste âmbito, o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS preconiza que estas unidades mantenham registros em prontuários da frequência de utilização dos serviços socioassistenciais disponibilizados, preferencialmente em modelos padronizados que permitam sua compilação, síntese e análise para monitoramento e aperfeiçoamento constante de sua gestão.

O diagnóstico do território de abrangência do CRAS, com a identificação de suas vulnerabilidades, riscos e potencialidades, é essencial para o planejamento da implantação do centro e dos serviços a serem ofertados, viabilizando a efetiva gestão territorial da Proteção Social Básica.

Independentemente de possíveis interpretações distintas sobre o significado de realizar um diagnóstico territorial, conforme observado no gráfico 28, permanece um percentual preocupante de quase 30% dos CRAS que mencionaram não ter efetuado um levantamento das especificidades sociais e geográficas dos territórios sob sua abrangência, denotando uma estagnação neste quesito, uma vez que em 2008 este patamar era de 30,5%.

Gráfico 28: Percentual de CRAS com diagnóstico do seu território de abrangência - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Na análise por região geográfica (tabela 61), o Nordeste destaca-se com a maior frequência de diagnósticos territoriais, 76,1%. Entretanto, na comparação com 2008, as regiões que mais progrediram foram a Norte e a Sul, com elevação da incidência deste diagnóstico de 64,3% e 60,4% em 2008, respectivamente, para 69,5% e 68,8% em 2009.

Tabela 61: Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2009

Região	Sim	Não	Total
<b>Norte</b>	316 69,5%	139 30,5%	455 100,0%
<b>Nordeste</b>	1.521 76,1%	479 24,0%	2.000 100,0%
<b>Sudeste</b>	1.297 65,7%	678 34,3%	1.975 100,0%
<b>Sul</b>	610 68,8%	277 31,2%	887 100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	318 66,1%	163 33,9%	481 100,0%
<b>Total</b>	4.062 70,1%	1.739 29,9%	5.798 100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

No cruzamento de dados por porte populacional, não houve variação significativa com relação a 2008, permanecendo a maior frequência de diagnósticos territoriais nas metrópoles, a qual superou o patamar de 90% em 2009 (tabela 62).

Tabela 62: Número e percentual de CRAS, por existência de diagnóstico do território de abrangência, segundo porte populacional - 2009

Porte populacional	Sim	Não	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	2.037 69,1%	912 30,9%	2.949 100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	675 67,1%	331 32,9%	1.006 100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	383 71,3%	154 28,7%	537 100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	719 69,7%	313 30,3%	1.032 100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	248 90,5%	26 9,5%	274 100,0%
<b>Total</b>	4.062 70,1%	1.739 29,9%	5.798 100,0%

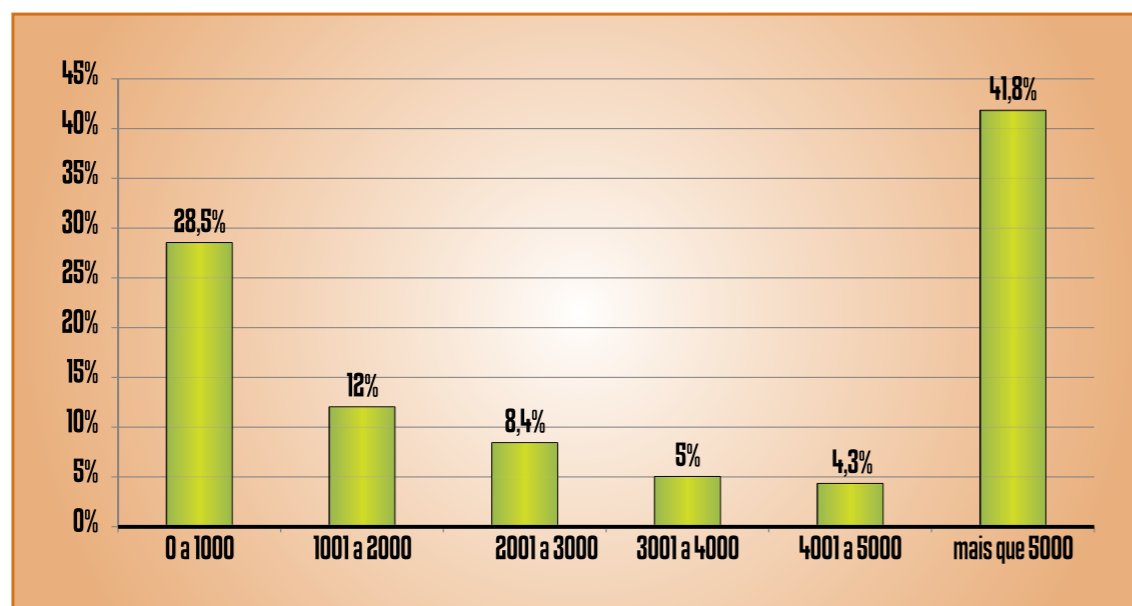
Fonte: Censo CRAS 2009

Esta situação afigura-se natural, tendo em vista a maior complexidade e diversidade de situações sociais nestas grandes cidades, a qual fomenta a demanda pelo uso de dados socioeconômicos e geográficos para o planejamento das atividades de assistência social. Pelo lado da oferta, este ambiente favorável é complementado pela maior disponibilidade de recursos próprios para a efetivação destes levantamentos.

No concernente à quantidade de famílias residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, constata-se uma enorme diferença nos últimos dois anos, com o crescimento dos centros que declararam responder por 5.000 ou mais famílias de 7,3% em 2008 para 41,8% em 2009 (gráfico 29). Essa diferença pode ser explicada pelo menos por dois fatores. Em primeiro lugar, uma maior compreensão de que as famílias referenciadas não compõem a mesma categoria das famílias atendidas. Em segundo lugar, o sistema de informação previa que em grandes territórios onde só existisse um CRAS, ou ainda poucos CRAS, cada um poderia ter um maior número de famílias referenciadas e de profissionais por unidade.

Possivelmente, esta súbita variação deve-se a uma melhor compreensão e conhecimento dos territórios sob abrangência dos CRAS pelos gestores locais, o que pode revelar a presença de inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade social antes “invisíveis” ou não constantes dos registros oficiais.

**Gráfico 29: Percentual de CRAS segundo quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência - Brasil - 2009**



Fonte: Censo CRAS 2009

A distribuição de famílias em situação de risco social não sofre grande variação conforme a região geográfica, com destaque apenas para a maior incidência de centros com até 1.000 famílias em seus territórios na região Sul, a qual atingiu 41%, e de unidades com mais de 5.000 famílias referenciadas no Norte, cujo percentual surpreendentemente alcançou 53% em 2009 (tabela 63). A constatação de um número de famílias referenciadas maior que o estabelecido na NOB pode ter a ver com o tamanho dos territórios, o que aponta para a necessidade de aumento do número de equipes.

**Tabela 63: Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo Grandes Regiões - 2009**

Região	Quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS							Total
		0 a 1000	1001 a 2000	2001 a 3000	3001 a 4000	4001 a 5000	mais que 5000	
<b>Norte</b>	N.Abs	81	52	30	25	21	243	452
	%	17,9%	11,5%	6,6%	5,5%	4,6%	53,8%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	496	235	218	132	99	799	1.979
	%	25,1%	11,9%	11,0%	6,7%	5,0%	40,4%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	551	224	133	87	92	885	1.972
	%	27,9%	11,4%	6,7%	4,4%	4,7%	44,9%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	363	116	70	35	26	275	885
	%	41,0%	13,1%	7,9%	4,0%	2,9%	31,1%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	150	64	31	12	12	208	477
	%	31,4%	13,4%	6,5%	2,5%	2,5%	43,6%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.641	691	482	291	250	2.410	5.765
	%	28,5%	12,0%	8,4%	5,0%	4,3%	41,8%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Conforme esperado, à medida que aumenta o porte populacional dos municípios, decresce a quantidade de centros com até 1.000 famílias em seus territórios e eleva-se o número de unidades com mais de 5.000 famílias sob sua abrangência (tabela 64).

**Tabela 64: Número e percentual de CRAS, por quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem em seu território de abrangência, segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional	Quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS							Total
		0 a 1000	1001 a 2000	2001 a 3000	3001 a 4000	4001 a 5000	mais que 5000	
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	1.181	339	243	56	18	1.095	2.932
	%	40,3%	11,6%	8,3%	1,9%	0,6%	37,3%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	215	93	76	124	59	431	998
	%	21,5%	9,3%	7,6%	12,4%	5,9%	43,2%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	108	77	57	24	47	222	535
	%	20,2%	14,4%	10,7%	4,5%	8,8%	41,5%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	126	153	81	56	101	510	1.027
	%	12,3%	14,9%	7,9%	5,5%	9,8%	49,7%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	11	29	25	31	25	152	273
	%	4,0%	10,6%	9,2%	11,4%	9,2%	55,7%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.641	691	482	291	250	2.410	5.765
	%	28,5%	12,0%	8,4%	5,0%	4,3%	41,8%	100,0%

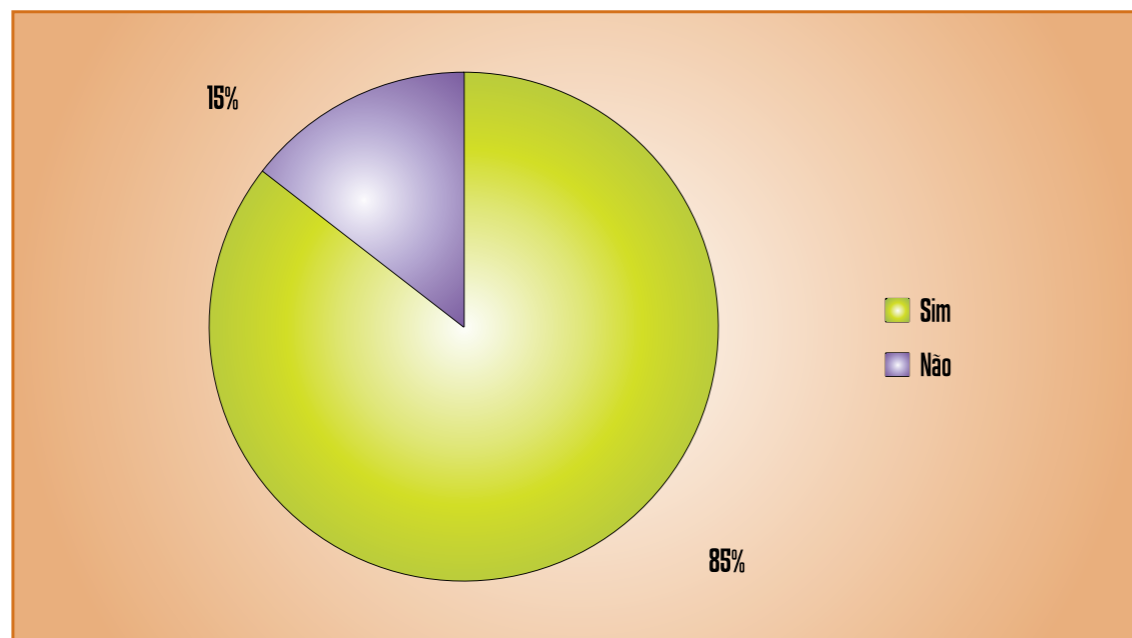
Fonte: Censo CRAS 2009



Contudo, pode-se detectar que 40% dos CRAS que declararam atender mais de 5.000 famílias estão localizados em municípios de pequeno porte I, com até 20.000 habitantes. Como não se afigura razoável que toda a população de diversos municípios encontre-se em situação de vulnerabilidade social, corrobora-se a necessidade de um estudo complementar mencionado anteriormente para averiguar a questão, em função de evidências no sentido de má interpretação desta questão quando do preenchimento do Censo CRAS pelos gestores locais.

No tocante à elaboração de relatórios mensais com o quantitativo de atendimentos nos CRAS, houve uma evolução no biênio 2008/2009. Mesmo com o advento de mais de 700 CRAS em 2009, 85,5% declararam efetivar este procedimento, contra 82,4% em 2008 (gráfico 30).

Gráfico 30: Percentual de CRAS com relatório mensal do quantitativo de atendimento - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Regionalmente, os maiores avanços neste quesito ocorreram no Nordeste e no Sul, com 88% e 77% dos CRAS destas regiões tendo registrado efetuar relatórios mensais do quantitativo de atendimentos realizados, contra 83% e 71% em 2008 (tabela 65).

Tabela 65: Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimentos, segundo Grandes Regiões - 2009

Região	Quantidade de CRAS com relatório mensal do quantitativo de atendimentos			
		Sim	Não	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	396	59	455
	%	87,0%	13,0%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.762	238	2.000
	%	88,1%	11,9%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.725	250	1.975
	%	87,3%	12,7%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	684	203	887
	%	77,1%	22,9%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	392	89	481
	%	81,5%	18,5%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	4.959	839	5.798
	%	85,5%	14,5%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Por sua vez, a realização deste tipo de relatório é mais frequente quanto maior o porte populacional do município de localização do CRAS, o qual supera 95% a partir das cidades de médio porte e atinge 100% nas metrópoles. Nas localidades de médio porte também se verificou o maior progresso neste item, o qual alcançara somente 86% em 2008 (tabela 66).

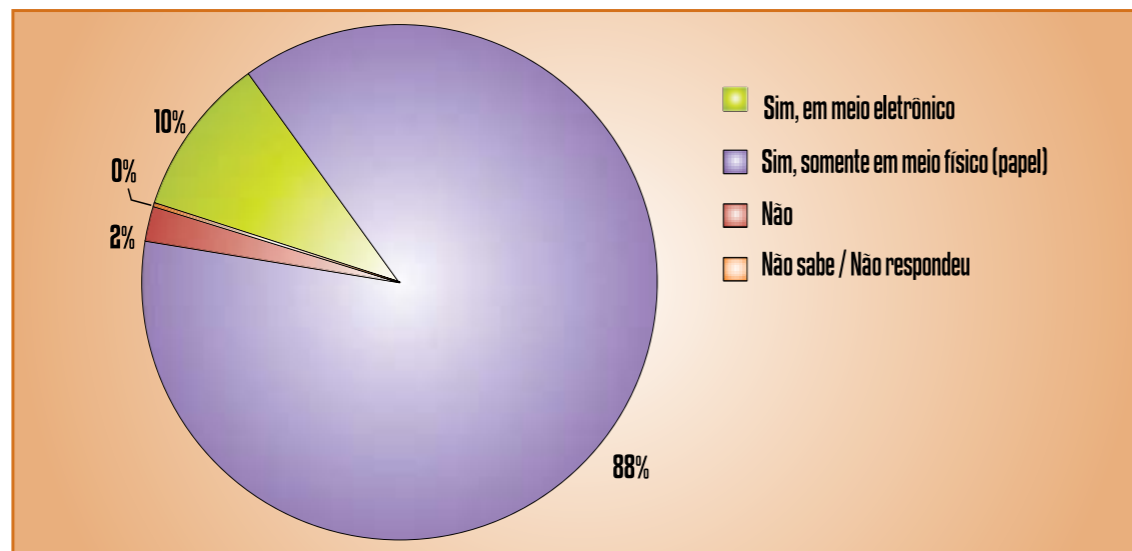
Tabela 66: Número e percentual de CRAS, por existência de relatório mensal do quantitativo de atendimentos, segundo porte populacional - 2009

Porte populacional	Quantidade de CRAS com relatório mensal do quantitativo de atendimentos			
		Sim	Não	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	2.288	661	2.949
	%	77,6%	22,4%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	894	112	1.006
	%	88,9%	11,1%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	512	25	537
	%	95,3%	4,7%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	991	41	1.032
	%	96,0%	4,0%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	274	0	274
	%	100,0%	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	4.959	839	5.798
	%	85,5%	14,5%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

A existência de arquivo de prontuário, conforme apresentada no gráfico 31, revela que não houve alterações relevantes no biênio 2008/2009, permanecendo a alta incidência de existência destes arquivos, mas, majoritariamente, somente em meio físico, com 87,7% do total. A falta de informação sistematizada e padronizada dificulta a vigilância social que é responsável por detectar as vulnerabilidades dos cidadãos para promover a inclusão dos usuários aos serviços, programas e benefícios de transferência de renda.

Gráfico 31: Percentual de CRAS segundo existência de arquivo de prontuário - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Efetivamente, somente nas regiões Sul e Centro-Oeste o quantitativo de CRAS com prontuários em meio eletrônico supera 10%, o que denota o grande desafio a ser enfrentado para transformar a estrutura física necessária já instalada nestes centros, conforme os dados sobre presença de computadores e acesso à internet expostos na seção anterior deste relatório, em sistemas efetivos de gestão administrativa que possam aumentar a produtividade no atendimento mediante a automatização parcial ou integral de tarefas, além do fácil acesso e recuperação de registros administrativos (tabela 67).

Tabela 67: Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo Grandes Regiões - 2009

Região		Sim, somente em meio físico (papel)	Sim, em meio eletrônico	Não possui	Não sabe/não respondeu	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	415	32	8	0	455
	%	91,2%	7,0%	1,8%	0,0%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.824	137	38	1	2.000
	%	91,2%	6,9%	1,9%	0,1%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.758	197	20	0	1.975
	%	89,0%	10,0%	1,0%	0,0%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	690	152	45	0	887
	%	77,8%	17,1%	5,1%	0,0%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	395	69	17	0	481
	%	82,1%	14,3%	3,5%	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	5.082	587	128	1	5.798
	%	87,1%	10,1%	2,2%	0,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Mesmo nas metrópoles, conforme observado na tabela 68, a incidência de arquivos de prontuário em meio eletrônico não atinge 20%, o que reforça a importância basilar dos estudos coordenados pelo MDS de uma padronização dos formulários e prontuários de atendimento, a qual facilitaria bastante uma informatização massiva das informações armazenadas localmente nos CRAS.

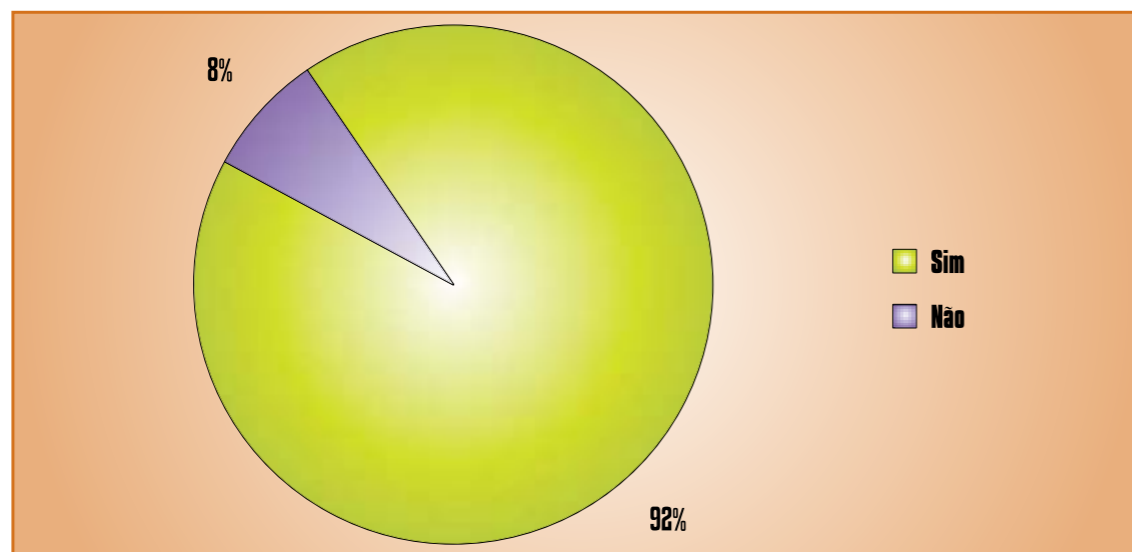
Especificamente no concernente à padronização dos prontuários utilizados para atendimento, 92% dos CRAS declararam adotar uma uniformização destes instrumentos, embora obviamente isto não implique que haja qualquer padronização dos prontuários utilizados entre diferentes centros, o que dificulta a concepção de sistemas unificados de registro que possibilitariam redução de custos em sua implantação e, principalmente, manutenção (gráfico 32).

Tabela 68: Número e percentual de CRAS, por existência de algum modelo padronizado de prontuário, segundo porte populacional - 2009

Porte populacional		Sim, somente em meio físico (papel)	Sim, em meio eletrônico	Não possui	Não sabe/não respondeu	Total
<b>Pequeno I (até 20.000 hab.)</b>	N.Abs	2.595	243	111	0	2.949
	%	88,0%	8,2%	3,8%	0,0%	100,0%
<b>Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)</b>	N.Abs	887	106	13	0	1.006
	%	88,2%	10,5%	1,3%	0,0%	100,0%
<b>Médio (50.001 a 100.000 hab.)</b>	N.Abs	477	57	2	1	537
	%	88,8%	10,61%	0,4%	0,2%	100,0%
<b>Grande (100.001 a 900.000 hab.)</b>	N.Abs	899	131	2	0	1.032
	%	87,1%	12,7%	0,2%	0,0%	100,0%
<b>Metrópole (mais de 900.000 hab.)</b>	N.Abs	224	50	0	0	274
	%	81,8%	18,2%	0,0%	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	5.082	587	128	1	5.798
	%	87,1%	10,1%	2,2%	0,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Gráfico 32: Percentual de CRAS que possui algum modelo padronizado de prontuário - Brasil - 2009

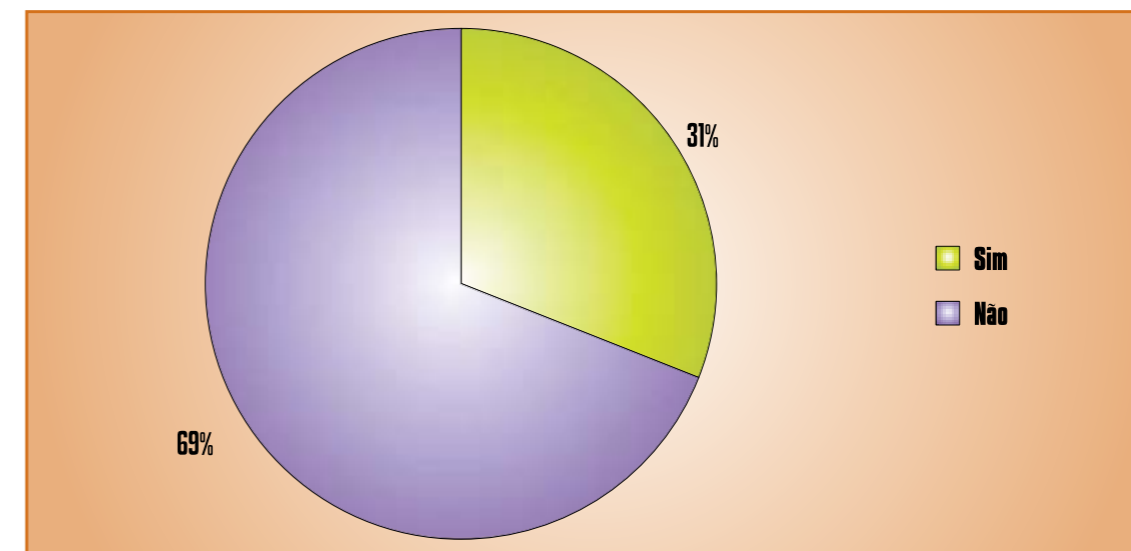


Fonte: Censo CRAS 2009

Por outro lado, a existência de sistemas informatizados para registro de informações permanece sendo uma exceção, abarcando 31% ou menos de um terço dos CRAS (gráfico 33). Este percentual regrediu em comparação com 2008, quando atingira 35,7%,

possivelmente em função da forte expansão do número destes centros em 2009, com o advento de 700 novas unidades. Esta baixa incidência é relativamente uniforme por região geográfica, porte populacional e fonte de financiamento, conforme evidenciado no gráfico 33 e nas tabelas 69 a 71.

Gráfico 33: Percentual de CRAS segundo existência de sistema informatizado para registro de informações - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Tabela 69: Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo Grandes Regiões - 2009

Região		Sim	Não	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	137	318	455
	%	30,1%	69,9%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	533	1.467	2.000
	%	26,7%	73,4%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	629	1.346	1.975
	%	31,8%	68,2%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	311	576	887
	%	35,1%	64,9%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	192	289	481
	%	39,9%	60,1%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	1.802	3.996	5.798
	%	31,1%	68,9%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Tabela 70: Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo porte populacional - 2009

Porte populacional		Sim	Não	Total
Pequeno I (até 20.000 hab.)	N.Abs	857	2.092	2.949
	%	29,1%	70,9%	100,0%
Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.)	N.Abs	321	685	1.006
	%	31,9%	68,1%	100,0%
Médio (50.001 a 100.000 hab.)	N.Abs	154	383	537
	%	28,7%	71,3%	100,0%
Grande (100.001 a 900.000 hab.)	N.Abs	374	658	1.032
	%	36,2%	63,8%	100,0%
Metrópole (mais de 900.000 hab.)	N.Abs	96	178	274
	%	35,0%	65,0%	100,0%
Total	N.Abs	1.802	3.996	5.798
	%	31,1%	68,9%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

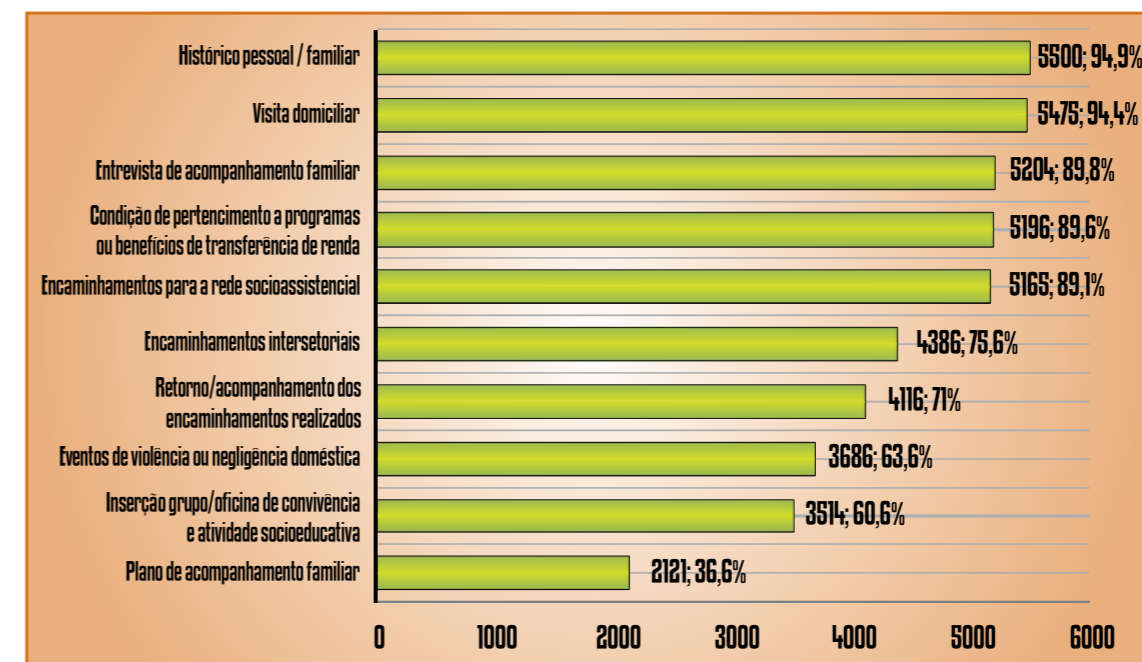
Tabela 71: Número e percentual de CRAS, por existência de sistema informatizado para registro de informações, segundo fontes de financiamento - 2009

Fontes de financiamento		Sim	Não	Total
Somente federal	N.Abs	392	1.006	1.398
	%	28,0%	72,0%	100,0%
Somente estadual	N.Abs	27	72	99
	%	27,3%	72,7%	100,0%
Somente municipal	N.Abs	228	504	732
	%	31,1%	68,9%	100,0%
Somente federal e estadual	N.Abs	36	63	99
	%	36,4%	63,6%	100,0%
Somente federal e municipal	N.Abs	802	1.766	2.568
	%	31,2%	68,8%	100,0%
Somente estadual e municipal	N.Abs	33	83	116
	%	28,4%	71,6%	100,0%
Federal, estadual e municipal	N.Abs	284	502	786
	%	36,1%	63,9%	100,0%
Total	N.Abs	1.802	3.996	5.798
	%	31,1%	68,9%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

O gráfico abaixo apresenta informações acerca dos tipos de informações que são efetivamente registradas pelos CRAS que declararam possuir sistemas de informações:

Gráfico 34: Percentual de CRAS segundo informações sistematizadas no prontuário do usuário - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

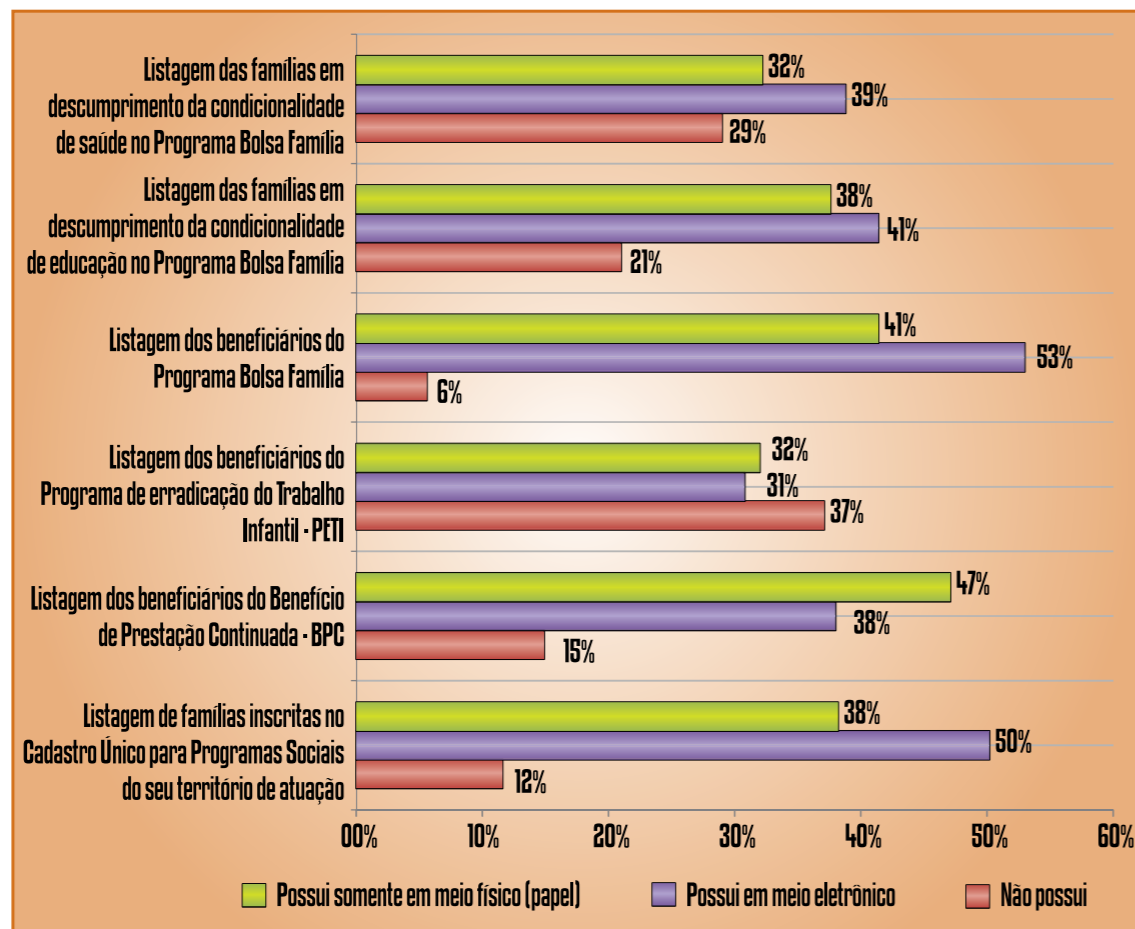
Conforme se observa, o tipo de informação mais registrada pelos CRAS, contando com um percentual de 94,9%, refere-se ao histórico pessoal/familiar dos atendidos. Logo após, com 94,4%, temos a informação referente à visita familiar e, em terceiro lugar, com um percentual de 89,8%, o registro de informações sobre as entrevistas de acompanhamento familiar.

É interessante observar que a elaboração de um plano de acompanhamento familiar, a seu turno, consiste no tipo de informação menos registrada, contando com 36,6% dos casos. Isso sugere que, na verdade, atividades de planejamento estão sendo menos perfeitadas do que aquelas de registro circunstancial de atendimentos realizados.

O gráfico 35 ilustra a forma de registro de informações de diversas listagens utilizadas pelos CRAS, conforme o meio utilizado: físico ou eletrônico. No caso de o centro não possuir acesso a estas listagens, registra-se a indisponibilidade destas.

Em comparação a 2008, verifica-se um claro avanço, com destaque para o crescimento de unidades com registro eletrônico das listagens do BPC, de 33% em 2008 para 38% em 2009, e para a redução dos centros sem informações sobre as condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família, de 34,3% e 27% em 2008 para 29% e 21% no ano seguinte, respectivamente.

Gráfico 35: Percentual de CRAS segundo utilização de listagens de famílias no seu território de atuação inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais ou beneficiárias de programas geridos pelo MDS - Brasil - 2009

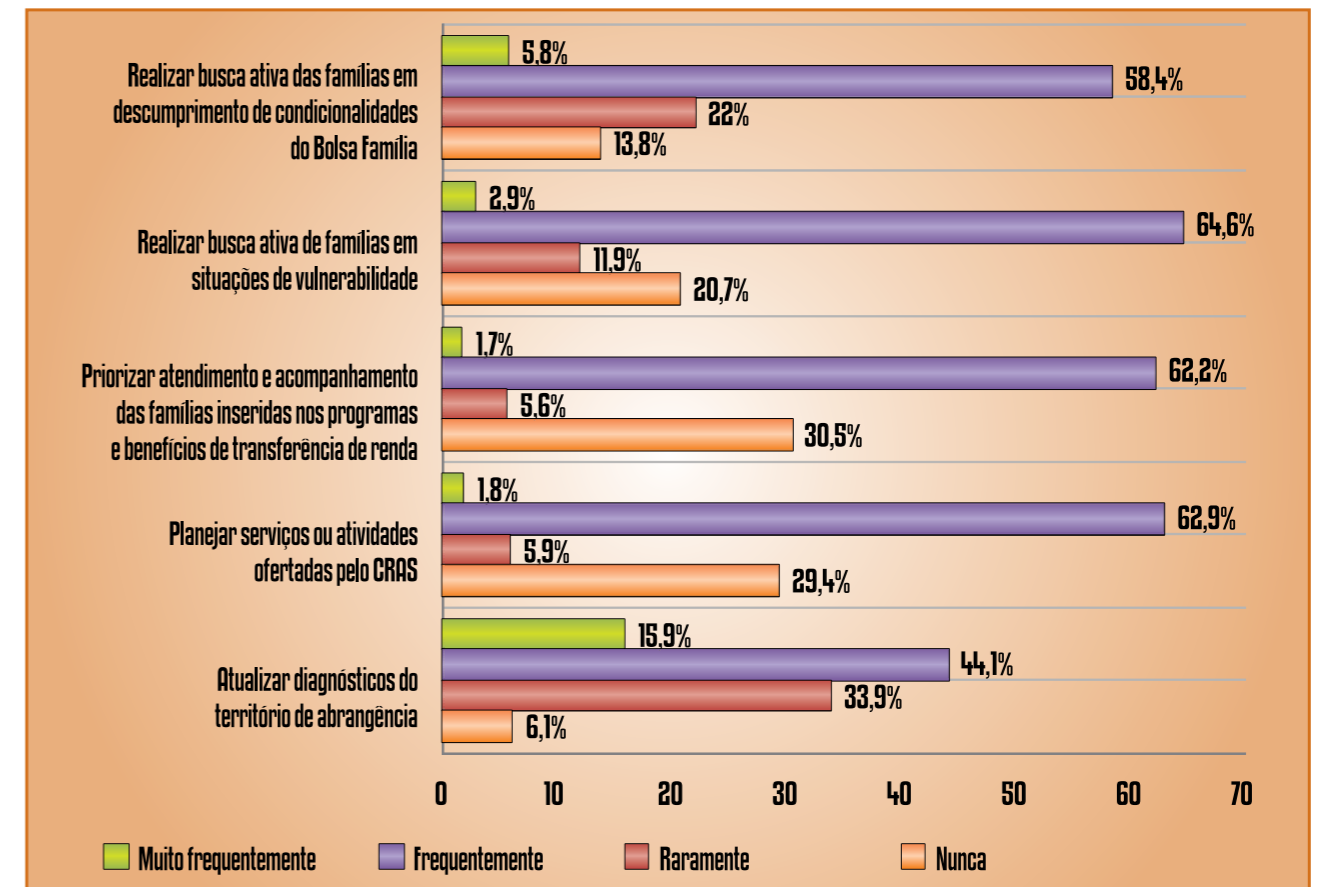


Fonte: Censo CRAS 2009

Ao se analisar conjuntamente os índices de listagens não disponíveis relativos ao PETI e às condicionalidades do Programa Bolsa Família, evidencia-se a importância de se me-

lhorar o acesso municipal a informações para a gestão da assistência social. Neste sentido, o protocolo de gestão integrada de serviços, transferência de renda e benefícios representará importante avanço na unificação dos dados fundamentais para a gestão municipal.

Gráfico 36: Percentual de CRAS segundo frequência com que utilizam as listagens para finalidades específicas - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Não obstante, tão ou mais importante que a existência das listagens anteriormente citadas é sua efetiva utilização para a gestão dos CRAS (gráfico 36). O emprego menos frequente destes instrumentos é no planejamento das atividades ofertadas pelos CRAS e na priorização de famílias para atendimento por programas sociais, cujos percentuais de respostas com a opção "nunca utilizam" remontaram a 29,4% e 30,5%, respectivamente.

Por outro lado, a utilização “frequentemente” ou “muito frequentemente” igualou ou superou em conjunto o patamar de 60% para todas as finalidades pesquisadas.

Neste contexto, mormente ainda restar evidente a necessidade de aprimoramento no registro e uso de informações para a modernização da gestão dos CRAS, também cumpre destacar o grande avanço obtido especialmente na utilização efetiva das informações disponíveis nestas unidades pelos gestores locais para a melhoria na assertividade dos serviços socioassistenciais diretamente providos ou encaminhados por meio destes centros.

### 3.6 Articulação

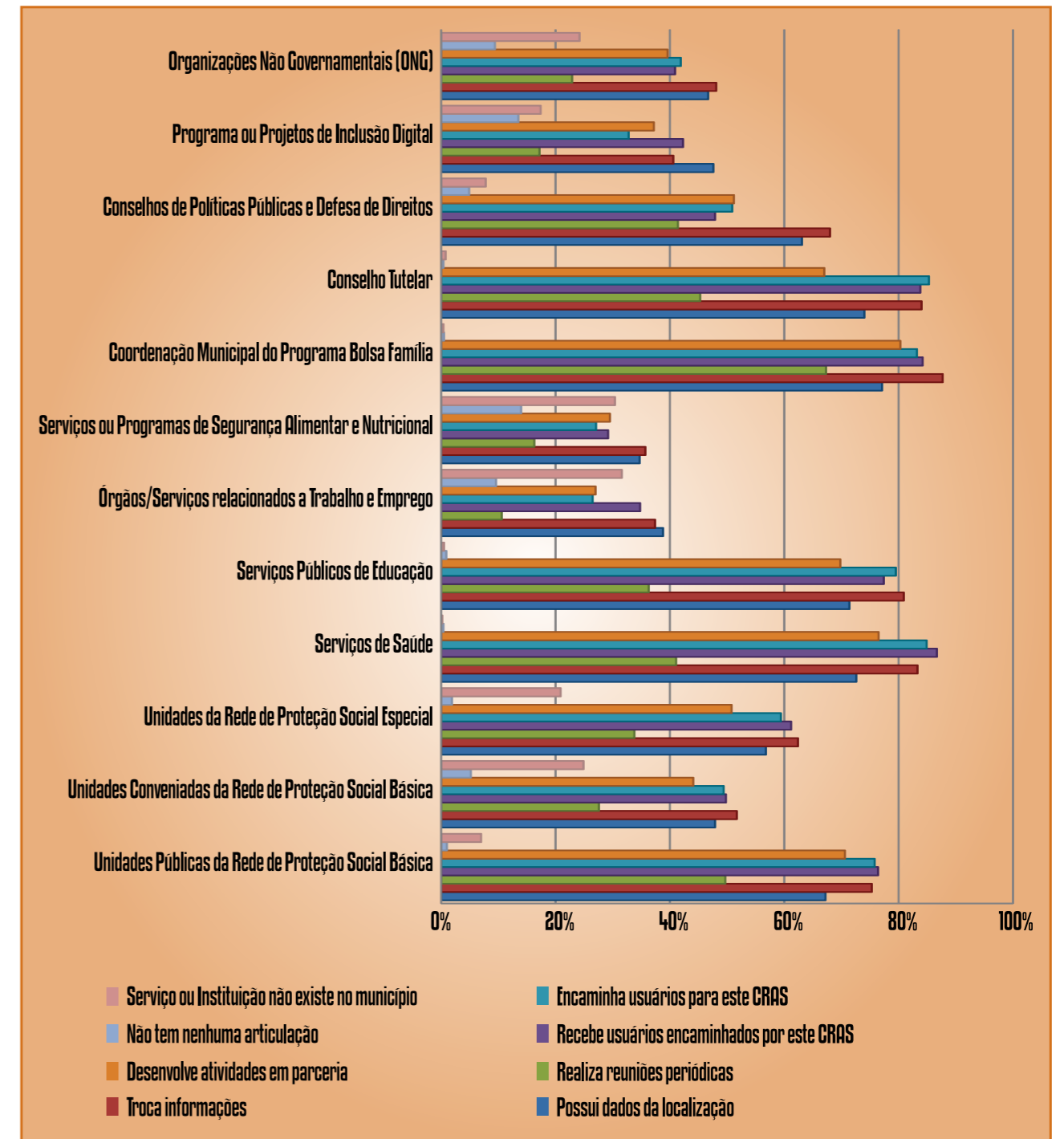
Dentre suas atribuições, os CRAS devem servir como eixo de articulação das unidades públicas e privadas de assistência social para a formação da rede socioassistencial e sua interação com as demais políticas públicas.

Essa articulação tem por intuito viabilizar o atendimento integral das pessoas em situação de vulnerabilidade social, de acordo com a complexidade e diversidade de situações por elas vivenciadas.

Neste sentido, a agregação dos interesses comuns das entidades de assistência social e também de suas especializações distintas enseja uma oferta mais adequada de serviços, bem como contribui para o acesso universal aos direitos socioassistenciais.

Destarte, uma das seções do questionário do Censo CRAS 2009 destinou-se à identificação dos serviços, programas e instituições com os quais os CRAS se articulam, além do grau de efetividade dessa articulação.

Gráfico 37: Percentual de CRAS segundo tipo de articulação efetiva - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Neste âmbito, cumpre destacar a articulação intensa dos CRAS com as demais unidades públicas da rede de Proteção Social Básica, coordenações municipais do Programa Bolsa Família e conselhos tutelares, como se pode observar no gráfico 37. Como exemplo, a realização de reuniões periódicas entre coordenadores dos CRAS e destas instituições alcança 50%, em média, o que indica uma melhoria significativa na gestão intersetorial.

Por sua vez, também se evidencia um estreito relacionamento dos serviços públicos de educação e saúde com os CRAS, com taxas de encaminhamento mútuo de usuários acima de 80% e atividades em parceria citadas por mais de 60% dos respondentes.

Contudo, conforme preliminarmente sinalizado no Censo CRAS de 2008, o qual apontou percentuais superiores a 40% de articulação nula ou insatisfatória dos CRAS com serviços de segurança alimentar, iniciativas de trabalho e emprego e projetos de inclusão digital, em 2009 estas ações persistem como as de menor articulação com os coordenadores dos CRAS.

Tendo em vista a alta frequência de menções à disponibilização de atividades de inclusão produtiva nos CRAS e a importância das ações de segurança alimentar para as famílias em situação de maior vulnerabilidade social, afigura-se crucial uma investigação detalhada destas informações para subsidiar ações de integração entre estas áreas nos CRAS por meio da articulação entre as secretarias do MDS e deste órgão com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (tabela 72). Posto de outra forma, faz-se necessário conhecer melhor os serviços de segurança alimentar, trabalho e emprego e inclusão digital e verificar se eles têm a mesma abrangência dos serviços de proteção básica.

Tabela 72: Número e percentual de CRAS segundo tipos de articulação - 2009

Serviços, programas ou instituições com os quais os CRAS mantêm articulação		Tipo de Articulação							
		Possui dados da localização	Troca informações	Realiza reuniões periódicas	Recebe usuários encaminhados por este CRAS	Encaminha usuários para este CRAS	Desenvolve atividades em parceria	Não tem nenhuma articulação	Serviço ou Instituição não existe no município
Unidades Públicas da Rede de Proteção Social Básica	N.Abs	3.899	4.366	2.880	4.431	4.397	4.096	58	406
	%	67,2%	75,3%	49,7%	76,4%	75,8%	70,6%	1,0%	7,0%
Unidades Conveniadas da Rede de Proteção Social Básica	N.Abs	2.780	2.997	1.600	2.890	2.862	2.558	299	1.444
	%	47,9%	51,7%	27,6%	49,8%	49,4%	44,1%	5,2%	24,9%
Unidades da Rede de Proteção Social Especial	N.Abs	3.291	3.618	1.962	3.550	3.445	2.943	111	1.209
	%	56,8%	62,4%	33,8%	61,2%	59,4%	50,8%	1,9%	20,9%
Serviços de Saúde	N.Abs	4.211	4.830	2.383	5.024	4.923	4.435	24	10
	%	72,6%	83,3%	41,1%	86,7%	84,9%	76,5%	0,4%	0,2%
Serviços Públicos de Educação	N.Abs	4.139	4.692	2.103	4.485	4.610	4.045	53	28
	%	71,4%	80,9%	36,3%	77,4%	79,5%	69,8%	0,9%	0,5%
Órgãos/Serviços relacionados a Trabalho e Emprego	N.Abs	2.251	2.171	617	2.019	1.539	1.565	554	1.835
	%	38,8%	37,4%	10,6%	34,8%	26,5%	27,0%	9,6%	31,6%
Serviços ou Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	N.Abs	2.011	2.072	945	1.694	1.571	1.710	810	1.764
	%	34,7%	35,7%	16,3%	29,2%	27,1%	29,5%	14,0%	30,4%
Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família	N.Abs	4.472	5.087	3.900	4.882	4.823	4.658	27	25
	%	77,1%	87,7%	67,3%	84,2%	83,2%	80,3%	0,5%	0,4%
Conselho Tutelar	N.Abs	4.288	4.870	2.626	4.861	4.947	3.882	21	48
	%	74,0%	84,0%	45,3%	83,8%	85,3%	67,0%	0,4%	0,8%
Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos	N.Abs	3.659	3.942	2.399	2.778	2.949	2.969	282	451
	%	63,1%	68,0%	41,4%	47,9%	50,9%	51,2%	4,9%	7,8%
Programa ou Projetos de Inclusão Digital	N.Abs	2.760	2.353	998	2.455	1.903	2.154	782	1.007
	%	47,6%	40,6%	17,2%	42,3%	32,8%	37,2%	13,5%	17,4%
Organizações Não Governamentais (ONG)	N.Abs	2.707	2.789	1.325	2.373	2.430	2.294	547	1.402
	%	46,7%	48,1%	22,9%	40,9%	41,9%	39,6%	9,4%	24,2%

Fonte: Censo CRAS 2009

### 3.7 Recursos humanos

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) materializa a Política Nacional de Assistência Social, estabelecendo um novo modelo de gestão, com enfoque na proteção social, organizado por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de média e alta complexidade), desenvolvidas e/ou vinculadas às unidades públicas: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), reafirmando a assistência social como direito público para as famílias e indivíduos que necessitem desta política pública.

A proteção social, afiançada pelo SUAS, tem como objetivo principal fortalecer vínculos familiares e comunitários, na perspectiva de potencializar a autoestima, estabelecer identidades, referências e efetivar os direitos socioassistenciais, por meio da implementação dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda.

A oferta dos serviços socioassistenciais, em consonância com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, realiza-se por meio do trabalho social, desenvolvido de forma interdisciplinar pela equipe de referência composta por técnicos de nível superior (assistentes sociais, psicólogos, advogados, pedagogos, sociólogos, entre outros profissionais) e técnicos de nível médio (orientadores sociais, educadores/cuidadores), conforme regulação no âmbito do SUAS.

A qualidade da proteção socioassistencial brasileira requer profissionais com formação e conhecimentos adequados às necessidades do SUAS, sistema que organiza a rede socioassistencial e que tem como principal insumo os recursos humanos.

Vale ressaltar que grande avanço, nesse sentido, ocorreu com a publicação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Essa norma estabelece as equipes de referência para os serviços, programas e projetos socioassistenciais e ainda define os papéis dos profissionais de nível médio e superior.

Em adição, estabelece os principais aspectos ou eixos estruturantes para a gestão do trabalho na política de assistência social, a saber: equipes de referência, diretrizes para a política nacional de capacitação, diretrizes nacionais para os planos de carreira, cargos e salários (PCCS); diretrizes para as entidades e organizações de assistência social, bem como para o cofinanciamento da gestão do trabalho; responsabilidades e atribuições do gestor federal, dos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, organização de cadastro nacional de seus trabalhadores, módulo CadSUAS e controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS.

Conforme preconizado pela NOB-RH/SUAS, as equipes de referência são definidas como “aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”.

No âmbito da Proteção Social Básica, o número e composição das equipes de referência dos CRAS foi definido em função da quantidade de famílias referenciadas à unidade, a qual, por sua vez, varia de acordo com o porte populacional do município.

Destarte, nas localidades de pequeno porte I, cujo montante de famílias referenciadas por CRAS é de até 2.500 famílias, a equipe de referência deve ser minimamente constituída por dois técnicos de nível superior, sendo um deles obrigatoriamente assistente social e outro preferencialmente psicólogo, além de dois técnicos de nível médio.

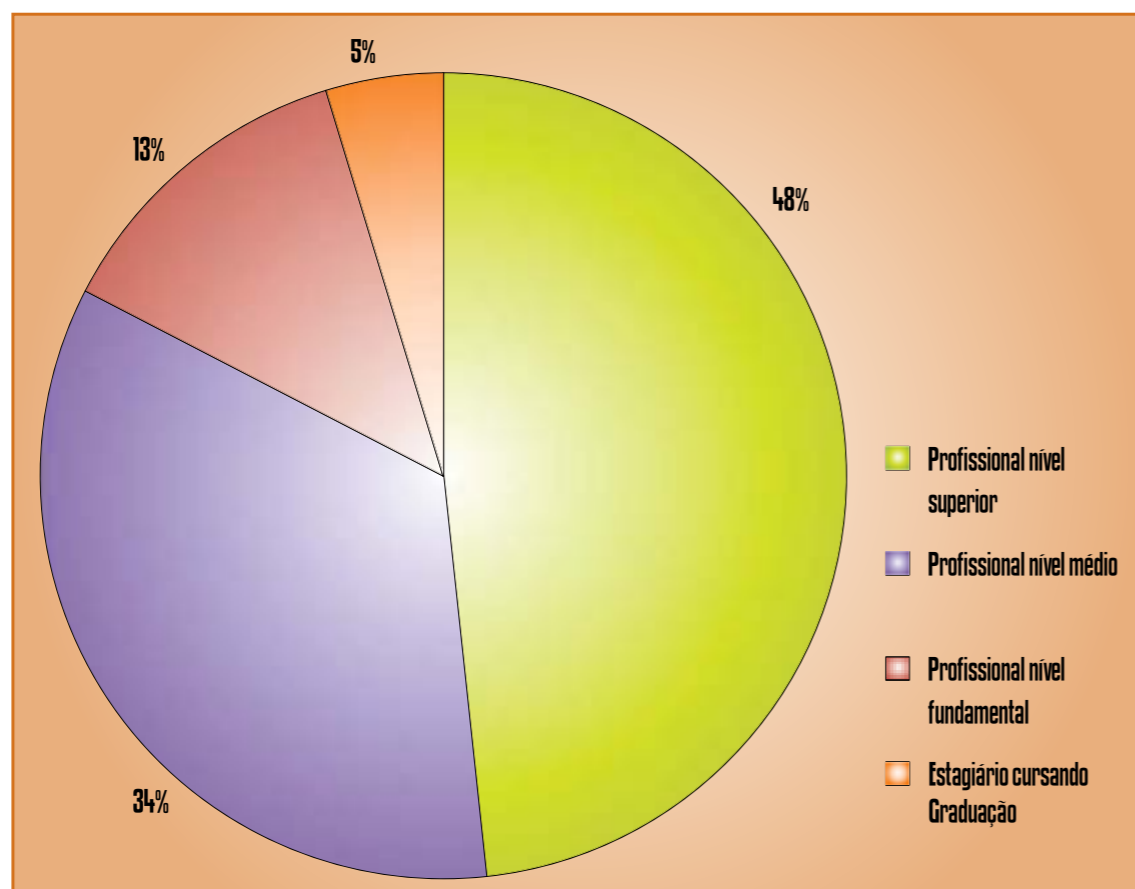
Para municípios de pequeno porte II, com até 3.500 famílias referenciadas por CRAS, a composição mínima das equipes de referência é de três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e o terceiro preferencialmente psicólogo, além de três técnicos de nível médio. Para as demais cidades de população superior a 50.000 habitantes, cujos CRAS podem referenciar até 5.000 famílias, as equipes atuantes no CRAS devem ser constituídas por, pelo menos, quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional atuante na gestão do SUAS, afóra quatro técnicos de nível médio.



Em adição, é facultada a substituição de profissionais de nível médio por outros com nível superior e é compulsória a existência de um coordenador de nível superior e admitido via concurso público em todas as equipes de referência.

Neste contexto, cabe inicialmente destacar o forte crescimento da quantidade de profissionais atuantes nos CRAS, que era de pouco mais de 36 mil pessoas em 2008 e atingiu quase 44 mil pessoas em 2009, um incremento de 20%, mais que proporcional ao aumento do número de centros no biênio, o qual passou de 5.074 unidades para 5.798 no biênio ou 14% a mais, conforme visto no início deste relatório. Com isso, o número médio de funcionários por CRAS passou de 7,22 em 2008 para 7,58 em 2009.

Gráfico 38: Nível de formação dos funcionários do CRAS - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Este quantitativo representa praticamente um quarto ou em torno de 24% do total de funcionários da assistência social em todo o País, o qual remonta a aproximadamente 182,4 mil pessoas, segundo a MUNIC 2009.

De forma similar ao verificado em 2008, quase metade dos funcionários que trabalham nos CRAS tem nível superior, e por volta de um terço possui nível médio, conforme gráfico 38.

Na distribuição regional, apresentada na tabela 73, constata-se que mais de 1/5 de todos os profissionais dos CRAS são assistentes sociais, com uma presença um pouco menor nas regiões Centro-Oeste e Norte, onde esta participação equivale a cerca de 1/6.

Tabela 73: Área de formação dos funcionários dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009

Região		Assistente Social	Psicólogo	Pedagogo	Demais nível superior	Profissional de nível médio	Profissional de nível fundamental	Estagiário cursando graduação	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	607	380	274	264	1.410	586	132	3.653
	%	16,6%	10,4%	7,5%	7,2%	38,6%	16,0%	3,6%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	2.987	2.241	711	1.107	5.191	1.956	416	14.609
	%	20,4%	15,3%	4,9%	7,6%	35,5%	13,4%	2,8%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	3.698	2.026	556	1.255	4.894	1.831	831	15.091
	%	24,5%	13,4%	3,7%	8,3%	32,4%	12,1%	5,5%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	1.426	763	367	759	2.036	575	591	6.517
	%	21,9%	11,7%	5,6%	11,6%	31,2%	8,8%	9,1%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	660	460	260	439	1.560	622	111	4.112
	%	16,1%	11,2%	6,3%	10,7%	37,9%	15,1%	2,7%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	9.378	5.870	2.168	3.824	15.091	5.570	2.081	43.982
	%	21,3%	13,3%	4,9%	8,7%	34,3%	12,7%	4,7%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Por sua vez, no Nordeste existe uma participação maior de psicólogos nas equipes, a qual atinge aproximadamente 15% do total de funcionários.

Em adição, na comparação entre 2008 e 2009, cabe destacar o crescimento em todas as regiões de pedagogos atuantes nos CRAS, com mais de 500 novos profissionais com esta qualificação, e o aumento de sua participação relativa de 4,4% para 4,9%.

Com o intuito de verificar se estes números atendem o quantitativo mínimo de profissionais estipulado pela NOB-RH/SUAS, agregou-se o montante de CRAS por porte populacional de município e multiplicou-se os subtotais pelo número de profissionais de nível superior e médio previstos naquela norma (tabela 74).

O mesmo procedimento foi adotado para se obter a quantidade mínima de assistentes sociais.

**Tabela 74: Número de CRAS que atendem a quantidade mínima de técnicos: assistentes sociais, nível superior e nível médio, segundo porte populacional - 2009**

Porte Populacional	Quantidade de CRAS	Mínimo de Assistentes Sociais por CRAS	Mínimo de técnicos de nível superior por CRAS	Mínimo de técnicos de nível médio por CRAS	Total mínimo de Assistentes Sociais	Total mínimo de técnicos de nível superior	Total mínimo de técnicos de nível médio
<b>Pequeno I</b>	2.949	1	2	2	2.949	5.898	5.898
<b>Pequeno II</b>	1.006	2	3	3	2.012	3.018	3.018
<b>Médio</b>	537	2	4	4	1.074	2.148	2.148
<b>Grande</b>	1.032	2	4	4	2.064	4.128	4.128
<b>Metrópole</b>	274	2	4	4	548	1.096	1.096
<b>Total pelo NOB-RH</b>	5.798				8.647	16.288	16.288
<b>Total pelo Censo 2009</b>					9.378	21.240	15.091

Fonte: Censo CRAS 2009

No biênio 2008/2009, mesmo com o grande crescimento do quantitativo de CRAS, manteve-se uma grande conquista substanciada no atendimento do quantitativo mínimo de assistentes sociais nos CRAS.

Em 2008, o mínimo requerido era de 7.693 profissionais com esta formação, contra 8.270 assistentes sociais mapeados no Censo CRAS de 2008. Em 2009, o patamar mínimo elevou-se em quase mil profissionais, para 8.647, o qual também foi atendido por meio do levantamento de 9.378 assistentes sociais atuantes nos CRAS.

De forma geral, os cálculos indicam que o quantitativo atual de profissionais atuantes nos CRAS atende as disposições da NOB-RH, com os montantes de 9.378 assistentes sociais e 21.240 técnicos de nível superior, os quais atendem aos patamares mínimos requeridos por aquela norma, de 8.647 e 16.288 profissionais, respectivamente.

Contudo, este resultado somente seria satisfatório se a distribuição de recursos humanos fosse perfeitamente homogênea em todos os CRAS existentes no País. Como esta assunção definitivamente destoa da realidade, na análise por centro, consubstanciada no indicador de RH a ser tratado na próxima seção, evidencia-se a ainda muito frágil estrutura de RH nos CRAS.

Em adição, outra forma de reforçar a participação expressiva dos assistentes sociais nos CRAS é que nestas unidades sua participação remonta a aproximadamente 21% do total da força de trabalho ou 44% dos profissionais de nível superior. Por sua vez, ao empregar-se os dados da MUNIC 2009, constata-se que existem em torno de 19 mil assistentes sociais ocupados em sua seara em todo o País, o que representa pouco mais de 10% do total de 182,4 mil profissionais ocupados na assistência social no Brasil ou 37% dos 51,6 mil trabalhos com ensino superior completo ou pós-graduação atuantes na área.

Na análise por porte populacional, constata-se uma grande evolução na distribuição de recursos humanos na assistência social nos últimos dois anos (tabela 75).

**Tabela 75: Área de formação dos funcionários dos CRAS segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional		Assistente Social	Psicólogo	Pedagogo	Demais nível superior	Profissional de nível médio	Profissional de nível fundamental	Estagiário cursando graduação	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	3.585	2.727	872	1.678	5.999	1.971	614	17.446
	%	20,5%	15,6%	5,0%	9,6%	34,4%	11,3%	3,5%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	1.573	1.040	424	637	2.904	994	298	7.870
	%	20,0%	13,2%	5,4%	8,1%	36,9%	12,6%	3,8%	100,0%
<b>Médio</b>	N.Abs	980	586	249	447	1.609	614	280	4.765
	%	20,6%	12,3%	5,2%	9,4%	33,8%	12,9%	5,9%	100,0%
<b>Grande</b>	N.Abs	2.215	1.198	443	730	3.092	1.421	776	9.875
	%	22,4%	12,1%	4,5%	7,4%	31,3%	14,4%	7,9%	100,0%
<b>Metrópole</b>	N.Abs	1.025	319	180	332	1.487	570	113	4.026
	%	25,5%	7,9%	4,5%	8,2%	36,9%	14,2%	2,8%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	9.378	5.870	2.168	3.824	15.091	5.570	2.081	43.982
	%	21,3%	13,3%	4,9%	8,7%	34,3%	12,7%	4,7%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Efetivamente, em 2008, apenas os municípios de pequeno porte I e as metrópoles atendiam às disposições da NOB-RH/SUAS, ao passo que, em 2009, para todas as estratifi-

cações de municípios por porte houve o atendimento ao preconizado por aquela norma no concernente ao total de profissionais por CRAS e total de técnicos de nível superior por centro.

Somente o quantitativo mínimo de assistentes sociais ainda não é atendido nos municípios de médio e pequeno porte II. Em 2008, isso ocorreu nestes dois extratos e também nas localidades de grande porte (tabela 76).

Tabela 76: Número de municípios, CRAS e técnicos assistentes sociais e demais de nível superior segundo porte populacional - 2009

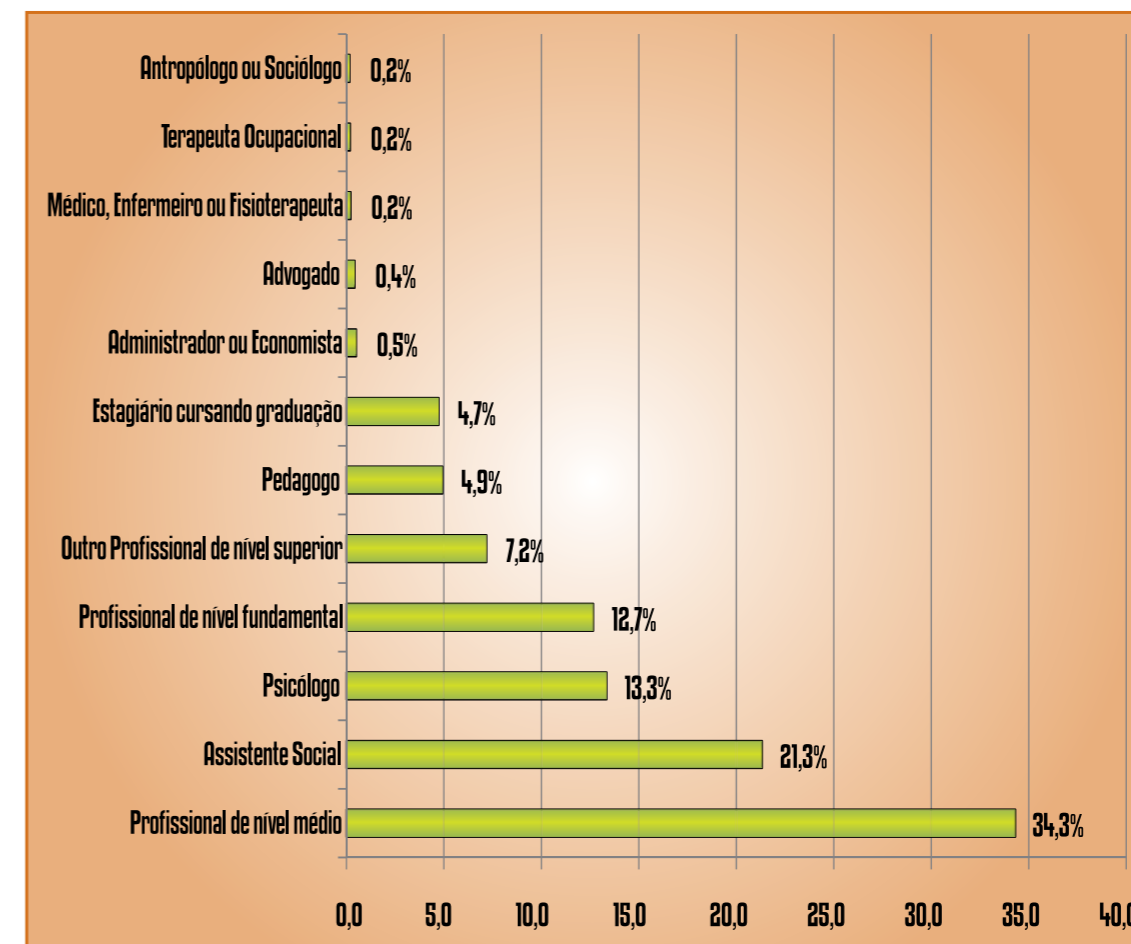
Porte populacional	Quantidade de municípios	Quantidade de CRAS 2008	Quantidade de CRAS 2009	Mínimo de assistentes sociais em 2009	Mínimo de técnicos com formação superior em 2009	Total de assistentes sociais em 2009	Total de técnicos com formação superior em 2009
<b>Pequeno I</b>	4.004	2.455	2.949	2.949	5.898	3.585	8.862
<b>Pequeno II</b>	994	928	1.006	2.012	3.018	1.573	3.674
<b>Médio</b>	313	468	537	1.074	2.148	980	2.262
<b>Grande</b>	237	954	1.032	2.064	4.128	2.215	4.586
<b>Metrópole</b>	16	269	274	548	1.096	1.025	1.856
<b>Total</b>	5.564	5.074	5.798	8.647	16.288	9.378	21.240

Fonte: Censo CRAS 2009

Observa-se, claramente, uma defasagem significativa de profissionais assistentes sociais nos CRAS nos municípios de portes pequeno II e médio. Defasagem que, vale dizer, afigura-se mais severa nos municípios de pequeno porte II, onde atingiu 22%, com 1.573 profissionais ou 439 funcionários com esta formação aquém do mínimo requerido de 2.012 assistentes sociais. Nos municípios de médio porte, esta defasagem foi de 8,8%, correspondente à diferença entre o quantitativo mínimo exigido de 1.074 assistentes sociais e os 980 trabalhadores com esta titulação mapeados no Censo CRAS 2009.

Por sua vez, o quantitativo mínimo de psicólogos é atendido nas metrópoles e localidades de médio e grande porte, que constituem os três extratos por porte populacional para os quais a NOB-RH dispõe ser obrigatória a presença de ao menos um profissional com esta formação em cada CRAS.

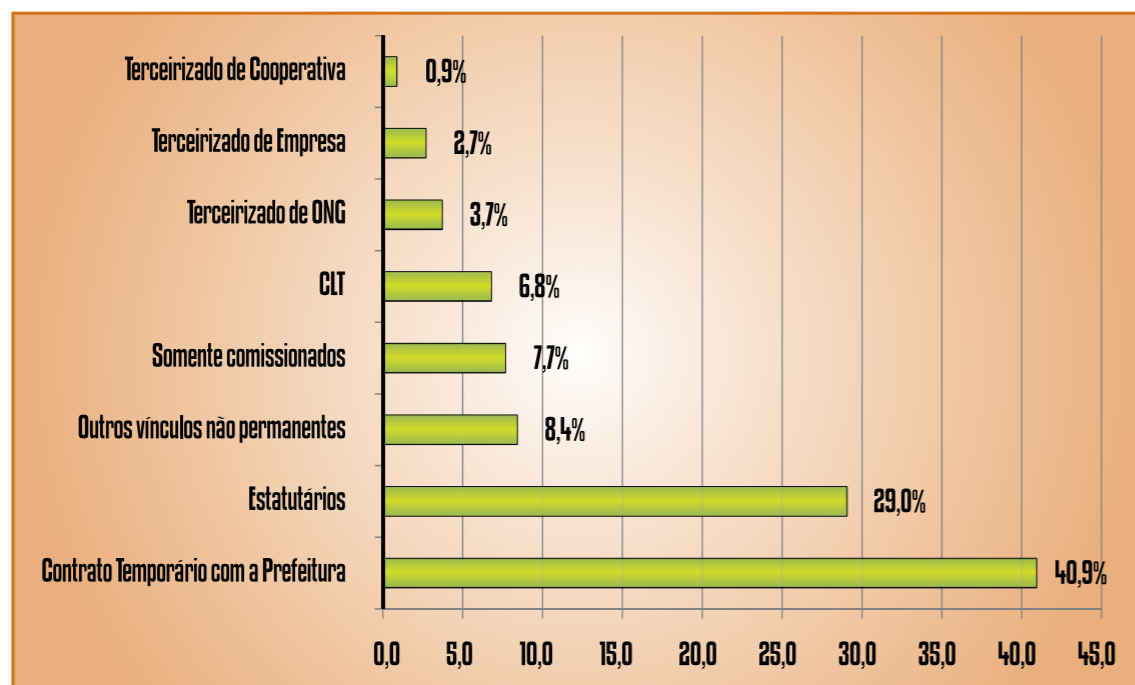
Gráfico 39: Nível e tipo de formação dos funcionários dos CRAS - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

No concernente às equipes de referência dos CRAS, conforme apresentado no gráfico 39, constata-se a presença de advogados, administradores, médicos e outros profissionais com formações distintas daquelas preconizadas pela NOB-RH/SUAS. Funcionários destas áreas, desde que admitidos via concurso público, podem exercer a coordenação dos CRAS, mas não podem ser computados para fins de atendimento ao quantitativo mínimo das equipes de referência destes centros. Este é o mesmo caso, por exemplo, de funcionários de nível fundamental, os quais devem ser incorporados à equipe dos CRAS, mas, todavia, não contam como equipe exigida pela NOB-RH.

Gráfico 40: Vínculos dos funcionários dos CRAS - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Por outro lado, persiste uma grande precariedade no vínculo funcional dos trabalhadores dos CRAS, com mais de 40% do total enquadrados como contratados temporários (gráfico 40).

Não obstante, este quadro abarca de certa forma toda a assistência social no País, conforme comprovado por dados da MUNIC 2009. De fato, dos 182,4 mil trabalhadores atuantes na área, 67 mil ou 37% são estatutários, 15,4 mil ou 8,5% são celetistas, 6,8 mil ou 3,7% são estagiários, 32,2 mil ou 17,6% são funcionários comissionados e, finalmente, nada menos que 60 mil ou quase 33% não têm vínculo permanente.

No cômputo geral, não houve variações representativas no biênio 2008/2009 no quantitativo de funcionários conforme a classificação de suas relações trabalhistas com os CRAS. Vínculos estáveis representados pelos regimes celetista ou estatutário representam pouco mais de 35% do total.

Tabela 77: Tipo de vínculo dos funcionários dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009

Região		CLT	Contrato Temporário com a Prefeitura	Estatutários	Sem vínculo permanente	Somente comissionados	Terceirizado de empresa	Terceirizado de ONG	Terceirizado de cooperativa	Total
Norte	N.Abs	184	1.780	1.018	338	297	32	0	4	3.653
	%	5,0%	48,7%	27,9%	9,3%	8,1%	0,9%	0,0%	0,1%	100,0%
Nordeste	N.Abs	464	8.679	2.735	1.081	874	393	367	16	14.609
	%	3,2%	59,4%	18,7%	7,4%	6,0%	2,7%	2,5%	0,1%	100,0%
Sudeste	N.Abs	1.815	5.008	4.512	1.433	974	289	768	292	15.091
	%	12,0%	33,2%	29,9%	9,5%	6,5%	1,9%	5,1%	1,9%	100,0%
Sul	N.Abs	385	1.168	2.943	586	672	423	286	54	6.517
	%	5,9%	17,9%	45,2%	9,0%	10,3%	6,5%	4,4%	0,8%	100,0%
Centro-Oeste	N.Abs	131	1.357	1.566	255	550	39	204	10	4.112
	%	3,2%	33,0%	38,1%	6,2%	13,4%	0,9%	5,0%	0,2%	100,0%
Total	N.Abs	2.979	17.992	12.774	3.693	3.367	1.176	1.625	376	43.982
	%	6,8%	40,9%	29,0%	8,4%	7,7%	2,7%	3,7%	0,9%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

De forma análoga ao verificado em 2008, a região Sul apresenta o melhor cenário com relação ao vínculo dos funcionários dos CRAS, com 45,2% de estatutários e apenas 17,9% de contratados temporariamente. Por outro lado, situação mais grave é verificada no Nordeste, onde os trabalhadores regidos pelo Regime Jurídico Único da União representam apenas 18,7% do total e os contratados por tempo determinado remontam a 59,4% do total (tabela 77).

Por sua vez, cabe destacar o percentual de celetistas na região Sudeste, de 12%, contra uma média nas demais regiões inferior a 6%.

Tabela 78: Tipo de vínculo dos funcionários dos CRAS segundo porte populacional - 2009

Porte populacional		CLT	Contrato Temporário com a Prefeitura	Estatutários	Sem vínculo permanente	Somente comissionados	Terceirizado de empresa	Terceirizado de ONG	Terceirizado de cooperativa	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	1.007	8.373	4.773	1.296	1.655	205	103	34	17.446
	%	5,8%	48,0%	27,4%	7,4%	9,5%	1,2%	0,6%	0,2%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	479	3.738	2.100	679	656	122	61	35	7.870
	%	6,1%	47,5%	26,7%	8,6%	8,3%	1,6%	0,8%	0,4%	100,0%
<b>Médio</b>	N.Abs	226	2.339	1.339	349	305	71	118	18	4.765
	%	4,7%	49,1%	28,1%	7,3%	6,4%	1,5%	2,5%	0,4%	100,0%
<b>Grande</b>	N.Abs	962	3.222	2.526	1.110	610	316	853	276	9.875
	%	9,7%	32,6%	25,6%	11,2%	6,2%	3,2%	8,6%	2,8%	100,0%
<b>Metrópole</b>	N.Abs	305	320	2.036	259	141	462	490	13	4.026
	%	7,6%	7,9%	50,6%	6,4%	3,5%	11,5%	12,2%	0,3%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.979	17.992	12.774	3.693	3.367	1.176	1.625	376	43.982
	%	6,8%	40,9%	29,0%	8,4%	7,7%	2,7%	3,7%	0,9%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Dentre os municípios de até 100 mil habitantes, não há variações significativas nas relações trabalhistas existentes nos CRAS. Contudo, a partir das localidades de grande porte, verifica-se uma tendência à redução do número de contratos temporários (tabela 78).

Em adição, nas metrópoles também se constata uma participação muito maior de estatutários do que nos demais municípios, superior a 50%, além da maior presença de terceirizados oriundos de empresas e organizações não governamentais.

No comparativo com 2008, houve aumento generalizado na participação de servidores estatutários por porte populacional, com destaque para o crescimento nas metrópoles e municípios de médio porte, passando de 48,6% e 24,7% para 50,6% e 28,1%, respectivamente.

Tabela 79: Função dos funcionários dos CRAS segundo Grandes Regiões - 2009

Região		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Orientador Social ProJovem	Serviços gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	594	388	131	354	738	423	1.025	3.653
	%	16,3%	10,6%	3,6%	9,7%	20,2%	11,6%	28,1%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	2.181	1.598	392	1.448	2.525	1.507	4.958	14.609
	%	14,9%	10,9%	2,7%	9,9%	17,3%	10,3%	33,9%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	2.469	1.558	901	816	2.157	1.969	5.221	15.091
	%	16,4%	10,3%	6,0%	5,4%	14,3%	13,0%	34,6%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	891	637	620	305	835	1.028	2.201	6.517
	%	13,7%	9,8%	9,5%	4,7%	12,8%	15,8%	33,8%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	698	380	10	277	794	682	1.183	4.112
	%	17,0%	9,2%	2,4%	6,7%	19,3%	16,6%	28,8%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	6.833	4.561	2.142	3.200	7.049	5.609	14.588	43.982
	%	15,5%	10,4%	4,9%	7,3%	16,0%	12,8%	33,2%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

De forma geral, na análise regional e por porte populacional (tabelas 79 e 80, respectivamente), houve uma ligeira redução na participação percentual dos técnicos de nível médio, superior e da área administrativa em comparação com os dados de 2008, fundamentalmente em função da criação da nova categoria "Orientador Social ProJovem", a qual atingiu o expressivo patamar de quase 10% nas regiões Norte e Nordeste no primeiro ano de coleta de informações.

Vale destacar que, dentre os técnicos de nível superior, o percentual que se declarou orientador do ProJovem foi de 4,65%. A seu turno, dentre os técnicos de nível médio, esse percentual sobe para 12,2%. É interessante observar essa diferença que aponta que o ProJovem está sendo mais frequentemente objeto de trabalho para os técnicos de nível médio do que para aqueles de nível superior.

Tabela 80: função dos funcionários dos CRAS segundo porte populacional - 2009

Porte populacional		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Orientador Social ProJovem	Serviços gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	2.685	2.265	563	1.423	2.482	2.085	5.943	17.446
	%	15,4%	13,0%	3,2%	8,2%	14,2%	12,0%	34,1%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	1.264	830	325	650	1.333	965	2.503	7.870
	%	16,1%	10,5%	4,1%	8,3%	16,9%	12,3%	31,8%	100,0%
<b>Médio</b>	N.Abs	765	424	280	329	763	602	1.602	4.765
	%	16,1%	8,9%	5,9%	6,9%	16,0%	12,6%	33,6%	100,0%
<b>Grande</b>	N.Abs	1.374	801	862	638	1.783	1.132	3.285	9.875
	%	13,9%	8,1%	8,7%	6,5%	18,1%	11,5%	33,3%	100,0%
<b>Metrópole</b>	N.Abs	745	241	112	160	688	825	1.255	4.026
	%	18,5%	6,0%	2,8%	4,0%	17,1%	20,5%	31,2%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	6.833	4.561	2.142	3.200	7.049	5.609	14.588	43.982
	%	15,5%	10,4%	4,9%	7,3%	16,0%	12,8%	33,2%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

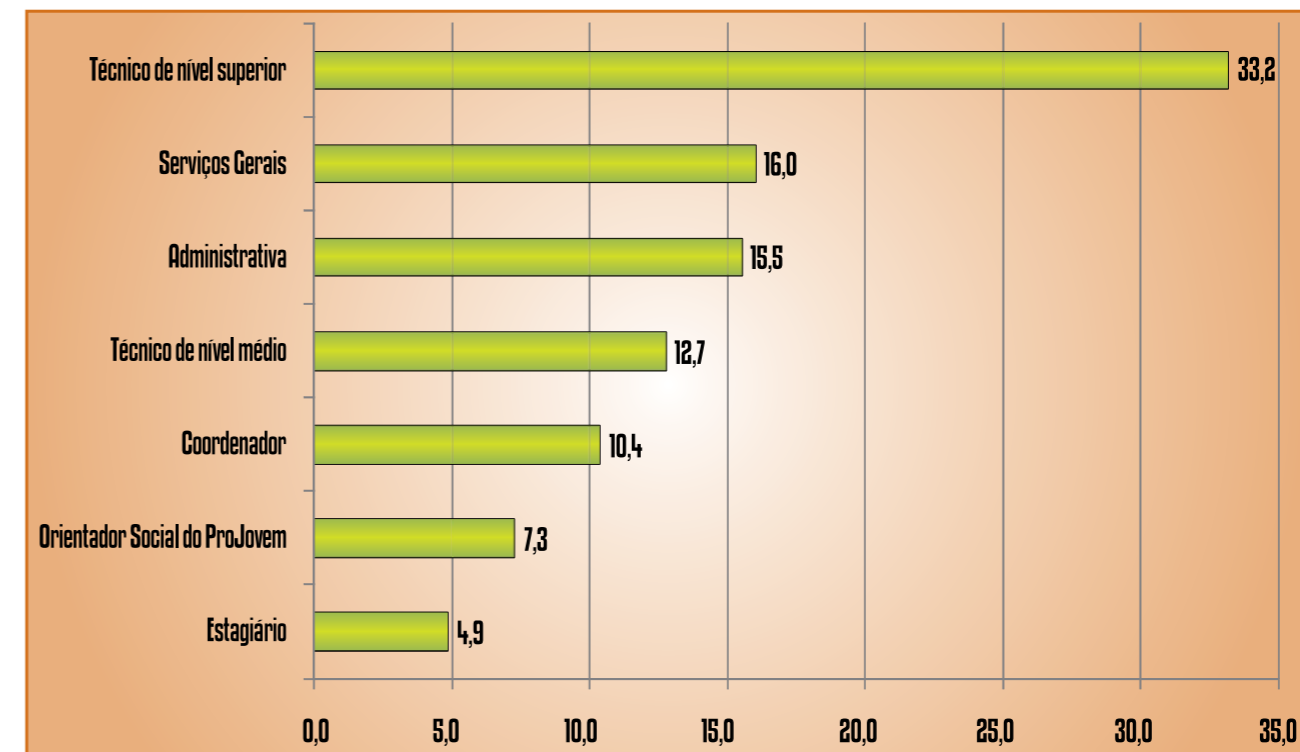
Cabe destacar que persiste a existência de CRAS sem coordenadores, uma vez que foram computados 4.561 coordenadores para 5.798 CRAS. Efetivamente, em todos os portes populacionais há uma carência deste profissional nas unidades, sendo a situação mais grave nas localidades de pequeno porte I, com quase 700 coordenadores a menos que o quantitativo de CRAS. Nas metrópoles, esta diferença é de 33 CRAS a mais que o total de coordenadores recenseados.

Não obstante, de 2008 para 2009 houve uma evolução, uma vez que a razão entre os totais de coordenadores e CRAS cresceu em todos os portes populacionais e, em âmbito nacional, aumentou de 77,4% para 78,7%, um resultado ainda mais significativo ao lembrarmos que houve a inauguração de mais de 700 CRAS no decurso de 2009.

Por seu turno, o total de 48,2% de técnicos com formação de nível superior é maior que o percentual combinado de coordenadores de CRAS e técnicos de nível superior, o qual remonta a 43,6%, o que é perfeitamente natural, posto que profissionais com formação universitária podem também atuar em funções de nível médio.

Na distribuição entre as diversas funções exercidas nos CRAS, ressaltou-se o crescimento de 15,4% para 16% da categoria de "Serviços Gerais", a qual passou a ser a segunda mais representativa, ultrapassando o quantitativo de trabalhadores da área administrativa, que decresceu de 17,3% em 2008 para 15,5% em 2009.

Gráfico 4: função dos funcionários dos CRAS - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Por sua vez, a análise da divisão de trabalho nos CRAS em relação à formação de seus profissionais revela que quase metade ou 44,8% dos coordenadores é formada por assistentes sociais, seguida por 15,1% de pedagogos. Assistentes sociais e psicólogos são as formações mais comuns nos CRAS e correspondem em conjunto a 34,6% do total de trabalhadores destes centros e a mais de 85% dos técnicos de nível superior (tabela 81). Na comparação com 2008, detecta-se tendência a uma maior profissionalização das atividades administrativas, com 14,2% de profissionais de nível superior atuando nesta área em 2009, contra 12,6% no ano anterior.

Tabela 81: Funcionários dos CRAS segundo formação e função - 2009

Formação		Função							Total
		Administrativa	Coordenador	Estagiário	Orientador Social Pro.Jovem	Serviços Gerais	Técnico de nível médio	Técnico de nível superior	
<b>Administrador ou Economista</b>	N.Abs	64	96	1	9	1	24	26	221
	%	0,9%	2,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,4%	0,2%	0,5%
<b>Advogado</b>	N.Abs	17	31	0	8	4	3	124	187
	%	0,2%	0,7%	0,0%	0,3%	0,1%	0,1%	0,9%	0,4%
<b>Antropólogo ou Sociólogo</b>	N.Abs	1	33	0	8	0	5	26	73
	%	0,0%	0,7%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%
<b>Assistente Social</b>	N.Abs	50	2.042	8	119	9	62	7.088	9.378
	%	0,7%	44,8%	0,4%	3,7%	0,1%	1,1%	48,6%	21,3%
<b>Estagiário cursando graduação</b>	N.Abs	95	32	1.741	153	11	42	7	2.081
	%	1,4%	0,7%	81,3%	4,8%	0,2%	0,7%	0,0%	4,7%
<b>Médico, Enfermeiro ou Fisioterapeuta</b>	N.Abs	9	28	0	3	1	5	51	97
	%	0,1%	0,6%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,3%	0,2%
<b>Outro Profissional de nível superior</b>	N.Abs	613	768	20	519	49	245	947	3.161
	%	9,0%	16,8%	0,9%	16,2%	0,7%	4,4%	6,5%	7,2%
<b>Pedagogo</b>	N.Abs	203	688	4	244	12	139	878	2.168
	%	3,0%	15,1%	0,2%	7,6%	0,2%	2,5%	6,0%	4,9%
<b>Profissional de nível fundamental</b>	N.Abs	686	21	81	120	4.549	104	9	5.570
	%	10,0%	0,5%	3,8%	3,8%	64,5%	1,9%	0,1%	12,7%
<b>Profissional de nível médio</b>	N.Abs	5.071	398	280	1.941	2.412	4.935	54	15.091
	%	74,2%	8,7%	13,1%	60,7%	34,2%	88,0%	0,4%	34,3%
<b>Psicólogo</b>	N.Abs	22	410	5	74	1	37	5.321	5.870
	%	0,3%	9,0%	0,2%	2,3%	0,0%	0,7%	36,5%	13,3%
<b>Terapeuta Ocupacional</b>	N.Abs	2	14	2	2	0	8	57	85
	%	0,0%	0,3%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,4%	0,2%
<b>Total</b>	N.Abs	6.833	4.561	2.142	3.200	7.049	5.609	14.588	43.982
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

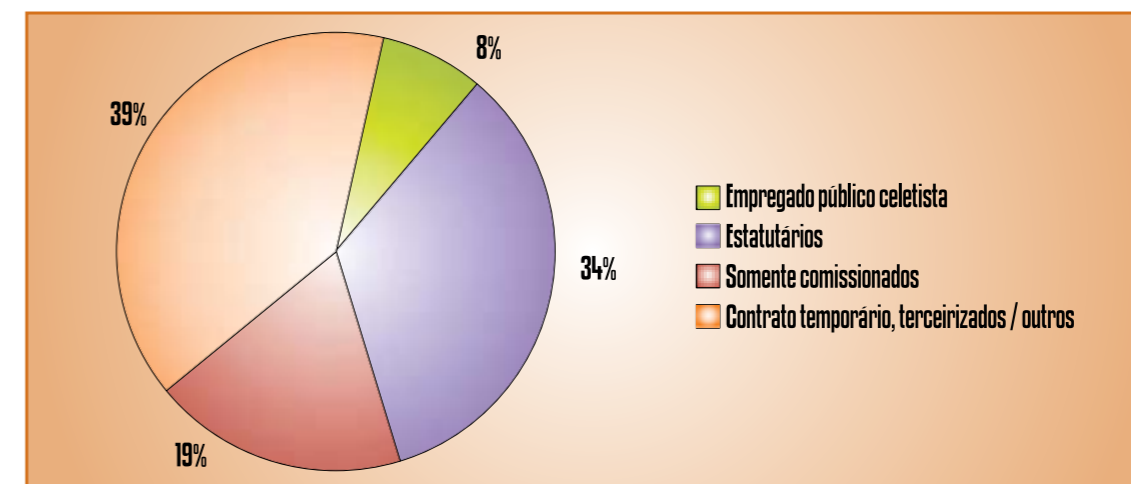
Em relação a estes dados, é importante considerar que pequenas variações entre os anos de 2008 e 2009 podem ocorrer em função de equívocos na inserção de dados quando do preenchimento do instrumento.

Outro aspecto positivo, embora ainda deva melhorar muito para o pleno atendimento à NOB-RH, é a redução de coordenadores sem graduação universitária, cuja participação decresceu de 11,8% em 2008 para 9,9% em 2009.

O mesmo pode ser afirmado no concernente ao vínculo empregatício dos coordenadores dos CRAS, com um cenário muito aquém do disposto pelo marco legal supracitado, mas que claramente indica um grande avanço ante 2008.

Efetivamente, o percentual de coordenadores que são servidores estatutários saltou de 25,2% em 2008 para 34,1% em 2009, acompanhado por uma redução expressiva de 59% para 39,4% no total de coordenadores admitidos via contratos temporários ou terceirização (gráfico 42).

Gráfico 42: Percentual de coordenadores segundo vínculo empregatício - Brasil - 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

O quantitativo de coordenadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho também aumentou, de 6,6% para 7,7%, bem como daqueles que são servidores comissionados, o qual praticamente dobrou de 9,2% para 18,8%. Factualmente, a NOB-RH/SUAS determina que os coordenadores dos CRAS sejam indivíduos concursados. Todavia, como nem todos os municípios têm condições de realizar concurso público, a forma que encontram para cumprir essa determinação reside na estruturação de cargos comissionados.

Na análise regional, evidencia-se que esta mudança no perfil do vínculo empregatício dos coordenadores dos CRAS concentrou-se nas regiões Sul, Sudeste e, em menor escala, Nordeste (tabela 82).

**Tabela 82: Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões - 2009**

Região		Servidor estatutário	Empregado público celetista	Somente comissionado	Contrato temporário, terceirizado ou outros	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	120	21	67	180	388
	%	30,93	5,41	17,27	46,39	100,00
<b>Nordeste</b>	N.Abs	368	64	295	871	1.598
	%	23,03	4,01	18,46	54,51	100,00
<b>Sudeste</b>	N.Abs	584	211	253	510	1.558
	%	37,48	13,54	16,24	32,73	100,00
<b>Sul</b>	N.Abs	342	38	137	120	637
	%	53,69	5,97	21,51	18,84	100,00
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	142	16	107	115	380
	%	37,37	4,21	28,16	30,26	100,00
<b>Total</b>	N.Abs	1.556	350	859	1.796	4.561
	%	34,12	7,67	18,83	39,38	100,00

Fonte: Censo CRAS 2009

De fato, no Sul e Sudeste, o quantitativo de coordenadores que são servidores estatutários saltou de 38,4% e 26,2% em 2008 para 53,7% e 37,5% em 2009, respectivamente. Nessas regiões, também se registrou a maior redução de contratos temporários e terceirizados, de 43% e 55% em 2008 para 18,8% e 32,7% em 2009.

No Norte, praticamente não houve alteração do percentual de coordenadores estatutários, que se manteve em torno de 30%.

**Tabela 83: Número e percentual de coordenadores, por vínculo empregatício, segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional		Servidor estatutário	Empregado público celetista	Somente comissionado	Contrato temporário, terceirizado ou outros	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	702	145	453	965	2.265
	%	30,99	6,40	20,00	42,60	100,00
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	272	71	152	335	830
	%	32,77	8,55	18,31	40,36	100,00
<b>Médio</b>	N.Abs	159	29	82	154	424
	%	37,50	6,84	19,34	36,32	100,00
<b>Grande</b>	N.Abs	278	94	142	287	801
	%	34,71	11,74	17,73	35,83	100,00
<b>Metrópole</b>	N.Abs	145	11	30	55	241
	%	60,17	4,56	12,45	22,82	100,00
<b>Total</b>	N.Abs	1.556	350	859	1.796	4.561
	%	34,12	7,67	18,83	39,38	100,00

Fonte: Censo CRAS 2009

Por sua vez, esta modificação no vínculo empregatício dos coordenadores dos CRAS também foi mais incisiva nas metrópoles e municípios de médio e grande porte, caracterizando em 2009 um decréscimo consistente no quantitativo de contratos temporários e terceirizações para estes profissionais, conforme se aumenta o porte populacional do município, variando de 42,6% nas localidades com menos de 20 mil habitantes até 22,8% nas metrópoles (tabela 83).

Nestes grandes centros, o percentual de coordenadores estatutários saltou de 37,7% em 2008 para 60% em 2009 e, nos municípios de médio e grande porte, o incremento foi superior a 10%, de 22,4% e 24,3% para 37,5% e 34,7%, respectivamente, no biênio 2008/2009. Nas demais localidades, este crescimento foi superior a 5%, de aproximadamente 25% em 2008 para 32% em 2009.

É importante também realizar uma análise acerca das horas de trabalho dos profissionais dos CRAS. A tabela abaixo apresenta uma visão geral dessa variável ponderada por horas semanais de atividades desempenhadas:

**Tabela 84: Número e percentual de profissionais por carga horária - 2009**

Horas de funcionamento	Nº	%
<b>Até 10 horas por semana</b>	1.425	3,2
<b>De 10 a 20 horas por semana</b>	1.013	2,3
<b>20 horas por semana</b>	5.503	12,5
<b>30 horas por semana</b>	9.589	21,8
<b>40 horas por semana</b>	26.358	59,9
<b>Mais de 40 horas por semana</b>	94	0,2
<b>Total</b>	43.982	100

Fonte: Censo CRAS 2009

Como se observa, é significativo o percentual de profissionais que trabalham 40 horas por semana, 59,9%. Logo após, com 21,8%, estão os profissionais que declararam trabalhar 30 horas por semana. Este percentual cai para 12,5% em relação àqueles que trabalham 20 horas por semana e vai para 5,5% concernente aos profissionais que trabalham menos de 20 horas por semana.



É interessante analisar estes dados, também, de acordo com a função dos profissionais no âmbito de funcionamento dos CRAS, tal como exposto na tabela que segue abaixo:

Tabela 85: Número e percentual de profissionais por carga horária e função - 2009

Carga Horária	Administrativa		Coordenador		Estagiário		Orientador Social do ProJovem		Serviços gerais		Técnico de nível médio		Técnico de nível superior	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 10 horas por semana	95	1,4%	90	2,0%	142	6,6%	193	6,0%	109	1,5%	381	6,8%	414	2,8%
De 10 a 20 horas por semana	27	0,4%	18	0,4%	191	8,9%	298	9,3%	57	0,8%	216	3,9%	206	1,4%
20 horas por semana	317	4,6%	321	7,0%	724	33,8%	643	20,1%	484	6,9%	630	11,2%	2.384	16,3%
30 horas por semana	1.098	16,1%	751	16,4%	824	38,5%	607	19,0%	1.295	18,4%	875	15,6%	4.138	28,4%
40 horas por semana	5.284	77,3%	3.374	74,0%	260	12,1%	1.453	45,4%	5.052	71,7%	3.499	62,4%	7.435	51,0%
Mais de 40 horas por semana	12	0,2%	7	0,2%	1	0,0%	6	0,2%	52	0,7%	5	0,1%	11	0,1%
<b>Total</b>	<b>6.833</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.561</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.142</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.200</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.049</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.606</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.588</b>	<b>100,0%</b>

Dentre todas as funções declaradas no CRAS, as respostas se concentram na faixa de trabalho de 40 horas semanais. Destaque apenas para as categorias de Orientador Social do ProJovem e Estagiários, que apresentam os menores percentuais para esta faixa de horas de trabalho, respectivamente, 45,4% e 12,1%.

## Indicadores

### 4. Indicadores de Desenvolvimento dos CRAS

A ampla gama de informações coletadas por meio do Censo CRAS 2009 permite uma análise compreensiva da conformação atual destas unidades em todo o território nacional.

Não obstante, com o intuito de sintetizar estes dados e, principalmente, contribuir para o enquadramento dos CRAS em categorias que facilitem a delimitação da necessidade de intervenção do poder público para o aperfeiçoamento desses centros, formularam-se indicadores de desenvolvimento dos CRAS.

Fundamentalmente, estes indicadores abarcam quatro dimensões: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física, cada uma com quatro graus de desenvolvimento: insuficiente, regular, suficiente e superior.

Em particular, o ponto de partida foi a definição do grau suficiente para as quatro dimensões, a partir de critérios elaborados com base em conjunto de instruções e normativas, como portarias e orientações técnicas para o CRAS, o Plano Decenal de Assistência Social e, especialmente, a Norma Operacional Básica (NOB) e a NOB-RH do SUAS.

Neste contexto, os referenciais correspondentes ao grau suficiente são:

- estrutura física - espaço físico que viabilize a execução de trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência;
- atividades realizadas - disponibilização efetiva do PAIF, em consonância às orientações técnicas da Proteção Social Básica exaradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social;

- horário de funcionamento - patamar mínimo estipulado para unidades e repartições públicas, ou seja, cinco dias de funcionamento por semana e oito horas por dia;
- recursos humanos - equipes de referência constituídas por profissionais com a formação e no quantitativo mínimo constante da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Por seu turno, a gradação de desenvolvimento dos CRAS consiste nos seguintes estágios:

- insuficiente - não atende os critérios requeridos para o desempenho dos serviços;
- regular - cumpre os critérios mínimos para a prestação dos serviços;
- suficiente - atende os critérios necessários à consecução dos serviços, conforme regulamentação do SUAS;
- superior - supera os requisitos legais para operação dos serviços.

Em adição, estes indicadores dimensionais também são passíveis de combinação em um único indicador sintético, denominado indicador de desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social ou IDCRA, variável de um (1) a dez (10) em números inteiros<sup>8</sup>, conforme os graus de desenvolvimento obtidos pelo CRAS em cada uma das quatro dimensões.

Essencialmente, neste caso, a quantidade de dimensões cujos graus de desenvolvimento sejam insuficientes ou regulares determina o estágio global do CRAS.

Desta forma, de uma a quatro dimensões com grau insuficiente implicam, respectivamente, valores 4, 3, 2 e 1 para o indicador sintético.

Analogamente, de uma a quatro dimensões com grau regular ensejam os valores 8, 7, 6 e 5.

8 Ou seja, este indicador sintético apresenta dez estágios possíveis, de 1 a 10, não sendo admitidos valores fracionários. Esta metodologia é alternativa à construção de índices variáveis de 0 a 1, em números reais, e em comparação com esta caracteriza-se por impedir que centros com uma dimensão insuficiente, mas várias outras suficientes ou superiores, consigam um indicador sintético elevado. O pressuposto é que uma dimensão aquém de suficiente compromete a qualidade e capacidade operacional do CRAS nas demais dimensões.

Finalmente, todos os estágios nos níveis suficiente ou superior correspondem, respectivamente, aos valores 9 e 10 para o IDCRA.

Por sua vez, a análise dos resultados apresentados por estes indicadores em comparação com anos anteriores deve ser relativizada em função de três aspectos, os quais podem afetar positiva ou negativamente os valores dos indicadores de desenvolvimento dos CRAS.

Em primeiro lugar, cabe destacar o volume de novos CRAS criados em 2009, incorporados na análise, cujo efeito líquido pode beneficiar ou prejudicar os resultados dos indicadores conforme estas novas unidades caracterizem-se, em geral, pela sua excelência ou pela dificuldade no atendimento ao preceituado pela NOB-SUAS em razão de seu curto tempo de existência, apesar de o processo de expansão progressivamente mais criterioso destas unidades sinalizar uma predominância da primeira hipótese.

Além disso, pequenas alterações no questionário do Censo CRAS 2009 em relação à versão empregada no ano anterior, embora em pequeno número, também podem influir no cômputo geral das respostas externadas pelos gestores dos CRAS. Estas modificações foram mais representativas entre os censos realizados nos anos de 2007 e 2008, o que recomenda uma relativização ainda maior quando da análise dos dados de 2007.

Por último, afigura-se que a instituição de um processo de orientação técnica e acompanhamento permanente dos CRAS com uma ou mais dimensões avaliadas no grau insuficiente, ratificado pelas resoluções da CIT nº 6 e 7 de 2008, com a estipulação de melhoria gradual e obtenção de níveis mínimos de desenvolvimento anualmente, denominados metas de desenvolvimento dos CRAS por período anual, detalhados no próximo capítulo, influenciou positivamente nos resultados obtidos.

Destarte, neste capítulo, expõe-se a metodologia para formulação dos indicadores dimensionais e sintético dos CRAS, bem como dos respectivos resultados apurados em 2009 e sua comparação com os valores computados nos anos de 2007 e 2008.

## 4.1 Indicador da estrutura física dos CRAS

Este indicador foi construído a partir da padronização mínima para o espaço físico dos CRAS constante nas publicações<sup>9</sup> de orientações técnicas para estas unidades, a qual foi estipulada com o intuito de prover um ambiente que viabilize a prestação dos serviços de Proteção Social Básica.

Em particular, a estrutura física dos CRAS foi categorizada conforme sua adequação para o exercício pelo CRAS de suas funções precípua: oferta do PAIF e gestão territorial da rede de Proteção Social Básica.

Nesta dimensão, o enquadramento dos centros nos diferentes graus de desenvolvimento depende do atendimento a todos os itens constantes no quadro a seguir, com exceção do grau insuficiente, no qual são classificados todos os CRAS que não atendam ao menos um dos itens discriminados para este grau.

Quadro 2: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão estrutura física

Graus de Desenvolvimento	Itens existentes no CRAS
<b>Superior</b> (possui os itens)	Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias* Banheiro Condições de acessibilidade para pessoa idosas e pessoas com deficiência** Imóvel próprio
<b>Suficiente</b> (possui os itens)	Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias* Banheiro Condições de acessibilidade para pessoas idosas e pessoas com deficiência*** Imóvel próprio
<b>Regular</b> (possui os itens)	Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias* Banheiro
<b>Insuficiente</b> (não possui algum dos itens)	Local para recepção Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual Salão para reunião com grupos de famílias* Banheiro

\* Critério 2008 para sala de atendimento - mínimo de 2 salas, sendo que pelo menos uma delas com capacidade superior a 15 pessoas

\*\* Critério 2008 possui condições de acessibilidade em conformidade com a Norma da ABNT - NBR 9050

\*\*\*Critério 2008 possui condições de acessibilidade, mas que não estão em conformidade com a Norma ABNT - NBR 9050

Fonte: Censo CRAS 2009

De forma geral, os resultados obtidos para este indicador em 2009 mostraram-se positivos, com pouco mais de 65% dos CRAS com estrutura física considerada suficiente ou superior (gráfico 43).

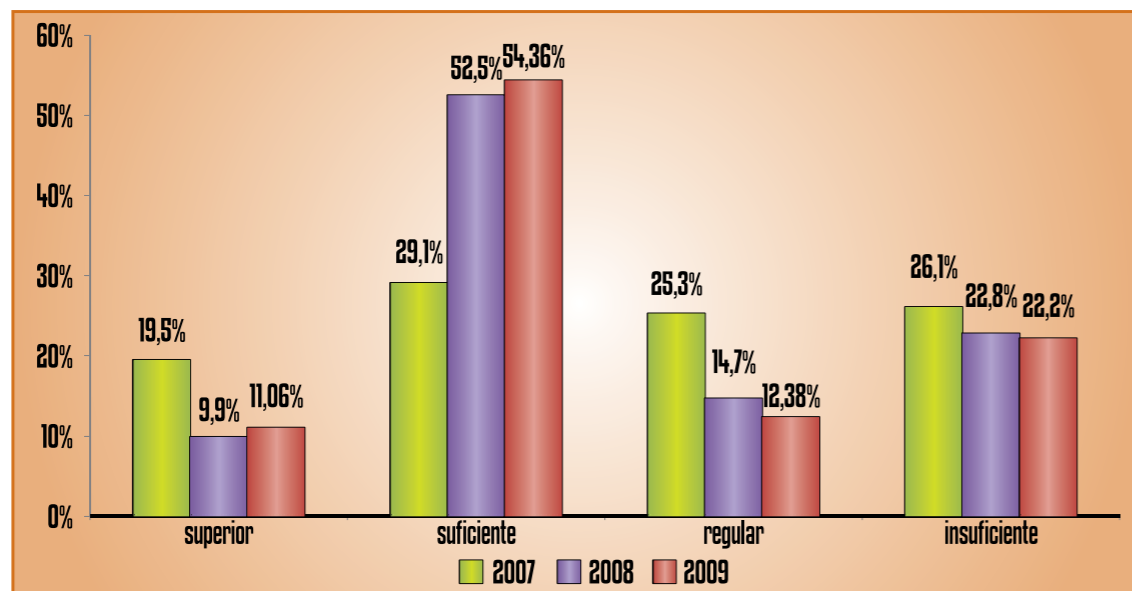
Na comparação com os anos anteriores, à exceção do quantitativo de centros enquadrados no grau superior, o qual decresceu fortemente de 2007 para 2008 em decorrência do enrijecimento do critério de condições de acessibilidade para idosos e pessoas com

9 "CRAS - A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços" e "Orientações Técnicas: Centros de Referência de Assistência Social", ambas publicadas pelo MDS em 2009.

deficiência em conformidade com as normas da ABNT, evidencia-se uma consistente e gradual melhoria da estrutura física dos CRAS.

Nesta dimensão, os CRAS que atendem o preceituado pelas orientações técnicas emanadas pelo MDS, ou seja, classificados nos graus superior ou suficiente, corresponderam em conjunto a 48,6% em 2007, 62,4% em 2008 e 65,4% em 2009. Por sua vez, a participação dos centros com grau regular caiu pela metade no triênio 2007/2009, de 25,3% para 12,38%.

Gráfico 43: Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto à estrutura física - Brasil - 2007 a 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Não obstante, destaca-se o ritmo razoavelmente lento de decréscimo na taxa de CRAS com estrutura física insuficiente, a qual diminuiu menos de 4% em dois anos e menos de 1% no biênio 2008/2009, atingindo 22,2% em 2009.

## 4.2 Indicador de atividades realizadas nos CRAS

O indicador de atividades realizadas nos CRAS assenta-se fundamentalmente em uma das funções precípuas destes centros: a oferta do PAIF, cuja disponibilização é obrigatória e restrita a estas unidades conforme preconizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e nas orientações técnicas da Proteção Social Básica.

Neste contexto, os quatro diferentes graus de desenvolvimento para esta dimensão, bem como respectivos critérios ou requisitos mínimos para enquadramento nestes, estão descritos no quadro a seguir:

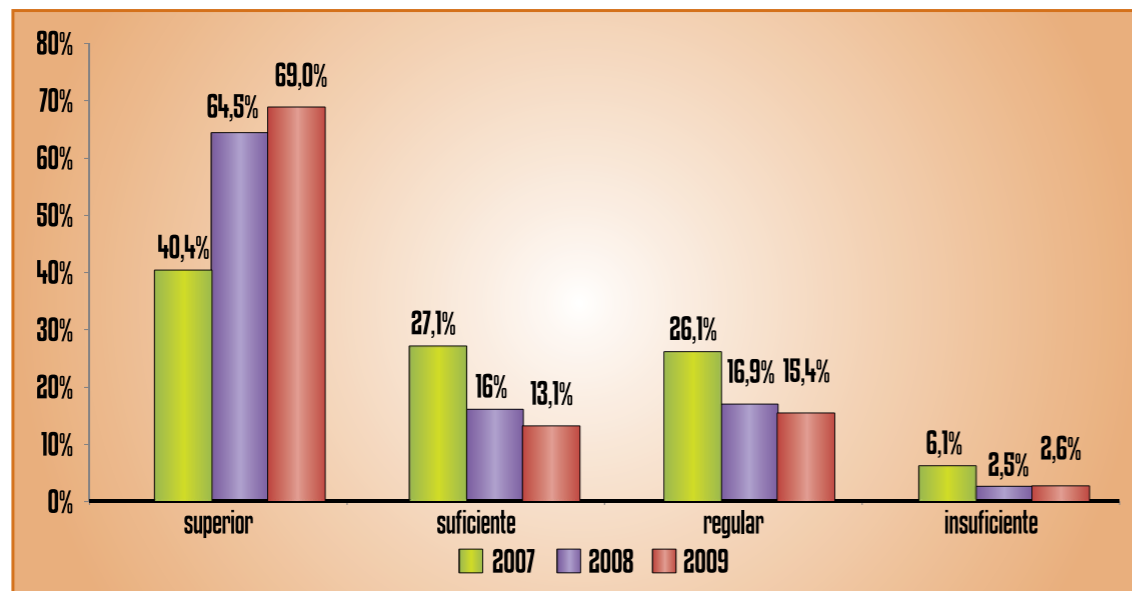
Quadro 3: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão atividades realizadas

Graus de Desenvolvimento	Atividades Realizadas no CRAS
<b>Superior</b> (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias Orientação/acompanhamento para inserção no BPC Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional
<b>Suficiente</b> (realiza todos os itens)	Busca ativa Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias Orientação/acompanhamento para inserção no BPC Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional
<b>Regular</b> (realiza todos os itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias
<b>Insuficiente</b> (não realiza algum dos itens)	Visitas domiciliares Acompanhamento de famílias

De forma geral, os resultados alcançados pelo indicador de atividades realizadas nos CRAS são muito melhores que os obtidos em estrutura física, com 82% dos CRAS com classificação suficiente ou superior neste aspecto, contra 65% em estrutura física (gráfico 44).

Por sua vez, somente 2,6% dos CRAS foram enquadrados como insuficientes no concernente a atividades realizadas, muito menos que os 22,2% de centros neste grau na dimensão de estruturação física.

Gráfico 44: Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto às atividades realizadas - Brasil - 2007 a 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Na análise temporal, assim como em estrutura física, também nas atividades realizadas pelos CRAS, e de forma ainda mais intensa, resta patente uma evolução no interstício 2007/2009.

Contudo, esse indicador demonstrou uma evolução mais expressiva em 2008 do que em 2009, fato este possivelmente decorrente do nível já bastante expressivo de centros nos graus superior e suficiente a partir de 2008, o que torna desdobramentos positivos marginais neste quesito crescentemente mais difíceis de serem obtidos.

Por sua vez, em função desse indicador ser relacionado, ainda que indiretamente, com a mensuração da qualidade no desempenho pelos CRAS de suas finalidades ou atribuições, seus resultados superiores aos apurados nas dimensões de estrutura física e re-

curso humano sinalizam a necessidade de manutenção do trabalho contínuo de aperfeiçoamento destes pela SAGI e SNAS, com o intuito de refinar a consistência entre os indicadores, para além de sua robustez ou confiabilidade interna.

### 4.3 Indicador de horário de funcionamento dos CRAS

Na formulação do indicador de horário de funcionamento dos CRAS, empregou-se como referencial o funcionamento mínimo por 5 dias na semana e oito horas diárias para enquadramento no grau suficiente, definindo-se as demais gradações em função desta, conforme quadro abaixo:

Quadro 4: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão horário de funcionamento

Gradação de desenvolvimento	Horário de funcionamento do CRAS
<b>Superior</b>	5 dias na semana e mais de 8 horas/dia ou mais de 5 dias na semana com 8 ou mais horas/dia
<b>Suficiente</b>	5 dias na semana e 8 horas/dia
<b>Regular</b>	5 dias na semana ou mais, com 6 ou 7 horas/dia
<b>Insuficiente</b>	Inferior a 5 dias na semana ou 6 horas/dia

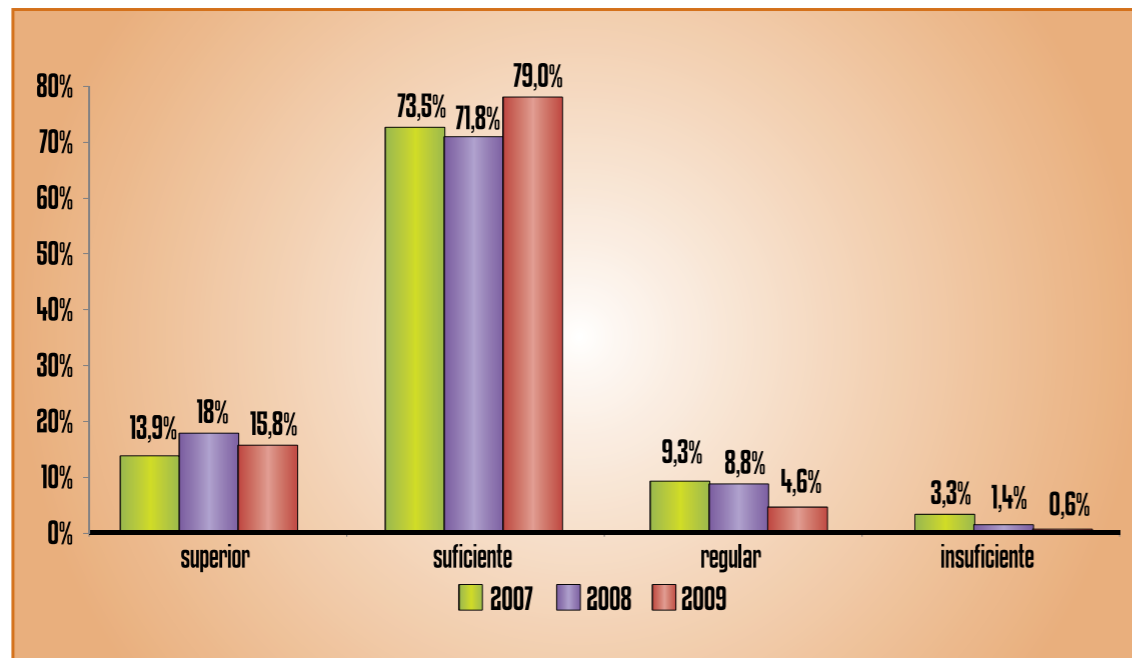
Fonte: Censo CRAS 2009

A escolha deste balizador decorreu da classificação destes centros como unidades públicas de prestação de serviços à comunidade, cujo período de funcionamento não deve ser inferior a quarenta horas semanais distribuídas de forma homogênea nos dias comerciais.

Em relação aos demais aspectos analisados, o indicador de horário de funcionamento apresenta os melhores resultados, se computada somente a somatória dos centros em situação suficiente ou superior, a qual atingiu 94,8% em 2009 (gráfico 45).

Não obstante, o quantitativo de unidades enquadradas no grau superior nesta dimensão é muito inferior ao registrado no indicador de atividades realizadas, atingindo, respectivamente, 15,8% e 69%.

Gráfico 45: Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto ao horário de funcionamento - Brasil - 2007 a 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Ao se contrapor os resultados apurados em 2009 com aqueles obtidos no período 2007/2008, evidencia-se uma evolução ainda mais acentuada no horário de funcionamento dos CRAS em 2009, mesmo com o advento de mais de 700 novas unidades neste ano.

De fato, a quantidade de centros no grau superior registrou leve queda, mas esta foi mais que compensada pelo forte crescimento de CRAS no estágio suficiente e, principalmente, pela redução quase pela metade de unidades enquadradas no grau regular, de 8,8% para 4,6%, e insuficiente, o qual foi praticamente zerado, passando de 1,4% para 0,6%.

## 4.4 Indicador de recursos humanos dos CRAS

A partir das determinações contidas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB-RH/SUAS), formulou-se o presente indicador de recursos humanos dos CRAS.

Conforme o dispositivo supracitado, o quantitativo e a formação escolar das equipes de referência em cada centro variam de acordo com o porte populacional do município onde está localizado o CRAS.

Neste contexto, os requerimentos constantes da NOB-RH/SUAS foram adotados como correspondentes ao enquadramento no grau suficiente no concernente a recursos humanos nos CRAS.

Os estágios regular e insuficiente foram definidos conforme mais distantes do atendimento ao preceituado na aludida norma estejam as equipes de referências dos CRAS.

Por sua vez, a definição do grau superior baseou-se na exigência de que o coordenador do CRAS fosse um profissional de nível superior, admitido via concurso público e dedicado exclusivamente a esta função. Os dois primeiros requisitos, ou seja, formação universitária e vínculo empregatício estável, já constam na NOB-RH/SUAS.

Por outro lado, a opção por um profissional que desempenhe unicamente as atividades de coordenação parte do pressuposto que, embora não haja restrições legais para o acúmulo de outras funções pelo coordenador, esta sobreposição de atividades pode prejudicar o desenvolvimento de suas atividades de gerenciamento ou de acompanhamento familiar, com reflexos negativos no funcionamento da unidade.

Neste âmbito, o quadro a seguir enumera os critérios para o cálculo do presente indicador, conforme o porte populacional do município de localização do CRAS:

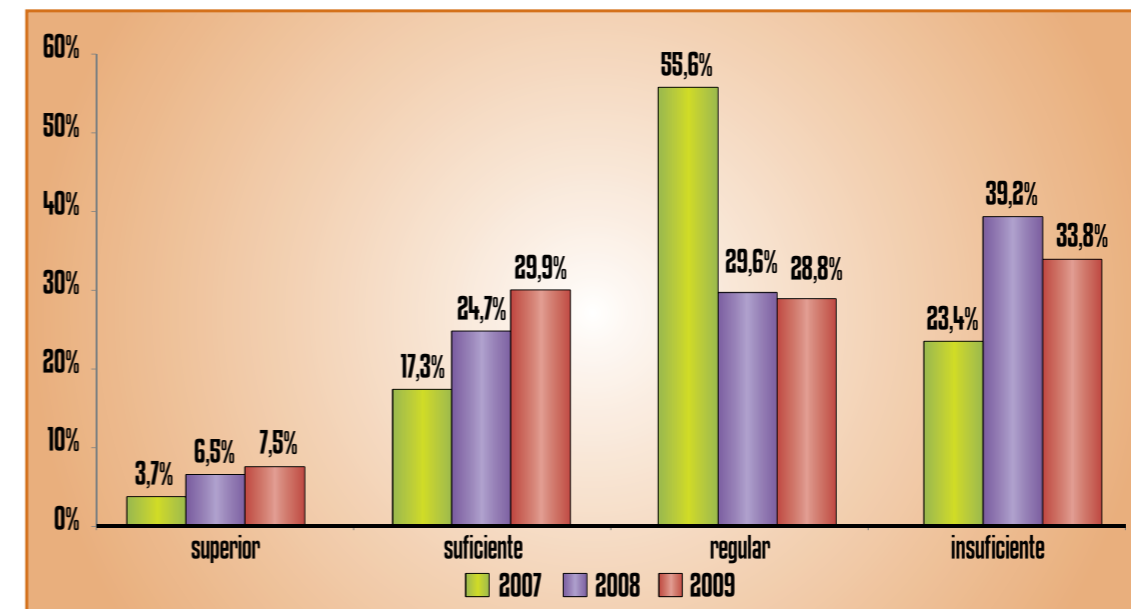
Quadro 5: Composição do indicador de desenvolvimento dos CRAS - Dimensão recursos humanos

Grau de desenvolvimento	Equipe de Referência		
	Metrópole/Grande Porte/ Médio Porte CRAS para 5.000 famílias referenciadas	Pequeno Porte II CRAS para 3.500 famílias referenciadas	Pequeno Porte I CRAS para 2.500 famílias referenciadas
<b>Superior</b>	<p><b>Nove ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>cinco ou mais profissionais de nível superior</p> <p>quatro ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: dois assistentes sociais</p> <p>um psicólogo</p> <p>um coordenador de nível superior e estatutário</p>	<p><b>Sete ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>quatro ou mais profissionais de nível superior</p> <p>três ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: um assistente social</p> <p>um coordenador de nível superior e estatutário</p>	<p><b>Cinco ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>três ou mais profissionais de nível superior</p> <p>dois ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: um assistente social</p> <p>um coordenador de nível superior e estatutário</p>
<b>Suficiente</b>	<p><b>Oito ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>quatro ou mais profissionais de nível superior</p> <p>quatro ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: dois assistentes sociais</p> <p>um psicólogo</p>	<p><b>Seis ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>três ou mais profissionais de nível superior</p> <p>três ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: um assistente social</p>	<p><b>Quatro ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>dois ou mais profissionais de nível superior</p> <p>dois ou mais profissionais de nível médio, devendo haver, pelo menos: um assistente social</p>
<b>Regular</b>	<p><b>Seis ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>quatro ou mais profissionais de nível superior</p>	<p><b>Cinco ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>três ou mais profissionais de nível superior</p>	<p><b>Três ou mais profissionais, sendo:</b></p> <p>dois ou mais profissionais de nível superior</p>
<b>Insuficiente</b>	<p><b>Menos de seis profissionais ou</b></p> <p>menos de quatro profissionais de nível superior</p>	<p><b>Menos de cinco profissionais ou</b></p> <p>menos de três profissionais de nível superior</p>	<p><b>Menos de quatro profissionais ou</b></p> <p>menos de dois profissionais de nível superior</p>

Fonte: Censo CRAS 2009

Comparativamente, os resultados obtidos na dimensão de RH para os CRAS são claramente inferiores aos registrados para todos os demais indicadores, com somente 37,4% de unidades em grau superior ou suficiente e mais de um terço do total no estágio insuficiente (gráfico 46).

Gráfico 46: Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador de desenvolvimento dos CRAS quanto aos recursos humanos - Brasil - 2007 a 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Não obstante, a análise temporal da dimensão recursos humanos revela uma melhora progressiva e consistente, especialmente no ano de 2009.

De fato, enquanto em 2008 o quantitativo de CRAS em grau insuficiente quase dobrou, passando de 23,4% para 39,2%, um aumento correspondente a 1.066 unidades adicionais nesta categoria, em 2009 houve somente desdobramentos positivos nesta dimensão.

Fato comprobatório desta evolução é o aumento de centros em situação suficiente ou superior, de 31,2% em 2008 para 37,4% em 2009, o qual foi acompanhado por uma redução de menos de 1% do número de centros no grau regular e, mais importante, também por um decréscimo superior a 5% de unidades no grau insuficiente, passando de 39,2% para 33,8%.

Contudo, a despeito desta melhoria significativa, os ainda altos patamares de CRAS nos estágios regular e insuficiente, que conjuntamente remontam a 62,6% do total, denotam a necessidade de uma atenção permanente e consecução de ações específicas para captação de profissionais qualificados pelos gestores da Proteção Social Básica das três esferas de governo, em um esforço coordenado para reversão deste quadro.

## 4.5 Indicador de Desenvolvimento dos CRAS - IDCRAS

Conforme exposto preliminarmente no início deste capítulo, os indicadores dimensionais dos CRAS podem ser combinados em um único indicador sintético de desenvolvimento dos CRAS ou IDCRAS, que objetiva mensurar de uma forma global o estágio de evolução destes centros.

Este indicador sintético varia de um (1) a dez (10) em números inteiros, abarcando dez possíveis níveis de desenvolvimento dos CRAS, discriminados no quadro abaixo:

**Quadro 6: Indicador de desenvolvimento dos CRAS**

Estágios	Crterios
1	Quatro dimensões INSUFICIENTE
2	Três das quatro dimensões INSUFICIENTE
3	Duas das quatro dimensões INSUFICIENTE
4	Uma das quatro dimensões INSUFICIENTE
5	Todas as dimensões REGULAR
6	Três dimensões REGULAR e uma SUFICIENTE ou SUPERIOR
7	Duas dimensões REGULAR e duas SUFICIENTE ou SUPERIOR
8	Uma dimensão REGULAR e três SUFICIENTE ou SUPERIOR
9	Todas as dimensões no mínimo SUFICIENTE, exclusive as quatro dimensões SUPERIOR
10	Quatro dimensões SUPERIOR

Neste contexto, o IDCRAS pode subsidiar a formulação de estratégias para aperfeiçoamento permanente da qualidade dos CRAS, especialmente na seleção das unidades cujos resultados sinalizem a necessidade de uma atuação prioritária das três esferas de governo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ou aquelas que podem traduzir experiências potenciais para serem replicadas.

Destarte, pode-se afirmar que as unidades enquadradas nos estágios de 1 a 4 são aquelas em situação grave, com ao menos uma dimensão em grau insuficiente, e que demandam monitoramento e apoio permanentes para superação desta condição.

Por sua vez, os centros classificados nos estágios de 5 a 8 apresentam níveis operacionais de forma geral minimamente aceitáveis, mas também devem evoluir para atender plenamente os patamares mínimos de oferta de serviço estabelecidos nos diversos normativos da assistência social.

No outro extremo, os CRAS nos estágios 9 e 10 cumprem todos os requisitos legais, com uma prestação de serviços sociais qualificada. Na prática, podem potencialmente ser utilizados como modelos de referência para disseminação de boas práticas de gestão, embora não se possa desconsiderar a enorme variação de condições em que os CRAS operam nos municípios, inclusive no concernente aos recursos disponíveis.

A análise da evolução temporal do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) revela um aperfeiçoamento gradual e consistente destes centros em todo o País, embora diversas ressalvas e observações façam-se necessárias para qualificar este processo.

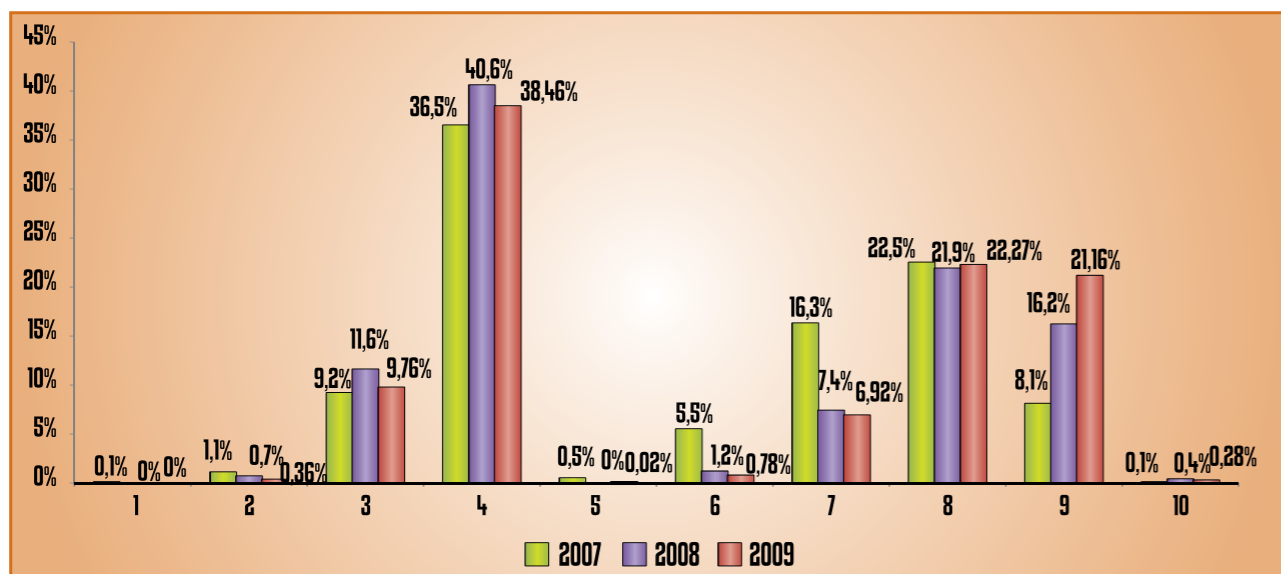


Quadro 7: Indicador de desenvolvimento dos CRAS - 10 Estágios - Brasil - 2007 a 2009

Gradação de desenvolvimento	Indicador de desenvolvimento do CRAS					
	2007		2008		2009	
	N Abs.	%	N Abs.	%	N Abs.	%
1	4	0,1	2	0,0	0	0,0
2	44	1,1	34	0,7	21	0,4
3	365	9,2	589	11,6	566	9,8
4	1442	36,5	2060	40,6	2230	38,5
5	21	0,5	-	-	1	0,0
6	219	5,5	63	1,2	45	0,8
7	642	16,3	373	7,4	401	6,9
8	890	22,5	1109	21,9	1291	22,3
9	318	8,1	823	16,2	1227	21,2
10	2	0,1	18	0,4	16	0,3
<b>Total</b>	30	0,8	10	0,2	5	0,1

Inicialmente, cabe destacar que a maioria dos 3.947 CRAS existentes em 2007 enquadrava-se nos estágios 3, 4, 7 e 8, os quais remontavam conjuntamente a 3.339 unidades ou 84,6% do total (gráfico 47).

Gráfico 47: Percentual de CRAS distribuídos segundo indicador sintético de desenvolvimento dos CRAS em 10 estágios - Brasil - 2007 a 2009



Fonte: Censo CRAS 2009

Destarte, desde o primeiro ano de realização do Censo CRAS havia poucos centros nos extremos, correspondentes aos estágios 1, 2 e 9, 10, bem como no centro da distribuição, equivalente aos níveis 5 e 6.

Em 2008, pôde-se detectar dois eventos distintos e antagônicos. O primeiro, bastante positivo, consistiu no aumento de CRAS nos estágios 8 e 9, além de uma redução dos centros nos níveis 1 e 2.

Não obstante, um fator negativo foi o crescimento considerável de unidades nos estágios 3 e 4, cujo aumento somente nestas duas categorias atingiu 865 CRAS, ou 77% do total da expansão de 1.124 unidades realizada naquele ano.

Por sua vez, 2009 foi um ano de melhoria mais consistente neste cenário, com a redução percentual de CRAS em todos os estágios com um ou mais indicadores no grau insuficiente, sendo que nos estágios de 1 a 3 este decréscimo também verificou-se em números absolutos.

Em adição, pela primeira vez não se registrou CRAS no estágio 1. Os centros nos níveis de 8 a 10, os quais correspondiam a 30,7% em 2007, ou menos de um terço do total, avançaram para 38,5% em 2008 e atingiram 43,7% em 2009.

Contudo, talvez em função do rápido aumento da presença destas unidades em todo o território nacional nos últimos dois anos, cujo crescimento atingiu quase 50% ou mais de 1.800 centros, a quantidade de CRAS nos estágios de 1 a 4 ainda não apresenta tendência de redução consistente.

Efetivamente, o total de CRAS com um ou mais indicadores com grau insuficiente remontou a 46,9% em 2007, atingiu um pico de 52,9% em 2008 e decresceu para 48,6% em 2009.

No âmbito geral, é possível calcular o estágio médio de todos os CRAS do País, ponderando-se cada um dos centros pelo nível de 1 a 10 no qual se encontra. Este procedimento corrobora a evolução progressiva dessas unidades, resultando para o interstício 2007/2009, respectivamente, nos valores anuais de 5,79, 5,82 e 6,08.

Por outro lado, a participação dos centros nos estágios extremos 1, 2 e 10, além das unidades situadas no centro da distribuição correspondente aos níveis 5 e 6, continuou irrisória ao longo desses três anos, passando de 7,3% em 2007 para 2,3% e 1,44% nos dois anos subsequentes.

De forma análoga ao verificado em 2008, persiste o grande número de centros nos estágios 4 e 8, os quais comparativamente aos demais concentram a maior quantidade de CRAS. Portanto, permanece também a janela de oportunidade para, a partir da atuação concentrada em somente uma dimensão, viabilizar o progresso destas unidades para os níveis seguintes.

Por meio de uma análise cruzada, considerando-se que as dimensões de horário de funcionamento e atividades realizadas praticamente não apresentam CRAS em grau insuficiente (respectivamente, 0,6% e 2,6%), afigura-se evidente que, para permitir a ascensão dos centros no estágio 4 para os níveis seguintes, deve-se focar em melhorias no âmbito da estrutura física e recursos humanos destas unidades, cujo percentual de CRAS com grau insuficiente atingiu 22,2% e 33,8%.

Esta mesma reflexão pode ser estendida para os centros enquadrados no estágio 8. Contudo, neste caso, as dimensões mais relevantes para que estas unidades logrem atingir os níveis 9 e 10 são as de atividades realizadas e recursos humanos, cujos percentuais de CRAS com grau regular remontaram, respectivamente, a 15,4% e 28,8%.

Em suma, o aperfeiçoamento dos CRAS ressende-se principalmente de uma melhora de suas respectivas equipes de referência e, subsidiariamente, de uma evolução nos aspectos de estrutura física e atividades realizadas, os quais são mais relevantes para centros em situação insuficiente e regular.

## Metas

### 5. Metas de Desenvolvimento dos CRAS por Período Anual

**Conforme** exposto anteriormente, se, por um lado, os indicadores de desenvolvimento dos CRAS evidenciam a forte disseminação e evolução destas unidades em todo o País, por outro, também ressaltam a necessidade de monitoramento permanente para seu aperfeiçoamento de forma a assegurar o funcionamento de qualidade destes centros fundamentais para a articulação da Proteção Social Básica.

Não obstante a premência pela melhoria dos CRAS em todas as suas dimensões, não se poderia ignorar o fato de que não bastaria estipular que estas unidades devessem se adequar imediatamente ao disposto na NOB e na NOB-RH/SUAS, sob pena de sanções, uma vez que isso ocasionaria prejuízos à estruturação do SUAS.

Em outras palavras, tratava-se antes de elaborar uma estratégia para aperfeiçoamento progressivo dos CRAS, de forma a viabilizar um tempo mínimo que tornasse factível o cumprimento por estas unidades de exercer suas atividades com o nível de qualidade considerado ideal pelos gestores da assistência social.

Este cenário foi constatado desde o primeiro Censo CRAS realizado em 2007, e esta percepção ensejou o início de um longo processo de discussão, primeiramente, no âmbito interno do MDS e, subsequentemente, em esferas ampliadas, incluindo o I Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS em 2009 e debates na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o qual culminou com a aprovação em 03 de maio de 2010 da Resolução CIT nº 5, publicada em 1º de junho de 2010 no Diário Oficial da União.

Esta medida estabeleceu metas anuais de desenvolvimento para os CRAS, no período de 2008 a 2013.

Fundamentalmente, a resolução consiste em uma série de itens divididos nas dimensões RH, estrutura física, horário de funcionamento e atividades realizadas, os quais são acrescidos de outros pontos a cada período anual, caracterizando um grau de exigência

progressivamente maior de qualidade requerido dos CRAS no desempenho de suas atribuições.

O aferimento do atendimento ou não a estas exigências mínimas anuais é viabilizado justamente pelas informações coletadas por meio dos Censos CRAS e levado a termo por meio dos relatórios anuais de monitoramento destas unidades, como o presente trabalho.

Destarte, nesta seção analisar-se-á a distribuição dos CRAS por região, porte populacional e unidade da federação, no concernente ao cumprimento dos requerimentos constantes da meta de desenvolvimento do período 2009/2010. Cabe ressaltar que, a rigor, os resultados desta seção referem-se a metas a cumprir, uma vez que os CRAS terão até o final de 2010 para atenderem aos critérios mínimos adotados nesta seção.

Em outras palavras, enquanto os dados coletados sobre os CRAS refletem a situação destas unidades em setembro de 2009, estes centros terão até outubro de 2010, especificamente até o último dia de preenchimento do Censo 2010, para cumprir o disposto nas metas de desenvolvimento do biênio 2009/2010. Portanto, o não atendimento a estas metas sinaliza situações a serem superadas e não irregularidades que devam ensejar imediata elaboração de plano de providências para estas unidades.

Particularmente, a presente análise será empreendida a partir do cruzamento das informações coletadas no Censo CRAS 2009 para as dimensões de RH, atividades realizadas, horário de funcionamento e estrutura física com os níveis estipulados para estas quatro dimensões constantes da meta para o período de 2009/2010.

Em adição, cabe destacar que, para a viabilização efetiva desta resolução, faz-se necessária a construção de fluxos e repartição de responsabilidades entre os entes federados, com o intuito de apoiar os municípios e DF no cumprimento das metas previstas para cada período, bem como na superação de situações nas quais um ou mais CRAS não logrem atingir o objetivo anual.

Neste contexto, foi pactuada a Resolução CIT nº 08/2010, a qual estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do SUAS.

Especificamente, os patamares CRAS para o período de 2009/2010 estão reproduzidos no quadro a seguir:

Quadro 8: Metas de Desenvolvimento 2009/2010

Patamares período 2009 / 2010	
<b>Recursos Humanos</b>	<p><b>Pequeno Porte I</b></p> <p>a) Possuir 2 técnicos de nível superior, 1 Assistente Social e 1 técnico com, no mínimo, nível médio</p> <p>b) Dentre os 2 técnicos de nível superior, designar 1 para função de coordenador (estatutário, comissionado, CLT ou contrato temporário). Ou possuir um terceiro técnico de nível superior com função exclusiva de coordenador (estatutário, comissionado, CLT ou contrato temporário)</p> <p><b>Pequeno Porte II</b></p> <p>a) Possuir 2 técnicos de nível superior, 1 Assistente Social e 1 técnico com, no mínimo, nível médio</p> <p>b) Dentre os 2 técnicos de nível superior, designar 1 para função de coordenador (estatutário, comissionado, CLT ou contrato temporário). Ou possuir um terceiro técnico de nível superior com função exclusiva de coordenador (estatutário, comissionado, CLT ou contrato temporário)</p> <p><b>Portes Médio, Grande e MetrÓpole</b></p> <p>a) Possuir 3 técnicos de nível superior, 1 Assistente Social e 1 técnico com, no mínimo, nível médio</p> <p>b) Dentre os 3 técnicos de nível superior, designar 1 para função de coordenador (estatutário, comissionado, CLT ou contrato temporário). Ou possuir um quarto técnico de nível superior com função exclusiva de coordenador (estatutário, comissionado, CLT ou contrato temporário)</p>
	<p><b>Estrutura Física</b></p> <p>a) Possuir 2 salas, sendo pelo menos uma com capacidade superior a 15 pessoas</p> <p>b) Possuir banheiro</p> <p>c) Possuir recepção</p> <p>d) Espaço físico não compartilhado com ONG/Entidade</p> <p>e) Espaço físico não compartilhado com Associação Comunitária</p> <p>f) Possuir placa de identificação no modelo padrão</p>
	<p><b>Horário de funcionamento e Atividades realizadas</b></p> <p>a) Funcionamento igual ou superior a 5 dias por semana</p> <p>b) Funcionamento igual ou superior a 8 horas por dia</p> <p>c) Realizar acompanhamento de famílias</p> <p>d) Realizar visitas domiciliares</p> <p>e) Acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condições do PBF</p> <p>f) Realizar oficinas / grupos de convivência com famílias</p> <p>g) Realizar busca ativa</p> <p>h) Orientação / acompanhamento para inserção de famílias no BPC</p> <p>i) Encaminhamento para inserção de famílias no CadÚnico</p>

Fonte: Censo CRAS 2009

Neste âmbito, no concernente à estrutura física, a situação mais preocupante é verificada na região Sul, na qual somente 39,5% dos CRAS já atingiram a meta a cumprir para o período 2009/2010, contra uma média nas demais regiões acima de 50%.

**Tabela 86: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em estrutura física 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009**

Região		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	233	222	455
	%	51,2%	48,8%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.092	908	2.000
	%	54,6%	45,4%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	907	1.068	1.975
	%	45,9%	54,1%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	350	537	887
	%	39,5%	60,5%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	260	221	481
	%	54,1%	45,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.842	2.956	5.798
	%	49,0%	51,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

No cruzamento por porte populacional do município de localização do CRAS, somente as localidades de 20 mil a 50 mil habitantes (pequeno porte II) destacam-se positivamente, com mais da metade ou 55,5% dos centros já tendo logrado alcançar o patamar estipulado para 2009/2010, contra uma média inferior a 49% nos demais municípios.

**Tabela 87: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em estrutura física 2009/2010 segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	1.436	1.513	2.949
	%	48,7%	51,3%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	558	448	1.006
	%	55,5%	44,5%	100,0%
<b>Médio</b>	N.Abs	257	280	537
	%	47,9%	52,1%	100,0%
<b>Grande</b>	N.Abs	466	566	1.032
	%	45,2%	54,8%	100,0%
<b>Metrópole</b>	N.Abs	125	149	274
	%	45,6%	54,4%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.842	2.956	5.798
	%	49,0%	51,0%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Em uma comparação por unidades da federação, os estados do Amapá, Piauí, Bahia, Tocantins e Alagoas apresentaram os melhores desempenhos no que diz respeito ao cumprimento do patamar em questão.

No estado do Amapá, dos 10 CRAS existentes, 2 ou 20% do total não alcançaram o requisito a cumprir. O Piauí aparece no Censo com 38%, ou seja, dos 225 CRAS, 85 não alcançaram o patamar. No Estado da Bahia, dos 431 CRAS, 170 deles estão nessa situação com relação à estrutura física, correspondendo a 39%. Tocantins e Alagoas apresentaram a mesma porcentagem de CRAS que não alcançaram a meta a cumprir na dimensão em questão, ou seja, 41%, com, respectivamente, 42 e 46 CRAS que já não apresentaram a exigida adequação.

Ainda no concernente à dimensão estrutura física, Roraima, Acre, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul são os estados que apresentaram o desempenho menos satisfatório em termos de alcance do indicador.

Roraima apresenta um alto índice de não atendimento ao critério a cumprir acima, ou seja, dos 13 CRAS existentes, 10 não alcançaram, o que corresponde a 77%. Acre apresenta 70% dos CRAS sem atingir a meta a cumprir, estando 19 dos 27 CRAS inadequados, segundo o critério estabelecido. Paraná também apresenta um alto índice, com 63% ou 255 CRAS não tendo atendido antecipadamente o critério mínimo para o biênio 2009/2010. Por fim, Espírito Santo e Rio Grande do Sul apresentam 61% e 60% de CRAS com estrutura física preliminarmente inadequada, ou 65 e 201 CRAS nesta condição, respectivamente.

Estes resultados, além daqueles referentes às demais dimensões de desenvolvimento dos CRAS, os quais serão comentados no decorrer deste capítulo, estão sintetizados na tabela a seguir, na coluna referente ao indicador de desenvolvimento de estrutura física (IDEF):

Tabela 88: Quantitativo de CRAS por Estado que atendem ou não as metas de desenvolvimento em estrutura física, recursos humanos, horário de funcionamento e atividades realizadas no período 2009/2010

Unidade da federação		IDRH		IDEF		IDHF		IDAR		Total
		Patamar alcançado	Patamar a alcançar	Patamar alcançado	Patamar a alcançar	Patamar alcançado	Patamar a alcançar	Patamar alcançado	Patamar a alcançar	
<b>Acre</b>	N.Abs	15	12	8	19	26	1	13	14	27
	%	55,6%	44,4%	29,60%	70,40%	96,30%	3,70%	48,10%	51,90%	100,00%
<b>Alagoas</b>	N.Abs	62	49	65	46	103	8	54	57	111
	%	55,9%	44,1%	58,60%	41,40%	92,80%	7,20%	48,60%	51,40%	100,00%
<b>Amapá</b>	N.Abs	1	9	8	2	10	0	2	8	10
	%	10,0%	90,0%	80,00%	20,00%	100,00%	0,00%	20,00%	80,00%	100,00%
<b>Amazonas</b>	N.Abs	38	34	41	31	70	2	37	35	72
	%	52,8%	47,2%	56,90%	43,10%	97,20%	2,80%	51,40%	48,60%	100,00%
<b>Bahia</b>	N.Abs	232	199	261	170	412	19	196	235	431
	%	53,8%	46,2%	60,60%	39,40%	95,60%	4,40%	45,50%	54,50%	100,00%
<b>Ceará</b>	N.Abs	133	126	137	122	257	2	156	103	259
	%	51,4%	48,6%	52,90%	47,10%	99,20%	0,80%	60,20%	39,80%	100,00%
<b>Distrito Federal</b>	N.Abs	8	11	10	9	19	0	13	6	19
	%	42,1%	57,9%	52,60%	47,40%	100,00%	0,00%	68,40%	31,60%	100,00%
<b>Espirito Santo</b>	N.Abs	57	50	42	65	104	3	44	63	107
	%	53,3%	46,7%	39,30%	60,70%	97,20%	2,80%	41,10%	58,90%	100,00%
<b>Goiás</b>	N.Abs	106	79	106	79	179	6	73	112	185
	%	57,3%	42,7%	57,30%	42,70%	96,80%	3,20%	39,50%	60,50%	100,00%
<b>Maranhão</b>	N.Abs	126	115	136	105	229	12	117	124	241
	%	52,3%	47,7%	56,40%	43,60%	95,00%	5,00%	48,50%	51,50%	100,00%
<b>Mato Grosso</b>	N.Abs	82	76	83	75	155	3	88	70	158
	%	51,9%	48,1%	52,50%	47,50%	98,10%	1,90%	55,70%	44,30%	100,00%
<b>Mato Grosso do Sul</b>	N.Abs	61	58	61	58	115	4	62	57	119
	%	51,3%	48,7%	51,30%	48,70%	96,60%	3,40%	52,10%	47,90%	100,00%
<b>Minas Gerais</b>	N.Abs	454	362	352	464	780	36	444	372	816
	%	55,6%	44,4%	43,10%	56,90%	95,60%	4,40%	54,40%	45,60%	100,00%
<b>Pará</b>	N.Abs	98	82	90	90	171	9	106	74	180
	%	54,4%	45,6%	50,00%	50,00%	95,00%	5,00%	58,90%	41,10%	100,00%
<b>Paraíba</b>	N.Abs	130	106	112	124	230	6	144	92	236
	%	55,1%	44,9%	47,50%	52,50%	97,50%	2,50%	61,00%	39,00%	100,00%
<b>Paraná</b>	N.Abs	206	199	150	255	379	26	219	186	405
	%	50,9%	49,1%	37,00%	63,00%	93,60%	6,40%	54,10%	45,90%	100,00%
<b>Pernambuco</b>	N.Abs	138	109	102	145	236	11	112	135	247
	%	55,9%	44,1%	41,30%	58,70%	95,50%	4,50%	45,30%	54,70%	100,00%

Continua

Continuação da Tabela 88

Unidade da federação		IDRH		IDEF		IDHF		IDAR		Total
		Patamar alcançado	Patamar a alcançar	Patamar alcançado	Patamar a alcançar	Patamar alcançado	Patamar a alcançar	Patamar alcançado	Patamar a alcançar	
<b>Piauí</b>	N.Abs	104	121	140	85	178	47	142	83	225
	%	46,2%	53,8%	62,20%	37,80%	79,10%	20,90%	63,10%	36,90%	100,00%
<b>Rio de Janeiro</b>	N.Abs	175	157	156	176	325	7	152	180	332
	%	52,7%	47,3%	47,00%	53,00%	97,90%	2,10%	45,80%	54,20%	100,00%
<b>Rio Grande do Norte</b>	N.Abs	67	88	84	71	148	7	82	73	155
	%	43,2%	56,8%	54,20%	45,80%	95,50%	4,50%	52,90%	47,10%	100,00%
<b>Rio Grande do Sul</b>	N.Abs	158	178	135	201	283	53	140	196	336
	%	47,0%	53,0%	40,20%	59,80%	84,20%	15,80%	41,70%	58,30%	100,00%
<b>Rondônia</b>	N.Abs	20	30	22	28	43	7	9	41	50
	%	40,0%	60,0%	44,00%	56,00%	86,00%	14,00%	18,00%	82,00%	100,00%
<b>Roraima</b>	N.Abs	8	5	3	10	13	0	2	11	13
	%	61,5%	38,5%	23,10%	76,90%	100,00%	0,00%	15,40%	84,60%	100,00%
<b>Santa Catarina</b>	N.Abs	63	83	65	81	139	7	88	58	146
	%	43,2%	56,8%	44,50%	55,50%	95,20%	4,80%	60,30%	39,70%	100,00%
<b>São Paulo</b>	N.Abs	320	400	357	363	706	14	394	326	720
	%	44,4%	55,6%	49,60%	50,40%	98,10%	1,90%	54,70%	45,30%	100,00%
<b>Sergipe</b>	N.Abs	50	45	55	40	90	5	41	54	95
	%	52,6%	47,4%	57,90%	42,10%	94,70%	5,30%	43,20%	56,80%	100,00%
<b>Tocantins</b>	N.Abs	5	98	61	42	97	6	41	62	103
	%	4,9%	95,1%	59,20%	40,80%	94,20%	5,80%	39,80%	60,20%	100,00%
<b>Total</b>	N.Abs	2.917	2.881	2.842	2.956	5.497	301	2.971	2.827	5.798
	%	50,3%	49,7%	49,00%	51,00%	94,80%	5,20%	51,20%	48,80%	100,00%

Fonte: Censo CRAS 2009

No aspecto de horário de funcionamento, os resultados indicam um alto grau de cumprimento antecipado dos requisitos exigidos para o período 2009/2010 pelos CRAS.

Não obstante, os centros localizados em municípios da região Sul ou de pequeno porte I apresentam índices um pouco inferiores de atendimento neste item, com, respectivamente, 90,3% e 93,3%, contra uma média nacional de aproximadamente 95%, conforme tabelas a seguir.

**Tabela 89: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em horário de funcionamento 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009**

Região		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	430	25	455
	%	94,5%	5,5%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.883	117	2.000
	%	94,2%	5,9%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.915	60	1.975
	%	97,0%	3,0%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	801	86	887
	%	90,3%	9,7%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	468	13	481
	%	97,3%	2,7%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	5.497	301	5.798
	%	94,8%	5,2%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

**Tabela 90: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em horário de funcionamento 2009/2010 segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	2.750	199	2.949
	%	93,3%	6,7%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	969	37	1.006
	%	96,3%	3,7%	100,0%
<b>Médio</b>	N.Abs	513	24	537
	%	95,5%	4,5%	100,0%
<b>Grande</b>	N.Abs	991	41	1.032
	%	96,0%	4,0%	100,0%
<b>Metrópole</b>	N.Abs	274	0	274
	%	100,0%	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	5.497	301	5.798
	%	94,8%	5,2%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

No que tange a esta dimensão, o Distrito Federal e os estados do Amapá e Roraima, com, respectivamente, 19 , 10 e 13 CRAS, apresentam os melhores resultados, com nenhum centro que já não tenha atingido a meta a cumprir do período 2009/2010.

Em adição, Ceará e Mato Grosso do Sul também se destacaram positivamente, com somente 1% e 2% de unidades que não atenderam antecipadamente ao requisito mínimo de horário de funcionamento.

O estado em situação mais grave nesse quesito é o Piauí, com 21% dos CRAS nessa condição, seguido do Rio Grande do Sul, com 16%, e Rondônia, com 14%. Em conjunto, estes estados abarcam 107 CRAS sem cumprimento antecipado do horário de funcionamento, ou mais de um terço do total de 301 unidades em todo o País.

Com relação à dimensão de atividades realizadas, a região Norte detém o maior percentual de centros que não atenderam antecipadamente aos critérios aplicáveis para 2009/2010, com 53,8%, diante de uma média nacional inferior a 50% de descumprimento nesta dimensão.

**Tabela 91: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em atividades realizadas 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009**

Região		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	210	245	455
	%	46,2%	53,8%	100,0%
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.044	956	2.000
	%	52,2%	47,8%	100,0%
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.034	941	1.975
	%	52,4%	47,6%	100,0%
<b>Sul</b>	N.Abs	447	440	887
	%	50,4%	49,6%	100,0%
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	236	245	481
	%	49,1%	50,9%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.971	2.827	5.798
	%	51,2%	48,8%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

No cruzamento por porte populacional, não se evidenciam diferenças significativas entre os municípios de médio, grande e pequeno porte II, todos com cerca de 50% dos CRAS já tendo alcançado os requisitos mínimos para atividades realizadas.

Por sua vez, as localidades de pequeno porte I e as metrópoles apresentaram resultados pouco superiores, com 52% e quase 56% dos centros tendo antecipadamente atendido este requisito.

**Tabela 92: Número e percentual de CRAS, que atendem ou não a meta de desenvolvimento em atividades realizadas 2009/2010 segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	1.535	1.414	2.949
	%	52,1%	47,9%	100,0%
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	498	508	1.006
	%	49,5%	50,5%	100,0%
<b>Médio</b>	N.Abs	272	265	537
	%	50,7%	49,3%	100,0%
<b>Grande</b>	N.Abs	513	519	1.032
	%	49,7%	50,3%	100,0%
<b>Metrópole</b>	N.Abs	153	121	274
	%	55,8%	44,2%	100,0%
<b>Total</b>	N.Abs	2.971	2.827	5.798
	%	51,2%	48,8%	100,0%

Fonte: Censo CRAS 2009

Neste âmbito, as unidades da federação que apresentaram melhores desempenhos foram o Distrito Federal, Piauí, Paraíba, Santa Catarina e Ceará. No primeiro, 32% das unidades não alcançaram as metas a cumprir para atividades realizadas, contra aproximadamente 37% no PI e 39% na PB e cerca de 40% em SC e CE.

Ainda com o foco na análise da dimensão atividades realizadas, os estados de Roraima, Rondônia, Amapá, Goiás e Tocantins detêm os piores desempenhos em termos de cumprimento antecipado do indicador.

Roraima apresenta um alto índice de não alcance do patamar, com 85% dos CRAS com atividades insuficientes. Neste caso, vale uma ressalva, pois, embora o percentual seja alto, Roraima possui apenas 13 CRAS distribuídos pelo estado, sendo que 11 deles se encontram nessa situação de não atendimento preliminar.

Rondônia também apresenta um alto índice de não atendimento antecipado das atividades realizadas, ou seja, dos 50 CRAS existentes, 41 deles não cumprem com o critério estabelecido, equivalendo a 82%, percentual muito próximo aos 80% verificados no Amapá em situação de não atendimento. Por sua vez, GO e TO estão em uma posição um pouco melhor, com, respectivamente, 61% e 60% não tendo atendido os requisitos a cumprir desta dimensão.

Por fim, no que tange à dimensão recursos humanos, as regiões Nordeste e Centro-Oeste, com, respectivamente, 52,1% e 53,4% de CRAS tendo cumprido antecipadamente a meta prevista para o período 2009/2010, apresentaram desempenho superior à média nacional de 50,3%. A situação mais grave é registrada na região Norte, com somente 40,6% dos centros tendo atendido os requisitos a cumprir mínimos exigidos para o supracitado período.

**Tabela 93: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em recursos humanos 2009/2010 segundo Grandes Regiões - 2009**

Região		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Norte</b>	N.Abs	185	270	455
	%	40,66	59,34	100,00
<b>Nordeste</b>	N.Abs	1.042	958	2.000
	%	52,10	47,90	100,00
<b>Sudeste</b>	N.Abs	1.006	969	1.975
	%	50,94	49,06	100,00
<b>Sul</b>	N.Abs	427	460	887
	%	48,14	51,86	100,00
<b>Centro-Oeste</b>	N.Abs	257	224	481
	%	53,43	46,57	100,00
<b>Total</b>	N.Abs	2.917	2.881	5.798
	%	50,31	49,69	100,00

Fonte: Censo CRAS 2009

Em uma análise por porte populacional, claramente as metrópoles, provavelmente em função dos maiores recursos orçamentários disponíveis e da oferta abundante de mão de obra oriunda do grande número de faculdades e universidades localizadas nestas cidades, destacam-se com resultados muito superiores aos verificados nas demais localidades.

**Tabela 94: Número e percentual de CRAS que atendem ou não a meta de desenvolvimento em recursos humanos 2009/2010 segundo porte populacional - 2009**

Porte populacional		Alcança patamar	Não alcança patamar	Total
<b>Pequeno I</b>	N.Abs	1.387	1.562	2.949
	%	47,0	53,0	100,0
<b>Pequeno II</b>	N.Abs	561	445	1.006
	%	55,8	44,2	100,0
<b>Médio</b>	N.Abs	275	262	537
	%	51,2	48,8	100,0
<b>Grande</b>	N.Abs	513	519	1.032
	%	49,7	50,3	100,0
<b>Metrópole</b>	N.Abs	181	93	274
	%	66,1	33,9	100,0
<b>Total</b>	N.Abs	2.917	2.881	5.798
	%	50,3	49,7	100,0

Fonte: Censo CRAS 2009

Efetivamente, mais de 65% dos centros das metrópoles cumpriram antecipadamente o patamar previsto para 2009/2010, seguido pelo destaque positivo também registrado nos municípios de pequeno porte II, nos quais quase 56% das unidades já atenderam a meta estipulada para o período. Nas demais localidades, o percentual de atendimento situou-se entre 47% e 51%.

No âmbito dos estados, Roraima apresenta o menor percentual de não cumprimento antecipado do indicador, seguido de Goiás e Minas Gerais, nesta ordem.

Neste caso, faz-se necessário considerar o reduzido quantitativo de CRAS em Roraima. Dos 13 CRAS desta UF, 8 unidades ou 60% do total atingiram a meta a cumprir.

No estado de Goiás, dos 185 CRAS, 106 já cumpriram a meta para o biênio 2009/2010, correspondendo a 57%, enquanto Minas Gerais apresenta 55,6% ou 454 CRAS nesta situação.

Ainda com relação à dimensão recursos humanos, Tocantins, Amapá e Rondônia são os estados com maiores índices de não alcance antecipado do patamar em questão, sendo a situação particularmente preocupante nos dois primeiros.

Tocantins possui 95% dos seus CRAS nessa situação, com 98 de suas 103 unidades preliminarmente inadequadas, dado o indicador em questão. Por sua vez, Amapá apresenta 9 CRAS na mesma situação, ou 90% do total de centros deste estado.

Rondônia detém índice de 60% de não atendimento antecipado da meta de recursos humanos para o biênio 2009/2010, o que representa 30 das 50 unidades existentes naquela UF.

Em suma, os resultados apresentados no âmbito dos patamares CRAS para o período 2009/2010 auxiliam a ponderar as inferências obtidas a partir dos indicadores dimensionais e do indicador sintético IDCRAS.

Embora estes últimos denotem um inegável progresso nas quatro dimensões analisadas pelos CRAS no ano de 2009, a análise das metas de desenvolvimento evidencia que ainda existe um longo caminho a percorrer para consolidar os CRAS em seu papel fundamental como unidades de referência da Proteção Social Básica e, em um escopo mais amplo, articuladoras das ações de assistência social em todo o País.



# Considerações

## 6. Considerações finais

**Este relatório** é fruto de um esforço concentrado da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em particular do Departamento de Monitoramento – no concernente à análise de dados e elaboração do texto – e do Departamento de Gestão da Informação – no âmbito da geração das bases de dados primários e aplicação dos questionários –, o qual teve por meta traçar um retrato detalhado destas unidades fundamentais ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Destarte, nesta seção final procurar-se-á resumir alguns dos principais resultados encontrados e inferências possíveis a partir destes, bem como tecer considerações sobre aperfeiçoamentos futuros ao presente trabalho.

Neste contexto, cabe primeiramente destacar a massificação dos CRAS no País, os quais atingiram 5.798 unidades distribuídas em 4.329 municípios até setembro de 2009, mês de aplicação dos questionários que subsidiaram a elaboração deste estudo.

Não obstante, cabe ressaltar que ainda resta um longo caminho para se atingir a diretiva política de estabelecimento de ao menos um CRAS em todos os municípios brasileiros, uma vez que 1.236 localidades ou 22,2% do total não tinham a presença destes centros até o final do terceiro trimestre de 2009.

Por seu turno, a disseminação do cofinanciamento no âmbito dos CRAS e, de forma geral, na Assistência Social ainda se apresenta como um desafio, como retratado pelos 24% destes centros que declararam depender exclusivamente de repasses federais, contrariando a responsabilização mútua das três esferas no financiamento destas unidades preconizada pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS).

Em particular, essa dependência pode se dever ao fato de os pisos de proteção social não necessariamente serem instituídos nas esferas municipais e estaduais, o que dificulta uma maior transparência na mensuração e efetivação da coparticipação destes entes.

A própria NOB estabelece que regulamentação complementar deveria definir os percentuais de participação municipal e estadual no financiamento dos pisos de proteção social, a qual até hoje não chegou a ser elaborada.

Em adição, o Piso Básico Fixo, repasse federal destinado à disponibilização do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) nos CRAS, apresenta-se como fonte de financiamento não somente importante, mas também como a única homoganeamente distribuída por porte populacional, o que evidencia sua relevância especialmente para centros localizados em municípios de pequeno porte.

Inclusive, pode-se inferir uma ainda nascente tendência a maior participação de outras esferas no financiamento dos CRAS, em função do menor aumento de CRAS destinatários de repasses do Piso Básico Fixo, correspondente a um incremento de 390 unidades em 2009 comparativamente a 2008, quando contraposto ao crescimento total do número de CRAS no biênio 2008/2009, o qual remontou a 724 novas unidades.

Com relação à estrutura dos CRAS, quase metade funciona em imóveis alugados, o que limita a possibilidade de investimentos em melhoria das instalações. Em adição, quase metade ou 45% não têm salão de uso coletivo, ambiente importante para a viabilização dos serviços de convivência com grupos e famílias de idosos e crianças. Por fim, somente 25% das unidades apresentavam acessibilidade conforme disposto pela NBR 9050 da ABNT.

No lado positivo, 71% dos CRAS funcionavam em imóveis exclusivos em 2009, contra 65% em 2008 e 59% em 2007, além de se ter registrado um crescimento expressivo de quase mil centros a mais com acesso à internet.

No tocante aos serviços disponibilizados pelos CRAS, um dado alarmante foi que 9% destes centros declararam não oferecer o PAIF, o que contraria frontalmente o disposto pela NOB e pelo caderno de orientações técnicas do MDS para estes centros.

Igualmente preocupante, dentre as unidades financiadas exclusivamente com recursos municipais, somente 74% afirmaram disponibilizar o PAIF, o que ressalta a confusão ainda presente para os municípios entre os conceitos de piso de proteção social e serviço socioassistencial.

De forma geral, os CRAS destinatários de recursos do Piso Básico Fixo ofertam mais frequentemente o PAIF em relação aos demais centros.

No âmbito da sistematização e organização de informações nos CRAS, somente 10% registram os prontuários de atendimento em meio eletrônico.

Além disso, apesar de 90% dos CRAS terem declarado possuir algum modelo padronizado de prontuário, resultados preliminares de pesquisa específica indicam que na verdade existem inúmeros prontuários em cada centro, denotando a importância fundamental de criação pelo MDS de um modelo padronizado contendo um conjunto mínimo de informações consideradas imprescindíveis para registro pelos centros.

No concernente à articulação empreendida pelos CRAS, entre 33% e 50% dos centros mantêm reuniões periódicas com as redes de Proteção Social Básica e Especial, bem como com os serviços de Saúde e Educação. Apesar de flagrantemente superior aos resultados obtidos nos censos anteriores, este patamar denota a existência de amplo espaço para estreitamento da articulação entre as instâncias locais de assistência social, saúde e educação.

Com respeito ao aspecto de recursos humanos nos CRAS, registrou-se um expressivo aumento de em torno de 36 mil trabalhadores em 2008 para quase 44 mil profissionais alocados nestes centros em 2009.

Quase metade destes funcionários tem nível superior, sendo que, em âmbito nacional, o quantitativo mínimo de assistentes sociais e técnicos de nível superior demandado pela NOB-RH/SUAS, correspondente respectivamente a 8.647 e 16.288 trabalhadores, é atendido pelos resultados que indicam 9.378 assistentes sociais e 21.240 profissionais de nível superior lotados nos CRAS.

Não obstante, como a distribuição deste contingente não é homogênea no território nacional, persistem inúmeros centros com quadro de pessoal aquém do disposto pela norma supracitada.

Com relação aos indicadores dos CRAS, os resultados apresentam uma melhoria singular e consistente dos CRAS ao longo do tempo, posto que 21% destes centros foram enquadrados em todas as dimensões nos estágios suficiente ou superior, correspondentes aos níveis 9 e 10 do indicador sintético de desenvolvimento do CRAS (IDCRAS), contra somente 8% em 2007.

Contudo, as dimensões de estrutura física e recursos humanos sinalizam uma longa trajetória a ser percorrida para o aperfeiçoamento dos CRAS, uma vez que, respectivamente, 22,2% e 33,8% dos CRAS enquadraram-se no estágio insuficiente nesses aspectos.

Em adição, cerca de 50% dos CRAS potencialmente podem não cumprir a meta de desenvolvimento para o período 2009/2010, caso não apresentem melhorias no decurso de 2010, especialmente nos aspectos de estrutura física, atividades realizadas e recursos humanos.

De forma geral, o avanço positivo nos resultados apresentados pelos indicadores dos CRAS sinaliza os efeitos benéficos para o aperfeiçoamento destas unidades ensejados por processos de expansão progressivamente mais criteriosos, pelo estabelecimento de metas desenvolvimento anual e pelo acompanhamento permanente dos centros em condições insatisfatórias.

Por seu turno, evidenciam-se como desafios o atendimento às disposições da NOB-RH/SUAS para a melhoria e qualificação definitiva dos funcionários alocados nos CRAS, com a possível flexibilização do emprego de recursos repassados pelo MDS para gastos nesta seara; a uniformização das informações coletadas no âmbito das unidades por meio da criação de um modelo de formulário de atendimento para padronização deste instrumento, ao menos no concernente a um conjunto mínimo de dados, em todo o País; e, finalmente, mas não exaustivamente, a necessidade de se iniciar formas de averiguação dos serviços desenvolvidos nestas unidades não somente quantitativas, mas também qualitativas.

Em suma, os resultados mostram um aperfeiçoamento consistente e inegável dos CRAS existentes em todo o território nacional, constatação esta deveras alvissareira para o permanente aprimoramento do SUAS como um todo, dada a importância basilar destas unidades como porta de entrada para os serviços da rede de Proteção Social Básica.

Por outro lado, as análises realizadas demonstram também que restam ainda inúmeros aspectos que precisam ser largamente aperfeiçoados para que se possa afirmar que a conformação atual dos CRAS é adequada aos seus propósitos.

Ao fim e ao cabo, o presente estudo corrobora sobremaneira a necessidade fundamental de se monitorar permanentemente os diferentes escopos da Assistência Social, a fim de aperfeiçoá-la a partir de referenciais e linhas de base consistentes, com o intuito último de consolidar a Assistência Social e, em particular, o Sistema Único de Assistência Social.

## Bibliografia

### 7. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Monitoramento SUAS: Censo CRAS 2008**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Departamento de Proteção Social Básica. **Compromissos para o aceite do co-financiamento federal para o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) ofertado no Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Linha de base para o monitoramento dos CRAS**. Brasília, DF: SAGI/SNAS, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas)**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate: **Textos para V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, SAGI, n.2, dez. 2005. 82p. Suplemento.

CASTRO, F. J. R. **Características espaciais necessárias ao CRAS para adequação às prescrições normativas no âmbito do SUAS e à integração das políticas do MDS**. Brasília: MDS/UNESCO, 2007.

CASTRO, F. J. R. **Proposta de modelagem de processo de construção de CRAS**. Brasília: MDS/UNESCO, 2007.

LAWSHE, C. H. (1975). **A quantitative approach to content validity**. *Personnel Psychology*, 28(4), 563-575.

NUNNALLY, J. (1978). **Psychometric theory**. New York: McGraw-Hill. Chapter 3, Reliability addressed.

MAGALHÃES, E. P. **Documento técnico sobre indicadores para monitorar e avaliar a implantação dos CRAS e a implantação do PAIF**. Brasília: MDS/PNUD, 2008.

PETERSON, R. A. **A meta-analysis of Cronbach's coefficient alfa**, *Journal of Consumer Research*; ABI/INFORM Global, set. 1994.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S.; PAES-SOUSA, Rômulo. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, DF: UNESCO, 2006. 77p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17).

WARE JE; GANDEK B. **Overview of the SF-36 Health Survey and the International Quality of Life Assessment IQOLA**.

Anexo  
Anexo

# Anexo

## 7.1 Formulário do Censo SUAS/CRAS 2009

**MONITORAMENTO SUAS**

**CENSO SUAS 2009**

**Formulário CRAS**

As informações declaradas pelo agente municipal possuem Fé Pública e constituem registros administrativos dos sistemas de informações do SUAS.

Os formulários eletrônicos do Censo SUAS 2009 deverão ser preenchidos durante o período de 17 de setembro até 19 de outubro. Todos os municípios que possuem CRAS devem responder o formulário que está disponível no site [www.mds.gov.br/suas](http://www.mds.gov.br/suas) pelo link "Monitoramento SUAS", inclusive aqueles municípios que já implantaram esta unidade, mas ainda não recebem o co-financiamento federal.

Este formulário em papel deve ser utilizado pelo município para coletar as informações junto à coordenação e equipe do CRAS. Compete ao órgão gestor municipal a responsabilidade pelo preenchimento on-line do formulário com base nas informações fornecidas pela coordenação e pela equipe do CRAS.

O aplicativo on-line apresentará para o digitador uma lista dos CRAS já cadastrados pelo município no ano anterior, para que ele selecione a unidade e preencha seu respectivo formulário. Caso um CRAS que apareça na lista de unidades tenha mudado de localização, seu endereço deve ser atualizado ao preencher o formulário eletrônico de 2009. Neste caso, é importante observar que a seleção da unidade deve ser feita pelo seu endereço anterior, que deverá então ser atualizado. Isto significa que as unidades que apenas mudaram de endereço não devem ser cadastradas como um "Novo CRAS", mantendo assim seu mesmo número de identificação junto ao MDS.

Para acesso ao formulário pela internet é necessário utilizar o login e a senha do SUASWEB digitando-os em fonte (letra) toda maiúscula, que é a regra para acesso ao sistema. Se não conseguir, tente digitar tudo em formato minúsculo. Caso não consiga entrar no sistema na primeira tentativa, é necessário tentar mais de uma vez, de acordo com as instruções quanto ao formato do login e senha.

Se depois de realizar os procedimentos acima, persistirem os problemas, enviar um e-mail para [monitoramentosuas@mds.gov.br](mailto:monitoramentosuas@mds.gov.br) com colocando o nome do município, estado, login e senha do SUASWEB e cópia da tela em que foi verificado o problema.

**IMPORTANTE:** Este questionário deverá ser utilizado para a coleta das informações, entretanto, NÃO DEVE ser encaminhado ao MDS em formato impresso. As informações devem ser registradas no aplicativo informatizado e só serão aceitas neste formato.

RECOMENDAMOS A LEITURA DO MANUAL PARA O CORRETO  
PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO



**Censo SUAS - Formulário CRAS 2009**  
**SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

As informações declaradas pelo agente municipal possuem Fe Pública, e constam em registros administrativos dos sistemas de informação do SUAS.

**BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CRAS**

**1. LOCALIZAÇÃO DO CRAS:**

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Endereço do CRAS: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone com DDD: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

Localização:  CRAS Urbano  CRAS Rural  CRAS Itinerante (Embarcação)

**2. Este CRAS é uma unidade com capacidade de atendimento para até:**

2.500 famílias referenciadas  3.500 famílias referenciadas  5.000 famílias referenciadas

**3. Indique a(s) fonte(s) de financiamento deste CRAS.**

- Municipal / DF
- Estadual
- Federal - Piso Básico Fixo MDS (Programa PAIF)
- Federal - Piso Básico de Transição MDS
- Federal - Piso Básico Variável MDS
- Federal - IGD MDS
- Federal - Outros recursos federais

4. Mês e ano de início do funcionamento deste CRAS: \_\_\_\_/\_\_\_\_(mm/aaaa)

**BLOCO 2 – ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS**

**5. Situação do imóvel onde se localiza o CRAS:**

- próprio da Prefeitura Municipal
- alugado pela Prefeitura Municipal
- cedido para a Prefeitura Municipal
- outro

**6. O imóvel de funcionamento do CRAS é compartilhado? (Marque apenas uma opção)**

- Não, é exclusivo para o CRAS
- Compartilhado com Secretaria de Assistência Social ou congênera
- Compartilhado com outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Administração Regional, Sub-Prefeitura etc)
- Compartilhado com o Conselho Municipal de Assistência Social
- Compartilhado com Conselho Tutelar
- Compartilhado com CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Compartilhado com outra unidade pública de serviços da Assistência Social
- Compartilhado com Unidade de Saúde
- Compartilhado com Escola
- Compartilhado com uma Associação Comunitária
- Compartilhado com ONG/Entidade
- Compartilhado com Outros

**7. Descreva o espaço físico deste CRAS: (Atenção! Cada sala deve ser contada uma única vez na descrição do espaço)**

Salas de Atendimento	Quantidade
Salas com capacidade inferior a 15 pessoas	<input type="checkbox"/>
Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas	<input type="checkbox"/>
Salões com capacidade superior a 30 pessoas	<input type="checkbox"/>
Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração (não são salas de atendimento)	<input type="checkbox"/>
Banheiros	<input type="checkbox"/>
Demais Ambientes	Possui?
Recepção	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cozinha	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Almoxarifado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Espaço externo no CRAS para atividades de convivio.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

**8. Este CRAS possui condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência?**

- Sim, em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050)
- Sim, mas que não estão em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050)
- Não possui

**9. Indique os equipamentos existentes neste CRAS.**

- Telefone
- Computador
  - => Quantidade
  - => Quantidade conectada à internet
- Impressora
- Acesso a Internet discada
- Acesso a Internet banda larga ou via satélite
- Equipamento de som
- Televisão (TV)
- DVD/Video Cassete
- Fax
- Materiais pedagógicos, culturais e esportivos
- Brinquedos
- Data-show
- Máquina Fotográfica
- Veículo
- Biblioteca

**10. Este CRAS possui placa de identificação?**

- Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS
- Sim, em outro modelo, mas com o nome "Centro de Referência de Assistência Social – CRAS"
- Sim, em outro modelo, sem o nome "Centro de Referência de Assistência Social – CRAS"
- Não possui

**BLOCO 3 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, SERVIÇOS E ATENDIMENTOS DO CRAS**

11. Quantos dias na semana este CRAS funciona: \_\_\_\_ dias por semana

12. Quantas horas por dia este CRAS funciona: \_\_\_\_ horas por dia

**13. Indique quais dos serviços abaixo são desenvolvidos neste CRAS: (marque apenas os serviços executados no próprio CRAS)**

- Programa de Atenção Integral a Família
- Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos
- Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
- Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos. (Grupo ProJovem)
- ProJovem Adolescente (apenas quando executado no espaço do próprio CRAS)
- Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos
- Serviços de capacitação e inclusão produtiva

**14. Quantitativo de Famílias acompanhadas pelo PAIF no mês de Agosto de 2009.**

Acompanhamento de Famílias pelo PAIF (mês de referência – agosto 2009)	Quantidade de Famílias em acompanhamento (JUNHO – 2008)	Informação não disponível (marque X)
Quantidade total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quantidade de famílias do Bolsa Família em acompanhamento pelo PAIF	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quantidade de famílias de beneficiários do BPC em acompanhamento pelo PAIF	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**15. Indique as ações e atividades realizadas por este CRAS:**

- Recepção e acolhida
- Acompanhamento de famílias
- Acompanhamento de indivíduos
- Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias
- Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas geracionais / intergeracionais
- Visitas Domiciliares
- Busca ativa
- Atividades de inclusão digital
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas
- Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único
- Orientação/acompanhamento para inserção do BPC
- Acompanhamento dos encaminhamentos realizados
- Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais
- Produção de Material socioeducativo
- Campanhas socioeducativas
- Palestras

16. Este CRAS realiza concessão de Benefícios Eventuais? (Considere apenas aqueles concedidos no próprio CRAS. Não considerar os encaminhamentos para obtenção dos benefícios junto a outra unidade/orgão)

Sim  Não

17. Informe o volume aproximado dos atendimentos realizados semanalmente neste CRAS.

Atendimentos	Quantidade aproximada (total por semana)
Quantidade de entrevistas individual/familiar realizadas por semana	<input type="text"/>
Quantidade de visitas domiciliares realizadas por semana	<input type="text"/>
Quantidade de atividades coletivas realizadas por semana (Grupo de Convivência, Faletras etc)	<input type="text"/>
Quantidade de pessoas que participam de atividades coletivas neste CRAS, por semana	<input type="text"/>

18. Quais das situações abaixo são mais frequentemente atendidas por este CRAS. (Marque as 4 principais)

- situações de negligência em relação a idosos
- situações de negligência em relação a crianças
- situações de negligência em relação a pessoas com deficiência
- situação de violência contra mulheres
- situações de violência doméstica
- outras situações de violência no território
- crianças e adolescentes fora da escola
- crianças em situação de trabalho infantil
- indivíduos sem documentação civil
- famílias com descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família
- famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda
- famílias em situação de insegurança alimentar
- demandas de provisão material (exceto alimentos)
- exploração ou abuso sexual de crianças e adolescentes
- jovens em situação de vulnerabilidade e risco social

19. Há povos e comunidades tradicionais no território de abrangência deste CRAS?

Sim  Não (pule para a questão 21)

20. Este CRAS atende povos e comunidades tradicionais?

- Não atende
- Atende povos indígenas
- Atende Comunidade Quilombola
- Atende Comunidade ribeirinha
- Atende outros povos e comunidades tradicionais.

21. Este CRAS possui rede referenciada para oferta de Serviços de Proteção Social Básica:

Sim  Não (pule para a questão 22)

22. Indique os serviços disponíveis na rede referenciada e o tipo de unidade que os ofertam

Serviços disponíveis na rede referenciada	Não Disponível	Tipo de Unidade que oferta	
		Outra Unidade Pública	Entidade conveniada
Serviços de Convivência para Crianças de 0 a 5 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Convivência para Crianças de 6 a 15 anos de idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Convivência para Jovens de 15 a 17 anos de idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projovem Adolescente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Convivência para Idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas ou projetos de capacitação e inclusão produtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas ou projetos de inclusão digital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**BLOCO 4 – INFORMAÇÃO, REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO**

23. Este CRAS possui diagnóstico do seu território de abrangência?

Sim  Não

24. Quantas famílias em situação de vulnerabilidade residem no território de abrangência deste CRAS?

Quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade          Não sabe informar

25. O(s) território(s) de abrangência deste CRAS compreende(m):

- O município inteiro (pule para questão 27)
- Toda a zona urbana do município (pule para questão 27)
- Toda a zona rural do município (pule para questão 27)
- Apenas algum (ns) bairro(s) ou comunidade(s) dentro do município

26. Indique o nome dos Bairros nos quais se localizam o(s) território(s) de abrangência deste CRAS

(Utilize o nome correto dos Bairros no qual se localizam os territórios. Não utilize abreviaturas)

1)	6)
2)	7)
3)	8)
4)	9)
5)	10)

27. Este CRAS elabora relatório mensal do quantitativo de atendimentos?

Sim  Não

28. Este CRAS mantém arquivo de prontuários? (Marque apenas uma opção)

- Sim, somente em meio físico (papel)
- Sim, em meio eletrônico
- Não (pule para a questão 31)

29. Os prontuários possuem algum modelo padronizado?

Sim  Não

30. Quais informações são sistematicamente registradas no prontuário do usuário:

- Histórico pessoal/familiar
- Eventos de violência ou negligência doméstica
- Condição de pertencimento a Programas ou Benefícios de transferência de renda
- Encaminhamentos para a rede socioassistencial
- Encaminhamentos intersetoriais
- Retorno/acompanhamento dos encaminhamentos realizados
- Inserção em serviço de Convivência e/ou socioeducativo
- Visita Domiciliar
- Entrevista de Acompanhamento familiar
- Plano de Acompanhamento familiar

31. Este CRAS possui sistema informatizado para registro de informações?

Sim  Não

32. Indique se este CRAS possui as seguintes listagens: (Em cada linha, marque apenas uma opção)

Listagens	Possui, somente em meio físico (papel)	Possui, em meio eletrônico	Não possui
Listagem de famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do seu território de atuação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem dos beneficiários do PETI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem dos beneficiários do Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem das famílias em descumprimento das condicionalidades de educação no Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Listagem das famílias em descumprimento das condicionalidades de saúde no Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33. Marque na escala abaixo a frequência com que este CRAS utiliza efetivamente as listagens anteriormente assinaladas para as finalidades específicas.

Finalidade de utilização	Frequência de utilização			
	Nunca	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Realizar busca ativa das famílias em descumprimento de condicionais do Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar busca ativa de famílias em situações de vulnerabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Priorizar atendimento e acompanhamento das famílias inseridas nos programas e benefícios de transferência de renda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Planejar serviços ou atividades ofertados pelo CRAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atualizar o diagnóstico do território de abrangência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. No território em que este CRAS está localizado, existe cobertura de quais tipos de conexão para internet?

TIPOS DE CONEXÃO	Sim	Não	Não sabe
Conexão Discada (via telefone)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexão Banda Larga (via cabo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexão Via Satélite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexão Via Antena de Rádio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**BLOCO 5 – ARTICULAÇÃO**

35. Indique as ações de articulação deste CRAS com os seguintes serviços, programas ou instituições existentes no município. (Caso o serviço, programa ou instituição mencionado não exista no município, marque apenas a última coluna).

Serviços, programas ou instituições com os quais mantém articulação	Tipo de Articulação						Não tem nenhuma articulação	Serviço ou instituição não existente no Município
	Possui dados da localização	Troca informações	Realiza Reuniões Periódicas	Recebe usuários encaminhados por este CRAS	Encaminha usuários para este CRAS	Desenvolve atividades em parceria		
Unidades Públicas da Rede de Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidades Conveniadas da Rede de Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidades da Rede de Proteção Social Especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços Públicos de Educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Órgãos/Serviços relacionados a Trabalho e Emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços ou Programas de Segurança Alimentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselho Tutelar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas ou Projetos de Inclusão Digital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Organizações Não Governamentais (ONGs)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**BLOCO 6 – RECURSOS HUMANOS**

36. Indique a formação, vínculo, carga horária e função de cada membro da equipe deste CRAS:

NOME	Formação	Vínculo	Função	CPF *	Carga horária SEMANAL
1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
12)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

\* O número de CPF é obrigatório.

Formação	Tipo de Vínculo	Função no CRAS
1- Assistente Social	1- Servidor / Estatutário	1-Coordenação
2- Psicólogo	2 - Empregado Público Celetista	2-Técnica de Nível Superior
3 - Pedagogo	3 - Somente comissionado	3-Técnica de Nível Médio
4 - Terapeuta Ocupacional	4 - Contrato Temporário com a Prefeitura	4- Orientador Social do ProJovem
5 - Advogado	5 - Terceirizado de Empresa	5- Administrativa
6- Antropólogo ou Sociólogo	6 - Terceirizado de Cooperativa	6 - Serviços Gerais
7 - Médico, Enfermeiro ou Fisioterapeuta	7 - Terceirizado de ONG	7 - Estagiário
8 - Administrador ou Economista	8 - Outros vínculos não permanentes	
9 - Outro profissional de nível superior		
10 - Profissional de nível médio		
11 - Profissional de nível fundamental		
12 - Estagiário cursando graduação		

• Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à Formação, ao Tipo de Vínculo e à Função de cada pessoa

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário:

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Cargo/Função:

- Diretor/Coordenador/Responsável pela área de proteção básica no município.
- Secretário Municipal de Assistência Social ou congêneres
- Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congêneres
- Outros

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria Municipal de Assistência Social ou Secretaria Estadual de Assistência Social (ou congêneres)





